petrel



American Nightmare: Declínio e fim da hegemonia dos Estados Unidos?

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

[v. 7 | n. 2] [setembro | 2025]

[v. 7 | n. 2] [setembro | 2025]

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

Expediente

Conselho Editoral:
Daniel Jatobá

Projeto Gráfico e Diagramação:
Anna Luiza Fagundes Nelson Resende
Gabriel Modolo Capelozza Boaventura
Luísa Beatriz Ribeiro Silva
Nathália Letícia Rabelo de Melo Mendes

Fotografia:
Saul Loeb | AFP

Revisão:
Daniel Jatobá

Programa de Educação Tutorial - Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília [DF]
CEP 70910-900 | *petrel.unb.br*

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET-REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, destaca-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET-REL é constituído por estudantes, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI) é um dos principais instrumentos pedagógicos do PET-REL. O LARI estabelece-se pelo uso de um conjunto de metodologias consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como Análise de Política Exterior, Análise Histórica de Relações Internacionais, Análise Crítica de Discurso, dentre outras. Com isso, constitui-se como esforço intelectual de captura, explicação e entendimento das dinâmicas das Relações Internacionais. O LARI oportuniza aos estudantes aprofundar e aprimorar conhecimentos essenciais para sua formação cidadã exigindo dedicação, disciplina, criatividade e pensamento crítico na construção e produção de análises internacionais. O LARI, pensado como um observatório da conjuntura internacional, permite aos estudantes produzir interpretações sobre as dinâmicas globais e que sejam cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se organicamente ao longo de todas as atividades desenvolvidas pelo PET-REL, com momentos especiais de encontros para discussão sobre temas pré-definidos, com base em um termo de referência construído coletivamente pelo grupo. O termo de referência (briefing) visa guiar os participantes e estimular o debate em torno de elementos de análise relevantes, possibilitando identificar variáveis e questões para serem consideradas nas análises. Vale pontuar que o LARI está aberto à participação de estudantes de outros cursos e instituições, no sentido de enriquecer a experiência e tornar o Laboratório ponte na construção de articulações interinstitucionais. Após o debate coletivo com base no termo de referência, os participantes partem para a etapa de produção de suas análises de conjuntura, teórica e metodologicamente embasadas. O conjunto dessas análises, corrigidas por pares pelos petianos e avaliadas pelo tutor, resulta na "Revista Petrel", um Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por fim, podemos afirmar que o PET-REL, através de atividades como o LARI, consolida-se como espaço de comunhão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectando o trabalho do grupo com o de nossa comunidade acadêmica.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI)

Sumário

Apresentação - *American Nightmare:* a decadência da hegemonia dos Estados Unidos em debate 8
Daniel Jatobá

A luta de classes no governo Trump: autoritarismo e colapso social 17
João Paulo Urbano

O Império se Devora: os Bilionários e a Crise de Valores nos Estados Unidos 27
Gabriel Modolo Capelozza Boaventura

Is he making America great again? The role of Trump's rhetoric in the downturn of United States hegemony 35
Leonardo Nascimento e Pedro Marcelo de Souza

Inação e interesse: a (in)capacidade dos Estados Unidos de parar guerras 47
Bianca Pinheiro e Luísa Ribeiro

At what cost? How U.S. unconditional support for Israel fuels America's moral hegemonic decline 59
Elisha Rani e Amanda Nóbrega

Tarifaço e o crepúsculo da potência norte-americana 70
Anna Luiza Fagundes e Cecília Dias

Ciência de malas prontas: o esvaziamento simbólico da hegemonia cultural dos Estados Unidos pela fuga de cérebros 80
Pedro Arthur Felipe

Mar do Sul da China: disputa territorial e o reordenamento da hegemonia global 91
Yasmins Taia

'Quintal dos EUA' sob controle chinês: a BRI na América Latina e o caso Panamá 97
Marina Morena Santos

Sumário

Quando a economia não basta: o soft power chinês frente ao legado hegemônico dos EUA 108
Douglas Silva e Isabela Hassum

Trump sonha com pandas elétricos? IA como novo elemento na disputa entre EUA e China 118
João Pedro Reinholz

O levante dos algoritmos do Sul: a parceria sino-brasileira como vanguarda tecnológica do BRICS+ 130
Kaio Lucas S. Mesquita e Cintia G. Lucena

Multilateralism in crisis: can BRICS fill the void left by a retreating United States in Global Governance? 140
Julia Soares e Lenira Oliveira

'Perigo amarelo': a disputa pela hegemonia global e o fantasma do racismo 151
Milena L. S. Sartório e Sofia Harumi

Apresentação

American Nightmare: a decadência da hegemonia dos Estados Unidos em debate

Daniel Jatobá*

**Doutor em Ciência Política (IESP/UERJ) e Mestre em Relações Internacionais (IREL/UnB). Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais/UnB e um dos Coordenadores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/UnB. Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais/UnB. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4101446986138775.*

A atual conjuntura internacional nos revela um cenário de intensificação de disputas geopolíticas, fragmentação institucional e desgaste das promessas liberais que marcaram a ordem internacional do pós-Guerra Fria. As guerras em curso, as tensões no comércio global, a ascensão econômica e tecnológica da China e o enfraquecimento da legitimidade normativa dos Estados Unidos apontam para uma fase de transição complexa e incerta. No plano doméstico, a polarização política, a captura das instituições por elites econômicas e a persistência de desigualdades estruturais reforçam a percepção de declínio interno, projetando vulnerabilidades para o exterior.

É nesse contexto que se apresentam os textos que compõem o presente dossiê da *Revista PET-REL: Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília*, para o qual escolhemos o sugestivo título "*American Nightmare*: declínio e fim da hegemonia dos Estados Unidos?". Os quinze textos que compõem o dossiê convidam o leitor a percorrer diferentes temas e ângulos de análise que, juntos, compõem uma cartografia crítica do nosso tempo presente. O resultado é um conjunto de análises de conjuntura que exploram os dilemas internos e externos do poder norte-americano neste momento em que completamos o primeiro quartel do século XXI.

O que se oferece é, antes de tudo, uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas que propõem interpretações que transitam entre o campo material e o simbólico, entre o nível doméstico e o internacional, entre os aspectos econômicos e de segurança. Por meio de um esforço coletivo, buscamos compreender em que medida a hegemonia estadunidense, sustentada historicamente por sua capacidade de projeção militar, econômica, cultural e normativa, encontra-se hoje diante de contradições

muito provavelmente insolúveis. Em comum, arrisco dizer, está o diagnóstico de que o "sonho americano" vem se convertendo, para os Estados Unidos, a sociedade norte-americana e para a sociedade internacional como um todo, em um verdadeiro pesadelo.

O dossiê é aberto pela análise **"A luta de classes no Governo Trump: autoritarismo e colapso social**", de **João Paulo Urbano**, que propõe uma leitura ousada e instigante do governo Trump à luz do conceito de luta de classes, ao mesmo tempo em que explora os traços autoritários da política estadunidense recente como expressão do colapso social em curso nos Estados Unidos. O autor articula uma interpretação que conecta a emergência de Donald Trump ao esgotamento das mediações sociais tradicionais da democracia liberal, resultando em um acirramento da luta de classes nos Estados Unidos que, por sua vez, reflete diretamente a crise hegemônica em escala global. Graças a uma arguta sensibilidade analítica, o texto nos ajuda a entender como está a configurar-se, no plano doméstico, o fim do predomínio do país no cenário mundial.

A análise do autor inscreve o fenômeno do trumpismo como uma resposta de frações dominantes do capital ao impasse político provocado pelas contradições crescentes do capitalismo contemporâneo, e que o autoritarismo, longe de ser uma exceção ou anomalia, revela-se como funcional à reprodução da ordem social. A abordagem crítica adotada contribui para deslocar a leitura dos Estados Unidos para além do discurso liberal-democrático dominante, aproximando o debate da perspectiva de classe e dos limites históricos da hegemonia estadunidense. O texto se articula, nesse sentido, com outras contribuições do dossiê que buscam compreender os dilemas internos da sociedade norte-americana e sua projeção internacional a partir de estruturas de dominação de longa duração e de suas fissuras contemporâneas.

Ao abordar questões ligadas à erosão interna da sociedade norte-americana, a análise **"O Império se devora: os bilionários e a crise de valores nos Estados Unidos"**, de autoria de **Gabriel Boaventura**, oferece uma interpretação contundente da crise democrática estadunidense a partir da corrosão de seus próprios fundamentos liberais, em especial no que tange à captura do Estado por uma elite bilionária de perfil tecnocrático – com destaque para a ascensão de pessoas como Elon Musk, Jeff Bezos e Mark Zuckerberg não apenas como figuras empresariais, mas como agentes de erosão dos valores democráticos. Combinando sólida base teórica — figuram no texto argumentos e conceitos de Nancy Fraser, Corey Robin e Timothy Snyder, entre outros — e análise de eventos recentes do governo Trump, o autor examina o entrelaçamento

entre poder político e grandes fortunas como um vetor de esvaziamento normativo da democracia liberal.

A tese de que a racionalidade empresarial privatista reconfigura a esfera pública, substituindo mediação democrática por métricas de desempenho e discursos de inovação, projeta o caso norte-americano como laboratório de experiências autoritárias revestidas de modernização. O texto destaca-se também por propor reflexões críticas a partir de conceitos como "iluminismo sombrio", "aceleracionismo de direita" e "neoliberalismo progressista", aproximando o debate institucional de seus fundamentos ideológicos. Em articulação com os demais textos do dossiê, esta contribuição ajuda a consolidar o diagnóstico de que a hegemonia estadunidense se esfacela não apenas por pressões externas, mas por uma chocante e autoinduzida implosão de suas promessas civilizatórias.

A análise intitulada **"Is he making America great again? The role of Trump's rhetoric in the downturn of the United States hegemony"**, de autoria de **Leonardo Nascimento e Pedro Marcelo de Souza**, propõe uma interessante análise psicológica da política externa dos Estados Unidos durante o governo Donald Trump, a partir de uma interlocução teórica com autores como Jennifer Lerner e Jonathan Renshon. Os autores exploram como emoções, traços de personalidade e construções simbólicas moldam decisões estratégicas norte-americanas na atual conjuntura. Em vez de se concentrar apenas nos efeitos materiais da política externa, o texto privilegia a dimensão subjetiva e performática do poder, examinando como a retórica emocional e os gestos teatrais da chamada "teoria do louco" (no inglês, *Madman Theory*) foram mobilizados por Trump para projetar força e imprevisibilidade no sistema internacional.

O texto articula esse enfoque psicopolítico à discussão mais ampla sobre o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, entendendo o trumpismo como expressão tanto de uma crise de legitimidade interna quanto de uma transformação nas formas de liderança global. A análise combina sofisticação teórica, rigor empírico e densidade interpretativa, reforçando um dos eixos centrais do dossiê: os múltiplos modos pelos quais a crise da hegemonia estadunidense se manifesta — inclusive, neste caso, no plano psicológico da tomada de decisões presidenciais.

Esses dilemas internos dos Estados Unidos encontram eco em suas escolhas externas, onde as contradições morais e estratégicas tornam-se ainda mais evidentes. **"Inação e interesse: a (in)capacidade dos Estados Unidos de parar guerras"**, de **Bianca Pinheiro e Luísa Ribeiro**, debruça-se

sobre um dilema moral e estratégico recorrente da política externa norte-americana: a seletividade de sua atuação em conflitos internacionais, especialmente em contextos onde se evidenciam violações de direitos humanos. Por meio de um exame cuidadoso das guerras na Faixa de Gaza e na Ucrânia, as autoras iluminam a lógica de interesses que norteia a ação — e, sobretudo, a inação — de Washington, desvelando contradições entre os discursos normativos e os imperativos geopolíticos dos Estados Unidos.

A partir de uma abordagem que conjuga referências do campo da ética internacional e dos estudos críticos da hegemonia, o texto das autoras sugere que o enfraquecimento do poder moral dos Estados Unidos advém menos de seus fracassos em impor a paz do que de sua recusa em agir quando a paz não lhe convém. Trata-se de uma contribuição oportuna e provocativa, que dialoga com outras análises do dossiê ao tematizar os limites contemporâneos do soft power norte-americano e ao reposicionar o debate sobre o declínio hegemônico no campo da legitimidade ética.

No texto intitulado **"At what cost? How U.S. unconditional support for Israel fuels America's moral hegemonic decline"**, as autoras **Elisha Rani e Amanda Nóbrega** realizam uma análise cujo tema é o custo moral do apoio irrestrito dos Estados Unidos a Israel no contexto do genocídio em Gaza. As autoras revelam o enfraquecimento da hegemonia estadunidense não apenas no plano material, mas sobretudo na esfera moral e simbólica. A análise de conjuntura sustenta que a duplicidade discursiva dos Estados Unidos — por um lado, defendem os valores liberais, por outro, toleram e até mesmo apoiam práticas genocidas — compromete profundamente sua credibilidade normativa, abrindo espaço para alternativas críticas e a erosão do soft power do país.

Como se não bastassem a crise moral e a perda da capacidade de liderança política e diplomática, a dimensão econômica e cultural do poder estadunidense também mostra sinais de esvaziamento. Em **"Tarifaço e o crepúsculo da potência norte-americana"**, assinada por **Anna Luiza Fagundes e Cecília Dias**, a atual conjuntura internacional é analisada a partir de um episódio paradigmático da atual estratégia comercial dos Estados Unidos, o chamado "tarifaço" contra a China. O texto articula com precisão teoria e empiria, valendo-se de referências teóricas como Giovanni Arrighi, Susan Strange e Corey Payne e Beverly Silver, para argumentar que o poder hegemônico norte-americano estaria se deslocando progressivamente para formas "extorsivas" de imposição econômica. Com abordagem fluida e elegante, a análise demonstra maturidade crítica ao relacionar os desdobramentos

externos da política tarifária com seus constrangimentos internos e ao propor uma reflexão sobre o esgarçamento do discurso liberal norte-americano. Embora focado no campo econômico-comercial, o texto sugere implicações mais amplas para a reconfiguração – ou, talvez mais precisamente, o desmantelamento – da ordem liberal internacional, abrindo espaço para comparações com outras análises presentes neste dossiê.

Em **"Ciência de malas prontas: o esvaziamento simbólico da hegemonia cultural dos Estados Unidos pela fuga de cérebros"**, **Pedro Arthur Felipe** analisa o esvaziamento simbólico da hegemonia dos Estados Unidos a partir da crise no campo científico e intelectual. A crise da hegemonia estadunidense é examinada a partir de um ângulo original e menos explorado: o colapso simbólico da liderança cultural norte-americana no campo da ciência e da produção de conhecimento. Ao mobilizar o conceito de "fuga de cérebros" como expressão do esvaziamento do soft power dos Estados Unidos, o autor ilumina uma faceta crucial do declínio hegemônico, a saber o progressivo afastamento das mentes científicas globais dos polos tradicionais de prestígio, financiamento e liberdade acadêmica. O texto enriquece o dossiê ao articular de modo consistente referências como Antonio Gramsci, Giovanni Arrighi e Robert Cox com dados empíricos relevantes e contundentes, oferecendo uma interpretação crítica das dinâmicas culturais que acompanham o reposicionamento geopolítico global contemporâneo.

Essas fragilidades internas e externas ganham relevo quando confrontadas com a inevitável ascensão chinesa e os novos tabuleiros tecnológicos e geopolíticos da disputa hegemônica. Nesse sentido, somos testemunhas privilegiadas da história por acompanharmos os desdobramentos internos e externos de uma transformação mundial tão acelerada e profunda. Os que aparecem a seguir abordam, por diferentes ângulos temáticos e por perspectivas teórico-conceituais diversas, o grande enfrentamento do nosso tempo, entre a águia norte-americana e o dragão chinês. Tema inescapável de nosso tempo, sem dúvidas, assim como as dinâmicas associadas aos países que compõem o BRICS+, sob a liderança cada vez mais evidente da China.

O primeiro deles, de autoria de **Yasmin Taia, "Mar do Sul da China: disputa territorial e o reordenamento da hegemonia global"**, analisa as disputas territoriais no Mar do Sul da China como expressão das transformações recentes na ordem internacional, com ênfase na ascensão da China e no relativo declínio da hegemonia dos Estados Unidos. A autora destaca o papel estratégico da região para o comércio global, a segurança marítima e

os interesses energéticos, examinando os conflitos em torno dos arquipélagos de Spratly e Paracels, bem como a construção de ilhas artificiais e bases militares por parte da China. A análise articula os aspectos históricos, diplomáticos e militares do embate sino-americano, abordando as implicações jurídicas e geopolíticas da atuação chinesa e das respostas estadunidenses.

Ao discutir o enfraquecimento da influência dos Estados Unidos e a intensificação da presença chinesa na região, o texto sugere que o Mar do Sul da China tornou-se um dos principais focos de instabilidade geoestratégica contemporânea. A autora conclui apontando cenários possíveis de escalada militar, reconfiguração de alianças e emergência de uma nova correlação de forças no sistema internacional, marcada por disputas de soberania, competição por influência internacional e desafios ao multilateralismo.

"'Quintal dos EUA' sob controle chinês: a BRI na América Latina e o caso Panamá", análise de autoria de **Marina Morena Santos**, examina o caso do Panamá, com foco nas suas relações com a China e os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito ao Canal do Panamá, a fim de avaliar o grau de influência exercido pelos Estados Unidos e a capacidade da China de ser alternativa para independência no "quintal" norte-americano. A crescente presença da China na América Latina é o ponto de partida da análise da autora, que investiga como essa aproximação desafia a tradicional influência dos Estados Unidos na região. O texto examina os impactos da adesão do Panamá à chinesa Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, acrônimo em inglês para a Belt and Road Initiative), primeiro país da América Latina a aderir à Iniciativa, explorando algumas das implicações geopolíticas e econômicas dessa decisão. A análise expõe as dificuldades dos Estados Unidos em manter sua hegemonia regional diante de um parceiro como a China, que oferece alternativas concretas de cooperação econômica e, de acordo com a análise da autora, o Panamá torna-se exemplar para compreender a disputa de influência entre as duas potências na região.

O texto **"Quando a economia não basta: o soft power chinês frente ao legado hegemônico dos EUA"**, de **Douglas Silva e Isadora Hassum**, explora as ambiguidades que atravessam a disputa hegemônica contemporânea entre Estados Unidos e China, situando o soft power como um campo privilegiado de análise das assimetrias persistentes. A análise articula com consistência referências fundamentais, como Joseph Nye Jr., Robert Keohane, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, apresentando um recorte pertinente e atual e, finalmente, expondo com clareza as distinções entre os modelos de soft power dos

Estados Unidos e da China.

Ao tensionar a narrativa dominante de um declínio da influência norte-americana, o texto propõe uma releitura crítica tanto das fragilidades do modelo cultural estadunidense quanto dos desafios que a China enfrenta para consolidar sua influência normativa em escala global. Seu argumento central sustenta que, embora o avanço chinês no plano do hard power seja inegável, sua projeção de valores e modos de vida ainda carece de difusão e legitimidade transnacional comparável à exercida historicamente pelos Estados Unidos — o que impõe limites concretos à reconfiguração da ordem hegemônica. A análise oferece, assim, um contraponto valioso aos textos deste dossiê que enfatizam exclusivamente a erosão do poder estadunidense, ao argumentar que o vácuo de hegemonia cultural ainda não foi plenamente ocupado por nenhuma outra potência.

Em meio aos diversos enfoques adotados pelas análises deste dossiê, merece destaque a contribuição de **João Pedro Reinholz, "Trump sonha com pandas elétricos? IA como novo elemento na disputa entre EUA e China"**, que desloca o eixo da discussão do declínio hegemônico para um terreno menos habitual, mas cada vez mais decisivo: a competição estratégica em torno da Inteligência Artificial (IA). Partindo de uma matriz teórica realista e de um conjunto interessante de dados empíricos, o autor demonstra como a IA emerge não apenas como instrumento tecnológico, mas como arena geopolítica autônoma e decisiva na disputa entre Estados Unidos e China. Essa análise amplia o escopo das reflexões aqui reunidas, ao evidenciar que o "pesadelo americano" também pode se desenhar nos circuitos de silício e nos algoritmos que definem quem possui poder global na era digital.

O texto **"O levante dos algoritmos do Sul: a parceria sino-brasileira como vanguarda tecnológica do BRICS+"**, de **Kaio Lucas Mesquita e Cíntia Lucena**, apresenta uma problematização sobre os rumos da soberania tecnológica global e os possíveis deslocamentos provocados pela atuação do BRICS+, com ênfase na parceria sino-brasileira em IA. Um dos aspectos mais fortes da reflexão é a capacidade de evidenciar as contradições internas do BRICS+ e, em particular, da parceria sino-brasileira. Ao mesmo tempo em que aponta a emergência de uma nova arquitetura digital multipolar, o texto não perde de vista os riscos decorrentes de assimetrias persistentes, dependência tecnológica e limitações institucionais.

O artigo se inscreve num esforço mais amplo de pensar a reconfiguração da ordem internacional a partir das margens do sistema — ou, mais precisamente, a partir

das potências intermediárias que articulam alternativas viáveis ao domínio informacional do Norte Global. Trata-se de uma análise com um forte apelo à renovação do olhar sobre os BRICS e suas estratégias digitais, dialogando diretamente com outros textos do dossiê que tratam da erosão da hegemonia estadunidense e da ascensão tecnológica da China.

A análise **"Multilateralism in crisis: can BRICS fill the void left by a retreating United States in Global Governance?**", de **Julia Soares e Lenira Oliveira**, oferece uma análise densa e bem articulada sobre os impasses da política externa estadunidense contemporânea e seus reflexos na legitimidade da liderança global dos Estados Unidos. A partir da observação das contradições evidenciadas nas cúpulas do G7 e da oscilação da atuação norte-americana nas principais arenas multilaterais, as autoras discutem o esvaziamento do discurso universalista da ordem liberal e as oportunidades que se abrem para a projeção internacional dos BRICS. O texto destaca o papel dessa coalizão como possível alternativa à hegemonia unipolar, em um cenário de transição marcado por disputas normativas, realinhamentos estratégicos e tentativas de reconfiguração da governança global. Ao combinar solidez empírica com clareza expositiva, a análise contribui significativamente para um dos eixos centrais do dossiê: o questionamento sobre o futuro da ordem internacional diante da crise de legitimidade e de coordenação enfrentada pelos Estados Unidos.

Por fim, o último texto do dossiê, **"'Perigo amarelo': a disputa pela hegemonia global e o fantasma do racismo"**, de **Milena Sartório e Sofia Harumi Medeiros**, analisa o ressurgimento do repugnante conceito do "perigo amarelo", construção racializada que representa a China como ameaça à ordem ocidental e à hegemonia global vigente, sendo atualmente utilizada nos Estados Unidos como um instrumento simbólico de contenção da projeção global chinesa. O texto situa esse conceito como uma reação à erosão da hegemonia norte-americana, abordando o modo como representações racializadas da China, articuladas a discursos securitários e à retórica da ameaça existencial, operam como mecanismos de legitimação para a contenção do avanço chinês em diferentes frentes — econômica, tecnológica e simbólica. Nesse sentido, o texto examina como a ascensão chinesa é enquadrada pelo Ocidente sob lentes que misturam o medo do outro racializado e a defesa da civilização, reativando estigmas coloniais para preservar a centralidade do Ocidente. Ao evidenciar como o discurso racista se imbrica nas estratégias de política externa, o artigo oferece uma contribuição original e provocativa ao debate sobre o declínio da hegemonia estadunidense e os limites da

ordem internacional liberal.

Concluímos, assim, a apresentação deste dossiê com a convicção de que os textos aqui reunidos atestam a qualidade cada vez melhor dos textos publicados pela *Revista PET-REL: Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília*, oferecendo aos leitores e às leitoras não apenas diagnósticos sobre a crise da hegemonia norte-americana, mas também reflexões mais amplas sobre as transformações em curso na ordem internacional. Ao articular perspectivas teóricas diversas e análises empíricas rigorosas, as contribuições desta edição especial revelam como o "pesadelo americano" se expressa em múltiplas dimensões: na política doméstica, na moralidade da ação externa, na economia, nas questões de segurança internacional, na disputa tecnológica e no plano simbólico das disputas de poder em nível global. Esperamos que a leitura desses textos estimule debates críticos, inspire novas pesquisas e fortaleça a capacidade analítica diante do instigante desafio de compreender um mundo em profunda transição.

Boa leitura!

A luta de classes no Governo Trump: autoritarismo e colapso social

João Paulo Urbano

Ao examinar o declínio da hegemonia global dos Estados Unidos, a ascensão da China se consolida como principal catalisador desse processo. No entanto, as análises predominantes focam excessivamente em fatores externos, restringindo-se a comparações bilaterais de poder econômico e influência geopolítica. Essa abordagem, ao enfatizar elementos exógenos, acaba negligenciando os fenômenos internos que minam as estruturas da sociedade norte-americana, fator decisivo para entender a crise hegemônica em curso. Ao priorizar uma visão externalista, tais análises ignoram as crescentes contradições materiais no âmbito doméstico dos EUA e seus profundos impactos.

Nos últimos anos, particularmente durante a administração Trump, a sociedade americana testemunhou o agravamento de conflitos sociais que resultaram na eclosão de tensões políticas acumuladas por décadas. Nesse cenário de polarização radicalizada, o governo Trump tem buscado estabelecer um projeto de poder abertamente neofascista e neoliberal. Essa abordagem se concretizou por meio da progressiva centralização autoritária de poder no Executivo, aliada a medidas autoritárias econômicas que beneficiam ostensivamente o grande capital, isto é, os mesmos grupos que financiaram sua campanha e que hoje ocupam posições estratégicas no aparato estatal (Oliveira; Silva, 2025).

No atual cenário de radicalização política, a administração Trump tem adotado uma série de medidas marcadamente reacionárias. Entre as ações mais emblemáticas desse governo, destacam-se as deportações em massa de trabalhadores imigrantes, os cortes drásticos em gastos públicos de áreas sociais essenciais, a promoção de políticas com viés transfóbico e misógino, além de demissões em massa de funcionários federais, medidas que têm gerado instabilidade e amplo descontentamento (Cohen, 2025).

Essa conjuntura, somada, tem atuado como um catalisador inesperado: a reorganização e o fortalecimento dos movimentos populares. Antes fragmentados, esses grupos encontraram um ponto de união na resistência às políticas da administração Trump, mobilizando-se em torno de uma agenda comum. Como resultado da intensificação da repressão aliada a tais medidas impopulares, as políticas governistas têm atuado para unificar diferentes vertentes do ativismo, consolidando uma oposição mais organizada e coesa.

Para além das análises sobre política externa e as relações entre China e Estados Unidos, a conjuntura interna oferece elementos cruciais que não podem ser ignorados. Compreender o declínio da hegemonia americana exige, necessariamente, uma análise de como essa crise se manifesta dentro da própria sociedade estadunidense. O acirramento da luta de classes nos Estados Unidos é um reflexo direto da crise hegemônica em escala global. Analisar esse fenômeno é essencial para entender como, no plano doméstico, pode estar se configurando o fim do império americano no cenário mundial.

A Consolidação da Extrema Direita

A consolidação da extrema direita americana não ocorreu de maneira abrupta, mas sim por meio de um crescimento gradual ao longo das décadas. Esse processo teve como principal catalisador a precarização crescente das condições de vida da classe trabalhadora e a erosão contínua do “"sonho americano”" para amplos setores da população, especialmente entre os mais pobres. Independentemente do partido no poder, a dificuldade cada vez maior de acesso à saúde pública, à moradia digna e a empregos estáveis alimentou um crescente sentimento de frustração e revolta, criando assim o terreno fértil para o surgimento de retóricas radicais.

Um exemplo claro desse contexto pode ser encontrado quando observamos de perto os indicadores soócio econômicos. No ano de 2022, aproximadamente 1,2 milhão de crianças estavam desabrigadas nos Estados Unidos. Esse número superava a quantidade de crianças abrigadas em 28 estados do país, evidenciando uma grave fragilidade social (National Alliance to end Homelessness, 2024). Essa realidade é reflexo de uma desigualdade econômica que atingiu níveis históricos. Atualmente, o 1% mais rica

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

concentra uma parcela da riqueza nacional equivalente à soma dos rendimentos dos 45% mais pobres (Foster, 2025). Nas últimas décadas, um dado surpreendente, é de que um CEO norte-americano recebe 296 vezes mais do que um trabalhador médio (Nos EUA [...], 2014). A combinação entre a estagnação da renda dos trabalhadores e a redução progressiva das proteções sociais criou as condições ideais para a exploração política desse descontentamento.

Embora o fortalecimento da extrema -direita seja um processo de longo prazo, a crise financeira de 2008 funcionou como seu gatilho decisivo. Esse evento expôs as falhas estruturais do sistema, aprofundou a desigualdade e intensificou a precarização do mundo do trabalho. Nesse contexto de insatisfação, ganharam força movimentos como o Tea Party Group, uma organização extremista cujo nome alude à histórica “"Festa do Chá de Boston”" (Foster, 2025). Em vez de mirarem nas elites financeiras responsáveis pelo colapso, esses grupos direcionaram o descontentamento popular contra populações vulneráveis, como imigrantes e minorias. Utilizando um discurso racista e misógino, eles converteram a crise econômica em uma narrativa de ódio, desviando o foco das verdadeiras causas do problema.

Dessa forma, o contexto social e ideológico estava armado para que esses grupos passassem a dominar a cena. Aliado a isso, estava uma conjuntura na qual o declínio da hegemonia global dos EUA culminou numa postura mais agressiva das elites financeiras na imposição do seu poder econômico frente ao poder político do Estado. A decisão da Suprema Corte em 2010 foi um caso marcante desse cenário. A C suprema corte, pressionada por esses mesmos grupos, decidiu liberar ilimitadamente o financiamento que grandes empresas poderiam fazer para campanhas políticas (Martins, 2025). Com recursos abundantes, grupos como o *Tea Party* receberam financiamento diretamente das famílias mais ricas do país, como a família Koch, que buscavam impulsionar cada vez mais movimentos extremistas de direita (Foster, 2025).

O resultado não poderia ser outro, o *Tea Party Group* conseguiu eleger 87 políticos para o congresso norte-americano, dentre eles, o atual secretário de Estado, Marco Rubio, na época, eleito senador pelo estado da Flórida (Foster, 2025). Além do poder econômico desmedido, financiado pelas corporações multibilionárias, a consolidação da extrema direita se beneficiou das estruturas típicas do sistema eleitoral americano que promovem a manutenção

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

de um poder oligárquico. Prova disso é que a maioria dos eleitos pelo *Tea Party Group*, vieram diretamente dos chamados "*gerrymandered districts*"", regiões nas quais existe uma manipulação geográfica nos desenhos do distrito para favorecer um determinado partido. Tal sistema é feito a mais de séculos e se tornou uma prática comum na "democracia" americana (Kirschenbaum; Li, 2021). Ao concentrar eleitores opositores em poucas regiões e dispersar seus próprios apoiadores, essa prática garante vitórias mesmo sem maioria popular, distorcendo a representação e fortalecendo grupos extremistas.

Foi nesse contexto histórico que a extrema direita pôde se consolidar e vencer,vencer pela primeira vez, a corrida presidencial de 2016. Trump já fez referência direta ao *Tea Party Group*, dizendo que hoje eles se transmutaram no MAGA (*"Make America Great Again"*) (Foster, 2025), seu próprio movimento que o levou a conquistar alcançar dois mandatos presidenciais. O giro que Trump vem fazendo, de assumir cada vez mais abertamente seus anseios neofascistas e traduzir isso em medidas práticas, torna o cenário cada vez mais preocupante. O autoritarismo vem crescendo não só na retórica, mas em medidas que afrontam diretamente o sistema democrático e tem encontrado o respaldo de seus apoiadores que com o passar dos anos estão cada vez mais radicalizados. A extrema -direita, hoje, se encontra-se consolidada e no controle do aparato estatal, e será preciso um nível de organização e mobilização popular massiva para derrotá-los.

Estopim social: resistência e confrontação

Nesse contexto, as mobilizações populares de grupos de esquerda e progressistas ganharam força notável. A imposição de políticas autoritárias e neoliberais pelo governo Trump funcionou como um catalisador, unificando e fortalecendo esses grupos antes fragmentados. A resistência a medidas como deportações em massa, cortes em gastos sociais e políticas discriminatórias deu novo fôlego à mobilização social, unindo diferentes vertentes do ativismo em uma agenda comum de oposição.

Atualmente, os Estados Unidos vivenciam ondas de mobilizações em níveis inéditos neste século. Movimentos sociais, antes enfraquecidos ou isolados, encontraram na figura de Trump um inimigo comum e um ponto de

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

convergência para suas lutas. A retórica e as ações do governo, ao atacarem diretamente direitos civis, minorias e trabalhadores, impulsionaram uma oposição cada vez mais coesa. Protestos históricos, como as Marchas das Mulheres, exemplificam esse fenômeno, atraindo multidões às ruas dos estados americanos sob o protagonismo feminino na luta anti-Trump (Berger; Taft, 2025).

Observou-se, assim, um crescimento do engajamento de base, com a formação de novos coletivos e o fortalecimento de organizações já existentes. Essa resistência se manifestou em diversas frentes, desde a defesa de imigrantes e refugiados contra políticas de deportação, passando pela luta por direitos LGBTQIA+ e igualdade racial, até a oposição a cortes em programas sociais e ambientais.

Paralelamente, cortes orçamentários drásticos em programas sociais aprofundaram as dificuldades da classe trabalhadora. A redução de verbas no programa WIC (Mulher, Bebê e Criança), por exemplo, ameaça deixar mães solteiras de baixa renda sem acesso a planos de saúde, creches e assistência nutricional para seus filhos (Griffin; Nair; Orbach-Mandel, 2025). Ao mesmo tempo, os cortes no Programa de Assistência de Energia colocam milhões de famílias em risco de passar frio durante o inverno, por não terem como arcar com os custos do aquecimento de suas próprias casas (Smith, 2025). Nos dois casos, os relatórios apontam como as famílias negras serão as mais afetadas.

No campo da imigração, o governo buscou criminalizar ainda mais essa população ao reativar a Lei de Registro de Estrangeiros, que obriga não-cidadãos a se registrarem e a fornecerem relatórios sobre suas atividades (Koidl, 2025). Essa aliança entre o neoliberalismo brutal que visa cortar gastos sociais para os mais necessitados e uma perseguição a minorias raciais de caráter abertamente fascista, representou um duro golpe para a classe trabalhadora.

Diante desse cenário, as tensões acumuladas deram origem a novos focos de resistência. Los Angeles, uma das maiores e mais diversas cidades dos Estados Unidos, tornou-se um epicentro da oposição às políticas de Trump, especialmente no que tange à imigração. As deportações em massa, com metas de três mil prisões diárias pelo Serviço de Imigração e Alfândega, miraram deliberadamente "cidades-santuário" como Chicago e Los Angeles (Trump [...], 2025). As batidas do ICE na região,

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

muitas vezes realizadas de maneira inconstitucional, têm gerado a revolta da população (Azare; Burns, 2025). Além disso,, e os protestos que tomaram a cidade não foram manifestações isoladas, mas um reflexo da profunda insatisfação que cresce em todo o país.

Um novo movimento que busca unificar a oposição, denominado 50501, ganhou força nos Estados Unidos. O nome faz alusão à sua meta original: organizar 50 protestos, nos 50 estados, em um único dia. Contrariando as expectativas, a mobilização foi um sucesso e superou em muito o objetivo inicial. Em 14 de junho de 2025, em que é comemorado o Dia da Bandeira, 820 protestos eclodiram em cidades americanas, reunindo aproximadamente 6seis milhões de pessoas (Demopoulos, 2025). Estima-se que mais de 1,5% da população foi às ruas para se manifestar contra o presidente, que no momento participava da tradicional parada militar do feriado.

Marcados por confrontos com as forças de segurança e pela presença da Guarda Nacional, os atos evidenciaram a intensidade da luta de classes e a disposição da população em resistir ao autoritarismo. Apenas em Los Angeles, a polícia prendeu dezenas de manifestantes e feriu centenas com gás lacrimogêneo, balas de borracha e *spray* de pimenta (McFadden, 2025). A resposta do governo Trump, que incluiu o envio de fuzileiros navais e a federalização de tropas da Guarda Nacional para conter as manifestações, apenas acirrou os ânimos e solidificou a percepção de um governo autoritário.

O dia 14 de junho de 2025 ficará marcado na história dos Estados Unidos como o palco de uma das mais massivas e nacionalizadas manifestações de rua do país. A grande ironia da data é que, além de ser o Dia da Bandeira –, uma celebração que tradicionalmente reaviva o nacionalismo americano –, é era também o dia do aniversário de Donald Trump. O ex-presidente aproveitou a parada militar do feriado para se promover, o que gerou uma repercussão negativa e intensificou a revolta. Entre os manifestantes, eram comuns os gritos e cartazes com a frase *"No Kings"* (Sem Reis). Essa palavra de ordem foi popularizada pela organização homônima, *"No Kings"*, que se baseia no princípio dos 3,5% – (a teoria de que basta a mobilização de 3,5% da população de um país para derrubar um governo autoritário) (Photos [...], 2025). A organização já planeja novos protestos e continua a mobilizar cidadãos para futuras datas.

A explosão de mobilizações e novas formas de organização

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

social desmascara a administração de Donald Trump e seus aliados, cuja repressão violenta apenas confirma o quanto se sentem acuados. A tendência é que os protestos se tornem uma constante, a menos que o governo recue em suas políticas. O dilema é claro: ceder às ruas significaria enfrentar a fúria de sua base de apoiadores. Ciente disso, o governo aposta na urgência de sufocar a crise nas ruas pelo uso desmedido da força. No fundo, a crise interna espelha a decadência da hegemonia global americana, levando a uma gestão que vê no autoritarismo sua única tábua de salvação. Enquanto Trump responder às vozes das ruas com violência, mais se afundará na crise que ele mesmo criou.

Considerações Finais

A análise do governo Trump e da conjuntura política recente nos Estados Unidos revela que a crise da hegemonia americana no cenário global está intrinsecamente ligada às suas contradições internas. Limitar a compreensão desse declínio a fatores externos, como a ascensão da China, oferece uma visão incompleta que negligencia o acirramento da luta de classes e a profunda polarização social em solo americano. O fortalecimento de uma extrema -direita de caráter neofascista, encontrou no governo Trump um promotor para a implementação de uma agenda autoritária e neoliberal que aprofundou as tensões sociais acumuladas por décadas. A análise dos fenômenos domésticos, portanto, não é um complemento, mas um elemento central para compreender a dimensão e a natureza da crise hegemônica em curso.

Tais contradições, no atual sistema global, são intensificadas pelo domínio do capital financeiro sobre o aparato político, tornando inviável o sonho de Donald Trump de restaurar uma era de ouro industrial já superada. A nostalgia de um passado de pleno emprego e domínio produtivo não se sustenta na realidade presente, o que demonstra que a resiliência do império americano está minada por seus conflitos internos. Compreender as contradições internas da sociedade americana é, portanto, compreender a raiz da crise de hegemonia. Dessa forma, ainda que um declínio completo seja um processo gradual, o império já revela fragilidades estruturais. Se essas fissuras, visíveis tanto no plano doméstico quanto no internacional, não forem superadas, ele sucumbirá ao peso de suas próprias contradições.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

AZARE, S.; BURNS, R. “Don’t Open the Door”: How Chicago Is Frustrating ICE’s Campaign of Fear. **In These Times**, 30 jan. 2025. Disponível em: https://inthesetimes.com/article/dont-open-the-door-how-chicago-is-frustrating-ices-campaign-of-fear. Acesso em: 25 jun. 2025.

BERGER, E.; TAFT, I.. Thousands Gather to Oppose Trump on International Women’s Day. **The New York Times**, 8 mar. 2025. Disponível em: https://www.nytimes.com/2025/03/08/us/politics/international-womens-day-protests-trump.html. Acesso em: 25 jun. 2025.

COHEN, S. Tracking the Trump Administration’s Harmful Executive Actions: U.S. **House of Representatives**, 2025. Disponível em: https://cohen.house.gov/TrumpAdminTracker. Acesso em: 25 jun. 2025.

DEMOPOULOS, A. Were the No Kings protests the largest single-day demonstration in American history?. **The Guardian,** 19 jun. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/jun/19/no-kings-how-many-protesters-attended. Acesso em: 25 jun. 2025.

FOSTER, J. B. The U.S. Ruling Class and the Trump Regime. **Monthly Review**, 1 abr. 2025. Disponível em: https://monthlyreview.org/2025/04/01/the-u-s-ruling-class-and-the-trump-regime/. Acesso em: 25 jun. 2025.

GRIFFIN, K. T.; NAIR, N.; ORBACH-MANDEL, H. Equity on the Line: The Dangerous Cost of Cutting Support for Black Women. **California Budget & Policy Center**, mai. 2025. Disponível em: https://calbudgetcenter.org/resources/equity-on-the-line-the-dangerous-cost-of-cutting-support-for-black-women/. Acesso em: 25 jun. 2025.

KIRSCHENBAUM, J.; LI, M. Gerrymandering Explained. **Brennan Center for Justice,** 10 ago. 2021. Disponível em: https://www.brennancenter.org/our-work/research-reports/gerrymandering-explained. Acesso em: 25 jun. 2025.

KOIDL, L. New Immigration Registration Rule for Foreign Nationals (US). **Employment Law Worldview**. 18 abr. 2025. Disponível em: https://www.employmentlawworldview.com/new-immigration-registration-rule-for-foreign-nationals-us/. Acesso em: 25 jun. 2025.

Referências

MARTINS, M. Suprema Corte dos EUA libera financiamento de campanhas políticas por grandes empresas. **O Globo**,. Rio de Janeiro, 21 jan. 2010. Disponível em: https://oglobo.globo.

MCFADDEN, A. How Many People Have Been Arrested Since the L.A. Protests Began?. **The New York Times,** 10 jun. 2025. Disponível em: https://www.nytimes.com/2025/06/10/us/la-protest-arrests-immigration.html. Acesso em: 26 jun. 2025.

NATIONAL ALLIANCE TO END HOMELESSNESS. **Nationwide, More Children Live in the State of Homelessness than in Most American States,**. 27 ago. 2024. Disponível em: https://endhomelessness.org/resources/sharable-graphics/nationwide-more-children-live-in-the-state-of-homelessness-than-in-most-american-states/. Acesso em: 25 jun. 2025.

NATIONWIDE photos of no kings protests. **THE ASSOCIATED PRESS**., 15 jun. 2025. Disponível em: https://apnews.com/photo-gallery/no-kings-protest-trump-us-b5de52994b7c592034fb19b7d3e9d577. Acesso em: 25 jun. 2025.

Nos EUA, CEOs ganham 296 vezes o salário do funcionário médio, revela pesquisa. **O Globo**,. Rio de Janeiro, 25 ago. 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/emprego/nos-eua-ceos-ganham-296-vezes-salario-do-funcionario-medio-revela-pesquisa-13720748. Acesso em: 25 jun. 2025.

OLIVEIRA, L.; SILVA, V.H. Como Musk conseguiu cargo no governo Trump e o que esperar a partir de agora. **G1**, Rio de Janeiro, 21 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/21/como-musk-conseguiu-cargo-no-governo-trump-e-o-que-esperar-a-partir-de-agora.ghtml. Acesso em: 25 jun. 2025.

PHOTOS Photos of anti-Trump 'No Kings' demonstrations across the US. **AP News**, 15 jun. 2025. Disponível em: https://apnews.com/photo-gallery/no-kings-protest-trump-us-b5de52994b7c592034fb19b7d3e9d577. Acesso em: 26 jun. 2025.

SMITH, D. LIHEAP cuts could leave thousands of Pennsylvanians without heat this winter. **MSN,** 24 jun. 2025. Disponível em: https://www.msn.com/en-us/news/politics/liheap-cuts-could-leave-thousands-of-pennsylvanians-without-heat-this-winter/ar-AA1HiTUD . Acesso em: 25 jun. 2025.

Referências

TRUMP Trump estabelece meta de 3 mil prisões de imigrantes por dia e 1 milhão por ano. In: Infomoney, **AGÊNCIA O GLOBO**. 30 maio 2025. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/mundo/trump-estabelece-meta-de-3-mil-prisoes-de--imigrantes-por-dia-e-1-milhao-por-ano/. Acesso em: 25 jun. 2025.

O Império se Devora: os Bilionários e a Crise de Valores nos Estados Unidos

Gabriel Modolo Capelozza Boaventura

Em 1863, durante a Guerra Civil, o então presidente Abraham Lincoln proferiu o célebre Discurso de Gettysburg como reafirmação dos princípios fundadores dos Estados Unidos. Ao defender um "renascimento da liberdade" e um governo "do povo, pelo povo e para o povo", Lincoln (1863) ressignificou a democracia como compromisso moral com a igualdade e a dignidade humana, marcando um ponto simbólico na definição dos EUA como projeto coletivo baseado na liberdade.

Décadas mais tarde, esses mesmos valores seriam fundamentais para a projeção internacional dos Estados Unidos. Como defende Joseph Nye (2004), o *soft power* americano repousa fundamentalmente na promoção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades individuais. A credibilidade desses princípios legitimou a posição de líder dos EUA no cenário internacional por décadas. Hoje, no entanto, essa hegemonia enfrenta uma crise multidimensional, sendo uma de suas dimensões de natureza civilizatória, que considera o esvaziamento dos valores que historicamente sustentaram a ordem liberal internacional.

Nesse contexto, ganha destaque a interação entre grandes empresários, como Elon Musk, Jeff Bezos e Mark Zuckerberg, e o poder estatal. Essa dinâmica evidencia um processo autofágico no qual as bases tradicionais da democracia liberal são corroídas, enquanto ocorre a ascensão de valores privados promovidos por essa elite empresarial, que privilegia a despolitização, o controle tecnológico e a concentração de poder econômico. Esta análise busca compreender essa tendência, examinando as implicações da convergência entre poder econômico e político para a erosão dos valores universais que outrora sustentaram a liderança global dos Estados Unidos.

Quando os bilionários sentam à

mesa...

Durante a posse de Donald Trump, Elon Musk, Jeff Bezos e Mark Zuckerberg, os três dos homens mais ricos do mundo, ocuparam lugar de destaque, sentando-se lado a lado em posição privilegiada, à frente, inclusive, de indicados para compor o novo gabinete presidencial (Helmore, 2025). Tal arranjo não é fruto do acaso, mas revela motivações políticas e econômicas, sinalizando a centralidade que o capital bilionário ocupa no núcleo do poder estatal.

Musk, então confidente pessoal do presidente, financiou sua campanha com mais de US$ 250 milhões (Roeloffs, 2025). Já Zuckerberg, da Meta, após anos de atrito com Trump, não apenas doou ao fundo inaugural como também ajustou as políticas de checagem de fatos em suas plataformas e nomeou aliados do presidente eleito ao conselho da empresa (Roeloffs, 2025). Bezos, antes antagonizado por Trump, elogiou publicamente sua "graça sob fogo" após a tentativa de assassinato e também contribuiu com US$ 1 milhão ao comitê inaugural (Roeloffs, 2025).

Para além das contribuições financeiras, destaca-se, também, a atuação de Musk no comando do recém-criado Departamento de Eficiência Governamental (DOGE, em inglês). Sob sua liderança, foram implementados cortes profundos nos gastos públicos federais, com a justificativa de promover a modernização da máquina estatal. As medidas incluíram o esvaziamento de programas sociais, demissões em massa e a eliminação de estruturas burocráticas, classificadas como obstáculos à eficiência ou como despesas supérfluas (Lucas, 2025).

Mas, afinal, qual é o problema de tal interação? A essência da resposta está na ideia de que essa rede de apoio sinaliza um processo de erosão institucional em que a mediação política dá lugar à ação direta do capital sobre o poder, em detrimento da atuação de partidos, imprensa e agências reguladoras. O discurso do bem comum, fundamental para a democracia, dá espaço ao discurso da competência empresarial, do sucesso financeiro e da inovação tecnológica.

Alguns teóricos ajudam a entender esse fenômeno. Fraser (2020) nomeia essa aliança entre capital financeiro de Wall Street e capital cultural do Vale do Silício de "neoliberalismo progressista". Segundo a autora, essa união reconfigura a esfera pública como um mercado, em que os valores de eficiência, inovação e competitividade

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

são elevados à condição de virtudes cívicas. Nesse arranjo, funções públicas essenciais passam a ser tratadas como oportunidades de lucro privado, esvaziando o sentido democrático do Estado.

O cientista político Corey Robin (2018) defende, por sua vez, que o conservadorismo moderno aceita a perda de hegemonia estatal desde que consiga manter o poder nos domínios privados — família, mercado, empresa. A fusão entre política e bilionários das *Big Techs* não é, assim, uma anomalia no sistema, mas um desdobramento da lógica reacionária: a manutenção do privilégio e da hierarquia social, agora mascarados de inovação e tecnologia.

É importante, no entanto, esclarecer que, embora se vendam sob o discurso da modernização e da suposta eficiência, a aproximação de empresários ao núcleo do governo revela, na prática, a defesa de interesses privados. O caso de Musk é emblemático nesse sentido: ao perceber que a nova agenda econômica da Casa Branca, em especial um pacote fiscal aprovado por Trump, poderia afetar seus interesses financeiros, ele rompeu politicamente com o governo ainda antes da metade do primeiro ano de mandato, qualificando a medida como uma "abominação repugnante" e renunciando ao cargo em protesto (Bocanegra, 2025).

Essa reação confirma os achados de um estudo da *London School of Economics* (2017), que desmonta o mito da superioridade dos empresários como gestores públicos. Prefeitos com perfil empresarial não apresentaram melhor desempenho em áreas como orçamento, saúde ou educação, sugerindo que a promessa de eficiência não passa de um mito para legitimar a entrada direta do capital na política (Odilla, 2017). A existência de um "Estado-Empresa" é ilógica, uma vez que o objetivo não é gerar lucro, mas garantir direitos e negociar em nome do interesse coletivo, o que pode ser frequentemente incompatível com a lógica empresarial.

A ascensão de Donald Trump, bilionário e empresário, à presidência dos Estados Unidos é exemplar: quando bilionários passam a ocupar o núcleo do poder estadunidense, o que se revela não é só a força do capital sobre as instituições, mas o esvaziamento dos princípios que sustentam a democracia liberal. Apesar dos Estados Unidos se apresentarem historicamente como uma democracia modelo, suas práticas revelam uma administração moldada por interesses privados e lógicas de mercado, os quais se sobrepõem ao bem comum. Esse

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

descompasso entre discurso e ação mina a legitimidade institucional e viabiliza a existência de projetos que não apenas rejeitam a mediação democrática, mas defendem ativamente sua substituição.

... a democracia se retira

À medida que a lógica empresarial se consolida com a presença de grandes empresários no núcleo do poder nos EUA, o que se retira desse espaço é a própria democracia. Essa presença reconfigura o campo político segundo critérios tecnocráticos, enquanto o governo adota um discurso que esvazia o futuro como horizonte. Nesse cenário, o discurso neorreacionário encontra legitimidade prática: o futuro deve se inspirar nas hierarquias passadas, as quais não consideram a necessidade de um regime democrático como o conhecemos.

Desde seu primeiro mandato, Donald Trump articula uma retórica de retorno à grandeza americana baseada na idealização do passado. Essa lógica se alinha ao que Snyder (2019) define como política da eternidade: uma narrativa de vitimização cíclica, marcada pela invenção de inimigos constantes, tanto internos quanto externos, e pela fabricação de crises que legitimam a estagnação e adiam indefinidamente a promessa de uma América *"great again"*.

Essa ode ao passado não se limita ao pensamento de Trump; ela ressoa amplamente entre grupos reacionários nos Estados Unidos, que se veem representados e fortalecidos por essa visão nostálgica de ordem e autoridade. Intelectualmente, essa visão tem sido moldada por figuras como Curtis Yarvin e Nick Land, articuladores do chamado Iluminismo Sombrio. Ambos defendem o desmonte da democracia liberal e sua substituição por uma ordem tecnocrática comandada por um "CEO soberano". Yarvin propõe um modelo de Estado em que cidadãos são tratados como clientes sem voz. Land, por sua vez, celebra o colapso da racionalidade iluminista e aposta na aceleração do capitalismo como catalisador de uma nova ordem pós-democrática (Derbyshire, 2025).

Essa aceleração do capitalismo é interpretada por militantes de extrema-direita como uma oportunidade de provocar o colapso do sistema vigente por meio de violência. Nesse sentido, o ataque ao Capitólio em 2021, por exemplo, não foi um simples motim ou protesto eleitoral, foi, para muitos grupos envolvidos, uma ação estratégica

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

deliberada para deslegitimar as instituições democráticas e precipitar uma ruptura sistêmica (Hoffman; Ware, 2024). O caos buscado não era colateral, mas central à lógica aceleracionista: o colapso como método político.

Os anseios antidemocráticos não permanecem apenas no campo teórico. O relatório do *Southern Poverty Law Center* (Kieffer *et al.*, 2024) revela que mais de 100 organizações ultraconservadoras, atuaram na formulação do chamado "Project 2025", um plano de reestruturação institucional que visa concentrar poderes no Executivo e desmontar garantias constitucionais de caráter liberal-democrático. Embora Trump tenha negado vínculos, sua equipe de transição usou amplamente o banco de dados do projeto, cujas diretrizes foram incorporadas desde os primeiros decretos do segundo mandato, tornando a iniciativa um roteiro informal de governo (Townley, 2025).

As ações recentes do governo Trump reforçam esse movimento. No primeiro ano de seu novo mandato, liderou a maior operação de deportação da história dos EUA, com denúncias de graves violações de direitos humanos (Orgaz, 2025), retirou o país do Conselho de Direitos Humanos da ONU e manteve o rompimento com a agência da ONU para refugiados (Trump..., 2025). Internamente, manifestações em oposição ao governo têm sido reprimidas com violência (Yeung, 2025), e 1.500 envolvidos no ataque ao Capitólio receberam perdão presidencial (Cohen, 2025), num gesto que legitima a ruptura democrática como programa de poder.

Ao mobilizar retórica autoritária, práticas antidemocráticas e a valorização da autoridade tecnocrática, o governo Trump aprofunda a crise de valores que sustenta a democracia liberal. Nesse cenário, alternativas autoritárias deixam de ser marginais e ocupam o centro do projeto de poder, ganhando concretude em meio ao colapso simbólico e institucional do regime democrático.

Considerações finais

As interações entre bilionários e o poder estatal nos Estados Unidos revelam um processo autofágico no qual a democracia liberal, ao buscar adaptar-se aos imperativos do capital, termina por sabotar os próprios fundamentos que lhe conferem legitimidade. A aproximação entre elites econômicas e o núcleo do governo, longe de representar simples pragmatismo administrativo, expressa o deslocamento da soberania popular para uma

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

elites econômicas e o núcleo do governo, longe de representar simples pragmatismo administrativo, expressa o deslocamento da soberania popular para uma racionalidade mercadológica e privatista, fundada em critérios de eficiência, inovação e rentabilidade.

Como argumenta Fraser (2020), o "neoliberalismo progressista" legitima essa fusão entre capital financeiro e tecnológico ao redefinir a esfera pública como mercado. Sob esse viés, os valores de cidadania, justiça, representação e mediação são substituídos por métricas de desempenho e empreendedorismo individual. Corey Robin (2018) complementa esse diagnóstico ao demonstrar que o conservadorismo contemporâneo não se opõe necessariamente à fragilização do Estado, desde que os espaços privados de dominação permaneçam intactos. O efeito é a normalização da desigualdade, camuflada por uma retórica de modernização e progresso.

Nesse cenário, a "política da eternidade", como definida por Timothy Snyder (2019), ganha centralidade ao oferecer uma resposta ideológica ao colapso institucional. Ao invés de imaginar futuros democráticos, o discurso político apela a mitos de grandeza passada, reforçando hierarquias e inimigos internos como justificativa para estagnação e, até mesmo, retrocessos. Assim, o Estado deixa de ser o mediador do conflito social para se tornar agente ativo da sua desdemocratização.

O governo do povo, pelo povo e para o povo, evocado por Lincoln, torna-se, então, um contraponto dramático à realidade atual. A democracia liberal, ao permitir que sua estrutura seja capturada por interesses privados e valores de mercado, acelera sua substituição por alternativas autoritárias de gestão, disfarçadas de inovação. Quando os bilionários sentam à mesa, a democracia, desautorizada, violada e desgastada, se levanta.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

BOCANEGRA, C. Elon Musk chama pacote fiscal de Trump de “abominação repugnante” . **InfoMoney**, 03 jun. 2025. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/economia/elon-musk-chama-pacote-fiscal-de-trump-de-abominacao-repugnante/. Acesso em: 09 jun. 2025.

COHEN, S. Perdão de Trump a 1.500 condenados por ataque ao Capitólio sinaliza o seu desprezo pelo sistema judiciário dos EUA. **G1**, 21 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2025/01/21/perdao-de-trump-a-1500-condenados-por-ataque-ao-capitolio-sinaliza-o-seu-desprezo-pelo-sistema-judiciario-dos-eua.ghtml. Acesso em: 10 jun. 2025

DERBYSHIRE, J. Iluminismo sombrio molda visão política de Trump e aliados. **Folha de SP**, 3 abr. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/04/iluminismo-sombrio-molda-visao-politica-de-trump-e-aliados.shtml. Acesso em: 11 jun. 2025

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Autonomia Literária**, 2020.

HELMORE, E. Trump inauguration: Zuckerberg, Bezos and Musk seated in front of cabinet picks. **The Guardian**, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/jan/20/trump-inauguration-tech-executives. Acesso em: 09 jun. 2025

HOFFMAN, B.; WARE, J. **God, guns, and sedition: Far-right terrorism in America**. Columbia University Press, 2024.

KIEFFER, C.; CRAVENS, R. G.; GAIS, H.; RIVAS, R. C. The false fear of ‘White genocide’. In: **Southern Poverty Law Center**. **The Year in Hate & Extremism 2024.** Montgomery, AL: SPLC, 2024. Cap. 4.

LINCOLN, A. **Gettysburg address delivered at Gettysburg Pa.** Library of Congress. 19 nov. 1863. Disponível em: https://www.loc.gov/item/rbpe.24404500/. Acesso em: 11 jun. 2025.

LUCAS, J. Era Musk no DOGE: 130 dias de reformas, combate à agenda woke e US$ 175 bilhões em economia. **Gazeta do Povo**, 29 mai. 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/era-musk-no-doge-130-dias-de-reformas-combate-a-agenda-woke-e-us-175-bilhoes-em-economia/. Acesso em: 09 jun. 2025.

Referências

ODILLA, F. Estudo contesta crença de que empresário se sai melhor na gestão pública. **BBC**, 21 set. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41206401. Acesso em: 09 jun. 2025.

ORGAZ, C. J. A lei usada pelos EUA para trancar japoneses em campos de concentração, que Trump quer reativar para deportações em massa. **BBC**, 9 fev. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly98g4p229o. Acesso em: 10 jun. 2025.

ROBIN, C. **The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Donald Trump**. Oxford University Press, 2018.

ROELOFFS, M. Quem São os Bilionários Que Participarão da Posse de Trump. **Forbes**, 16 jan. 2025. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-money/2025/01/quem-sao-bilionarios-que-participarao-da-posse-de-trump/. Acesso em: 09 jun. 2025

SNYDER, T. **Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas**. Editora Companhia das Letras, 2019.

TOWNLEY, D. How Project 2025 became the blueprint for Donald Trump's second term. **The Conversation**, Portsmouth, 25 abr. 2025. Disponível em: https://theconversation.com/how-project-2025-became-the-blueprint-for-donald-trumps-second-term-255149. Acesso em: 22 jul. 2025.

TRUMP retira EUA do Conselho de Direitos Humanos da ONU e mantém rompimento com agência para refugiados. **Brasil de Fato**, 4 fev. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/02/04/trump-retira-eua-do-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-e-mantem-rompimento-com-agencia-para-refugiados/. Acesso em: 11 jun. 2025.

NYE, J. S. **Soft power: The means to success in world politics.** Public affairs, 2004.

YEUNG, J. Protestos, toque de recolher e prisões: As últimas 24 horas em Los Angeles. **CNN**, 11 jun. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/protestos-toque-de-recolher-e-prisoes-as-ultimas-24-horas-em-los-angeles/. Acesso em: 11 jun. 2025.

Is he making America great again? The role of Trump's rhetoric in the downturn of the United States

Leonardo Nascimento e Pedro Marcelo de Souza

Throughout Richard Nixon's presidency (1969-1974), U.S. foreign policy was often conducted under the president's complex — and at times unreasonable — auspices, particularly regarding the actions of U.S. troops in the Vietnam War. This approach, labeled "The Madman Theory", is clarified by the measures adopted to threaten an opponent with extreme and disproportionate use of force applied to resolve a dispute. The opponent understands that the one who threatens is capable of reckless or irrational acts to achieve their interests (Burr; Kimball, 2015 *apud* Boys, 2021, p. 05).

In this regard, understanding emotions is fundamental to comprehending the decisions made by representatives, ministers, or advisors. Since foreign policy decision-making processes are inherently high-pressure environments, often defined by fear and anger, the cognitive element serves to explain how political actors analyse situations and outline military and political strategies against threats. This encourages reactions based on preexisting beliefs or rationalizing an ambiguous decision (Ramanzini Junior; Farias, 2021).

Donald Trump's election for his second term as the U.S. 47th president reinforces Burr and Kimball's approach through its aggressive and unstable behaviour. Having previously recognized anger as the driving force behind his first-term actions, justified by the "mess left in the country by incompetent leaders" (Drezner, 2025), his current administration continues this paradigm. Rather than a departure, Trump's second term is an overstretch of his former policy, which excessively dismissed multilateralism and democratic institutions, in contrast to China's rise, global order crises, and the economic measures imposed on other states. This context changes the positive tone of his inaugural speech into a pressing question: Is America's decline over? (Trump, 2025).

This discussion aims to examine how Trump's rhetoric

corroborates as a counterpart to his government's highly praised slogan, "Make America Great Again". This study will employ political psychology and discourse analysis to investigate Trump's second term as a partial causality in the downturn of the United States hegemony.

Political psychology and the emotional logic of Trump's rhetoric

Emotions are subjective mental expressions that reveal deep feelings toward an object, event, or person, often accompanied by bodily, psychological, and/or behavioural changes (APA, 2025). In the field of political psychology, since emotions encompass human cognitive psychological methods, their shipping to international political thought positions the foreign policy decision-making process as both a psychological and political phenomenon practiced by political actors influenced by cultural circumstances, beliefs, and institutions (Sasley, 2011; Zilincik, 2024). According to this perspective, individual emotions are enlarged, indicating that the group and the individual influence one another mutually. Depending on the impact of a given issue on the domestic sphere and the state's international behavior, the resulting emotions can influence key foreign policy decisions. Thus, personal conceptions and interpretations of reality shape, to some extent, the identity a nation seeks to build up and serve as relevant factors in decision-making (Zilincik, 2024).

Renshon and Lerner (2012) identify two emotional categories relevant to understanding the decision-making process: integral and incidental emotions. Integral emotions are associated with the decision at hand, representing rational projections that support the decision-making process. Notwithstanding, they also affect cognitive evaluation when multiple options are present, as they are filtered through the decision-maker's personal experiences within a given scenario. Incidental emotions, on the other hand, influence decisions in an unexpected way. They arise from previous situations or factors particular to the individual's personality — such as egocentrism, narcissism, negligence, fear, or anger. These emotions can manifest in foreign policy actors targeting different sectors and groups, in themes such as security, climate change, or migration (Lerner; Renshon, 2012).

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Accordingly, the relevance of political psychology is evident in the actions of leaders like Donald Trump, who act as catalysts and mediators of collective emotions. Political discourse, in this context, is not only informative; it is fundamentally a rhetorical instrument that evokes and outlines feelings, beliefs, and biases in public opinion. It constructs subjects as agents of meaning, capable of shaping realities through the mechanisms employed to project them (Lima, 2003). Therefore, the ability to "frame" complex issues in simplified emotional terms allows once unpopular or irrational decisions to acquire legitimacy, manipulating a State's ability to project its influence and maintain — or not — its hegemony.

In his inaugural speech in January 2025, Trump promoted a rough, controversial, and nationalist rhetoric that previewed an assertive and punitive foreign policy. His speech included claims to take over the Gulf of Mexico, the Panama Canal, transform the United States into the envy of all nations, and defend the country against threats and invasions in unprecedented ways (Trump, 2025). The global economy was severely impacted by the intensified trade war between the U.S. and China in April 2025, creating significant uncertainty. Such escalation saw the U.S. under Trump raise tariffs on all Chinese imports to 145%, prompting China to implement countermeasures of 125% on U.S. goods. (Holland; Knight, 2025).

On Liberation Day, the universal tariffs declared under the America First Trade Policy were accompanied by a discourse that not only aimed to expedite the strengthening of the U.S. sovereignty through an economic independence allegation. It effectively characterized other nations as pillagers, cheaters, and scavengers (The White House, 2025). Altogether with the hostilities in the Oval Office against leaders of South Africa, Jordan, and United Kingdom (Collinson, 2025), this punitive diplomacy alongside with the threats toward nations' sovereignty reinforces MAGA as a project to destabilize American international support and to undermine its hegemony in a long-term understanding.

Therefore, by articulating an emotionally charged narrative that displays external threats, the fragility of domestic institutions, and the promise of national greatness in his discourse, Trump fostered coordinated support among interested groups and reinforced the national identity through an anti-systemic approach.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Pax Americana in decline?

Multilateralism is one of the main axes of the American unipolar order after the Cold War. A system designed after the victorious outcome of the Allied forces, it is the centerpiece of a Western international liberal order, based on the rule of International Law, integrity, and sovereignty. It was paramount to cement the American preponderance, albeit it allowed some insertion and rise of middle and regional powers, such as India and China. Promoting a forum for cooperation, engagement, and solution of controversies for maintaining a relative international order.

It is interesting to note that those rules-based orders were consistently violated when greater US interests occurred, within different administrations. For example, NATO's intervention in the Balkans (1995), the US's intervention in Iraq (2003-2011), or the 1998 missile attacks against Al-Qaeda. When it comes to the hegemon, some bendings of the law were enacted, even with protests in the international community, due to its preponderance and superiority.

However, the Trump administration, both the 47th mandate and the 45th mandate, showed special and open disregard, contempt for the same order that the US created and invested large sums of money, through the World Bank, International Monetary Fund, and consistent and substantial contributions to the United Nations systems. Although in his first term in office, he met resistance within his political circle and the Republican Party regarding the disruption of free trade negotiations and multilateralism, in the current mandate, this pattern does not occur. What is seen is an outright support for Trump's ideas and his movement.

The 2024 Milwaukee Republican Convention showed this. "Trump was the first person to secure three consecutive major-party nominations for the presidency since Franklin Roosevelt" (The Economist, 2024). It is appalling seeing old critics, in the mentioned convention and nowadays, fully supporting Trump, like Nikki Haley and Ted Cruz. Altogether with the capitalization of the party's structure by Trump's relatives, as his daughter-in-law as co-chair of the party, and his son's influence in selecting J.D. Vance as running mate (The Economist, 2024). A party railing behind Trump despite his indictment and conviction, albeit with no penalties, in the criminal hush money case (CNN, 2025). Quite the opposite when compared with the Watergate scandal with Nixon and the pressure made by GOP's leaders Barry Goldwater — conservative movement icon of the

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

70s —, Hugh Scott (Senate Republican leader), and John Rhodes — House Republican leader — for the resignation (Blumenthal, 2024).

Those interests, aligned with the radical right, are rooted in an anti-liberal perspective (Clark, 2018). With disregard for Globalisation, not in a critical manner aimed at the inequalities that this process conceived with greater concentration of income and loss of purchase power, and cooperation. Trump sees the world in a quasi old-fashioned 19th imperialism mindset, with the superpowers having the right to pursue and maintain spheres of influence (Saraiva, 2025; Grant, 2025). That is, Trump operates in a logic where hard power is paramount, seeking revenues and jobs, not the maintenance of a Washington's build world order (Harb, 2025). A foreign policy purely transactional, bullying bilateralism based on the law of the jungle (Patrick, 2025).

This is observable through the break of protocol and public humiliation of the Ukrainian president Volodymyr Zelenskyy on February 21st (Schmunk, 2025). An ailing country, seeking support for its war effort with a traditional ally since the beginning of the conflict, is met with a virulent and macho president and vice president, in a mediatic performance for strength, power showing and ego empowerment. This show was met with uproar and apprehension in Europe, and cast doubt in the US commitment of protecting the Western world.

Those goals of hard superpower are perceived through his sweeping executive order on February 4th, concerning the State's engagement with multilateral institutions funding (White House, 2025). As well as the USAID closing, impacting severely humanitarian aid and world development — likewise the projection of Soft Power by the US — (Oxfam America, 2025). Or the withdrawal of the US from the World Health Organization (The White House, 2025). As well as bullying Ukraine for its critical minerals (Kotassová and Butenko, 2025), and pressing for a compromising peace deal with Russia against Europe's interest. Europe, in addition, is faced with the apparent retreat of the USA as a security provider through NATO, in this sense, deepening the rift inside the European Union.

The actions outlined above already have an impact on America's global standing. According to the IPSOS survey (2025), the global average of 29 countries' perceptions regarding the United States having a somewhat or strongly positive influence in world affairs has dropped 13pp., resulting in a 46% positive perception. This survey was made

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

outcomes of his foreign policy.

The destruction of the American dream?

Given the abovementioned, Trump's discourse regarding South Africa's land ownership reparations policies, dubbing a white genocide –– white supremacist statement centred in an exclusionary nationalism (Wilson, 2018) –– and the humiliation suffered by Ramaphosa in the meeting of the Oval Office shows the inherent racism of MAGA's ideology. Altogether with the anti-liberal and resentful attacks on Ivy Leagues institutions, like Columbia and Harvard, demonstrates the implicit anti-liberal perspective of the same movement (Clark, 2018). Eroding diplomatic protocol and freedom of opinion, inherent in American society, with a virulent discourse, supported with actions, aiming at political gain.

Furthermore, another critical issue, pivotal to Trump's election in this conjecture of far-right engagement and ascension, is immigration. Trump demonstrates to his political base from MAGA that this specific worldview, of exclusion and discrimination, will be enforced through aggressive rhetoric. The combination of administrative actions declaring immigrants, particularly Latin Americans, as "invaders aliens", deputizing state and local police, and simultaneously cutting federal funding from sanctuary jurisdictions, exhibits the punitive diplomacy settled in a narcissistic perspective of the international system (Frelick, 2025).

Final considerations

Trump canalizes the discontentment of a specific segment of American society, their racism, and prejudice, for political gain. He and his movement are the personification of this contempt of a liberal and progressive world. Through aggressive rhetoric combined with actions a specific agenda is set: one of exclusion, of one America, with its particularities and vicissitude. A society where power and ego is paramount and prevalent, one America above all and everyone, with specific roles for each individual. Where relations are purely transactional and aimed for personal gain. A place where fear is enforced, with only the weakest part making compromises and the value of covenants are disregarded.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

hegemony gradually. The actions taken domestically and internationally shows a decision-making process built upon an egocentric, isolationist and authoritarian basis that weakens over its second mandate. Trump, through its strategy toward a former Pax Americana, presents an effective perspective on how emotions, such as fear and hatred, assist the erosion of U.S. democracy.

MAGA's ideology reveals the downfall of the United States hegemony gradually. The actions taken domestically and internationally shows a decision-making process built upon an egocentric, isolationist and authoritarian basis that weakens over its second mandate. Trump, through its strategy toward a former Pax Americana, presents an effective perspective on how emotions, such as fear and hatred, assist the erosion of U.S. democracy.

Regarding the pivotal question handling this analysis, Trump policies shows a negative perspective over his highly glorified “Make America Great Again”. The punitive foreign policy, alongside with tough domestic measures, point to an America burst by radical right, which led to extensive damage in international order and critical problems in U.S. economic, political and social spheres. The unattractive, nationalist, and rogue United States run by Trump indicate, previously, the brutal challenges that the international order will need to resolve in 2022.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Emotions**. Disponível em: https://www.apa.org/topics/emotions. Acesso em: 30 mai. 2025.

BOYS, James D. The unpredictability factor: Nixon, Trump and the application of the Madman Theory in US grand strategy. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 34, n. 3, p. 430–451, 4 dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09557571.2020.1847042. Acesso em: 28 mai. 2025.

BUTENKO, Victoria; WALSH, Nick Paton; TUYSUZ, Gul. Here 's what' s in Trump's Ukraine minerals deal and how it affects the war. **CNN**, 1º maio 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/05/01/world/what-we-know-about-trumps-ukraine-mineral-deal-intl. Acesso em: 16 jun. 2025.

CARTER, Elisabeth. Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. **Journal of Political Ideologies**, v. 23, n. 2, p. 157–182, 2018. DOI: https://doi.org/10.1080/13569317.2018.1451227. Acesso em: 16 jun. 2025.

CHISCI, Jessica. South Africa: liberal Afrikaners reject Trump white genocide claims. **The Guardian**, [S. l.], 28 jun. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2025/jun/28/south-africa-liberal-afrikaners-reject-trump-white-genocide-claims. Acesso em: 30 jul. 2025.

CNN Brasil. Trump hush money conviction upheld. [S. l.], 3 jan. 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/01/03/politics/trump-hush-money-conviction-upheld/index.html. Acesso em: 30 jul. 2025.

COLLINSON, S. World leaders have a huge new problem: Trump's Oval Office smackdowns. **CNN**, 22 maio 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/05/21/politics/trump-ramaphosa-south-africa-meeting-analysis. Acesso em: 04 ago. 2025.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Trump's confrontation with South Africa's president derails effort to cool tensions. [S. l.], [2024?]. Disponível em: https://www.cfr.org/article/trumps-confrontation-south-africas-president-derails-effort-cool-tensions. Acesso em: 30 jul. 2025.

DEMOPOULOS, Alaina. Were the No Kings protests the largest single-day demonstration in American history? **The Guardian**, 19 jun. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/jun/19/no-kings-how-many-protesters-attended. Acesso em: 16 jun. 2025.

Referências

DREZNER, Daniel W. Does the Madman Theory Actually Work? **Foreign Policy**, Washington, D.C., 07 jan. 2025. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2025/01/07/madman-theory-international-relations-unpredictabilit. Acesso em: 5 jun. 2025.

HARB, Ali. 'Tearing down': What drives Trump's foreign policy? **Al Jazeera**, 29 abr. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/4/29/tearing-down-what-drives-trumps-foreign-policy. Acesso em: 16 jun. 2025.

HOLLAND & KNIGHT. China's Comprehensive Retaliation Against U.S. Tariffs | Insights. **Holland & Knigh**t. Disponível em: https://www.hklaw.com/en/insights/publications/2025/04/chinas-comprehensive-retaliation-against-us-tariffs. Acesso em: 31 jul. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Ten harmful Trump administration immigration and refugee policies. **HRW**, 20 fev. 2025. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2025/02/20/ten-harmful-trump-administration-immigration-and-refugee-policies. Acesso em: 16 jun. 2025.

JACKSON, Chris. America 's reputation drops across the world. **Ipsos**, 17 abr. 2025. Disponível em: https://www.ipsos.com/en-us/americas-reputation-drops-across-the-world. Acesso em: 16 jun. 2025.

JONES, Owen. Trump conviction will not stop Republicans – it will turbocharge them. The Guardian, [S. l.], 3 jun. 2024. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/article/2024/jun/03/trump-conviction-republicans-maga-richard-nixon. Acesso em: 30 jul. 2025.

LERNER, Jennifer S., RENSHON, Jonathan. **The role of emotion in decision-making: a cognitive neuroscience perspective.** Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/jenniferlerner/files/role_of_emotions.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

LIMA, Maria Emília. Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 76-88, jun. 2003.

OXFAM AMERICA. What do Trump's proposed foreign aid cuts mean? **Oxfam America**, 2025. Disponível em: https://www.oxfamamerica.org/explore/issues/making-foreign-aid-work/what-do-trumps-proposed-foreign-aid-cuts-mean/#:~:text=USAID%20facilitated%20much%20of%20the,percent%20of%20our%20federal%20budget.. Acesso em: 16 jun. 2025.

Referências

PATRICK, Stewart. The Death of the World America Made. **Carnegie Endowment for International Peace**, 19 fev. 2025. Disponível em: https://carnegieendowment.org/emissary/2025/02/trump-executive-order-treaties-organizations?lang=en. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAIK, Kristi. Europe's Four Different Ways of Handling Trump. **Foreign Policy Magazine**, 30 jan. 2025. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2025/01/30/europe-trump-russia-nato-defense-spending-transtlantic-relations/. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAMANZINI JÚNIOR, H., FARIAS, R. **Análise de Política Externa**. São Paulo: Contexto, 2021. Capítulo "Níveis de análise e o papel psicológico". Acesso em: 31 mai. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes. Donald Trump's Foreign Policy: A View from the Global South. **GATE Opinion**, 8 maio 2025. Disponível em: https://gatecenter.org/en/donald-trumps-foreign-policy-a-view-from-the-global-south/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SAUL, Stephanie. Trump Ivy League. **The New York Time**s, [S. l.], 4 maio 2025. Disponível em: https://www.nytimes.com/2025/05/04/us/politics/trump-ivy-league.html. Acesso em: 30 jul. 2025.

STANLEY, Jason. The mainstream media has enabled Trump's war on universities. **The Guardian**, 13 jun. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/jun/13/mainstream-media-trump-universities. Acesso em: 16 jun. 2025.

SCHMUNK, Rhianna. Trump, Vance shout at Zelenskyy in heated Oval Office meeting. **CBC News**, [S. l.], 28 fev. 2025. Disponível em: https://www.cbc.ca/news/world/us-ukraine-white-house-1.7471542. Acesso em: 30 jul. 2025.

THE ECONOMIST. Why MAGA is the future, not just present, of the GOP. [S. l.], 18 jul. 2024. Disponível em: https://www.economist.com/united-states/2024/07/18/why-maga-is-the-future-not-just-present-of-the-gop. Acesso em: 30 jul. 2025.

THE GUARDIAN. LA protests appeals court ruling on Trump's use of California National Guard. **The Guardian**, 20 jun. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/jun/20/la-protests-appeals-court-trump-california-national-guard. Acesso em: 16 jun. 2025.

THE GUARDIAN. Trump's evidence of South Africa 'white genocide' contains images from Democratic Republic of

Referências

Congo. **The Guardian**, 23 maio 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2025/may/23/trumps-evidence-of-south-africa-white-genocide-contains-images-from-democratic-republic-of-congo. Acesso em: 16 jun. 2025.

THE WHITE HOUSE. **"My fellow Americans, this is Liberation Day. April 2, 2025..."** – President Donald J. Trump. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/videos/my-fellow-americans-this-is-liberation-day-april-2-2025-president-donald-j-trump-%F0%9F%87%BA%F0%9F%87%B8%F0%9F%A6%85/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

TRUMP, Donald J. **The inaugural address**. Washington, D.C.: The White House, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/remarks/2025/01/the-inaugural-address/. Acesso em: 27 mai. 2025.

UNITED STATES, Executive Office of the President. Withdrawing the United States from and ending funding to certain United Nations organizations and reviewing United States support to all international organizations. **The White House**, 21 fev. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/withdrawing-the-united-states-from-and-ending-funding-to-certain-united-nations-organizations-and-reviewing-united-states-support-to-all-international-organizations/. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNITED STATES, Executive Office of the President. Withdrawing the United States from the World Health Organization. **The White House**, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/withdrawing-the-united-states-from-the-worldhealth-organization/. Acesso em: 16 jun. 2025.

VINJAMURI, Leslie. The new Trump administration could herald a remaking of the international order. How should the world respond? **Chatham House – International Affairs Think Tank**, 15 jan. 2025 (atualizado em 5 fev. 2025). Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2025/01/new-trump-administration-could-herald-remaking-international-order-how-should-world-respond. Acesso em: 16 jun. 2025.

WILSON, Andrew F. #whitegenocide, the Alt-right and Conspiracy Theory: How Secrecy and Suspicion Contributed to the Mainstreaming of Hate. **Secrecy and Society**, San José State University, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/secrecyandsociety/vol1/iss2/1. DOI: https://doi.org/10.31979/2377-6188.2018.010201. Acesso em: 16 jun. 2025.

ZILINCIK, Samuel. Emotions and the construction of international

Referências

political thought: the case of strategic thought. **Defence Studies**, 25(1), 47–70., 18 set. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14702436.2024.2397523. Acesso em: 31 mai. 2025.

Inação e interesse: a (in)capacidade dos Estados Unidos de parar guerras

Bianca Pinheiro e Luísa Ribeiro

Após o final da Segunda Guerra, os Estados Unidos da América emergiram do conflito em uma posição hegemônica no sistema internacional. Dada a sua superioridade econômica e militar, os Estados Unidos foram — e ainda são — capazes de influenciar padrões de conduta dos outros Estados, ocupando um papel autodeclarado de mantenedor da ordem internacional. Nesse sentido, vale destacar que a dominância global americana não decorreu apenas de seu poder material, visto que as instituições exerceram um importante papel. A partir do estabelecimento de regras, de princípios e de organizações que vinculam seus interesses às entrelinhas das relações internacionais, os Estados Unidos foram capazes de organizar o sistema ao seu favor, mantendo-o estável e funcional para os negócios.

Entretanto, a falha dos governos Biden e Trump de parar o genocídio na Faixa de Gaza e a guerra na Ucrânia parece colocar em xeque a capacidade do hegemon em manter a estabilidade do sistema. Considerando este cenário, esta análise busca entender como a atuação dos Estados Unidos nos conflitos citados afeta as bases ideológicas e institucionais da hegemonia estadunidense, especialmente em relação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e às históricas retóricas de paz e de direitos humanos. Questiona-se, também, se a suposta falha americana de pôr um fim ao massacre palestino e à guerra ucraniana não é, na verdade, intencional, visto os interesses econômicos nas regiões — mesmo que os perseguir signifique o enfraquecimento de sua liderança global.

Hegemonia por meio de instituições: o caso estadunidense

Em um sistema composto por múltiplos Estados, cujas estruturas políticas e culturais internas diferem entre si, as instituições servem como canais de socialização, em que certos princípios norteadores podem ser adotados para que se estabeleça algum tipo de ordem. Para Ikenberry e Kupchan (1990), as grandes potências utilizam-se deste ambiente social para sutilmente impor ideias que lhe são favoráveis, de forma a induzir elites governantes dos demais países a seguir determinadas condutas. Assim, são esses valores compartilhados que legitimam as ordens hegemônicas, já que foram dispostos pelo hegemon e acatados pela comunidade internacional (Ikenberry; Kupchan, 1990). Além disso, com a promoção de instituições, o hegemon garante certa estabilidade sistêmica (Kindleberger, 1973), ao assegurar regras de convivência e trazer previsibilidade aos comportamentos estatais.

No caso da hegemonia americana, os Estados Unidos aproveitaram a janela de oportunidade na reconstrução pós-guerra para vincularem normas organizacionais que defenderiam seus interesses internacionais, projetando e legitimando o seu poder. Este processo tornou a ordem hegemônica estadunidense altamente pautada em instituições, como o multilateralismo liberal. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) contribuiu para a estabilização da liderança estadunidense. Seu caráter multilateral funcionou, historicamente, como um canal de difusão de valores alinhados aos interesses estadunidenses, enquanto o poder de veto no Conselho de Segurança restringe a autonomia da organização à vontade dos Estados Unidos e das outras potências (Ruggie, 1993). Mesmo a defesa da democracia e dos direitos humanos serviu, em diversas ocasiões, como justificativa para intervenções em regiões estrategicamente importantes para os norte-americanos, transformando tais princípios em instrumentos de retórica hegemônica.

Considerando esses aspectos, entende-se que o conceito de hegemonia não se restringe somente ao domínio que certo ator constrói sob o sistema internacional, mas também apoia-se em pilares institucionais. De forma geral, as instituições auxiliam no fortalecimento de uma liderança sistêmica, ao passo que uma convivência estável, na teoria, traz vantagens tanto para o hegemon quanto para os demais Estados. Em tempos recentes, contudo, os EUA parecem optar pela fragilização das mesmas instituições que sustentam o seu poder. Frente aos dois conflitos a serem analisados, é possível identificar os abalos auto infligidos à hegemonia.

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Tragédia em Gaza: falha ou fachada institucional dos Estados Unidos?

Após os eventos de outubro de 2023, a reação imediata do governo de Joe Biden envolveu tanto uma repreensão à brutalidade dos ataques promovidos pelo Hamas quanto uma declaração de apoio incondicional ao seu maior aliado no Oriente Médio, Israel (Harb, 2024). Dessa forma, por muitos meses, Israel lançou campanhas militares ofensivas contra Gaza e dificultou a entrada de ajuda humanitária à população palestina, sem uma objeção significativa por parte dos Estados Unidos quanto às contínuas violações de direitos humanos pelo governo israelense. Em janeiro de 2024, a Casa Branca chegou a afirmar sua oposição a um cessar-fogo, sendo favorável somente a pausas humanitárias e reafirmando o apoio ao direito de "autodefesa" de Israel (Harb, 2024), mesmo às custas de famílias palestinas.

Além disso, a administração de Biden vetou sucessivamente resoluções do Conselho de Segurança que amenizariam a intensidade do conflito. Desde o início das hostilidades até o final do governo Biden, os Estados Unidos barraram múltiplas propostas cujas demandas envolviam pausas humanitárias e entregas facilitadas de insumos básicos em Gaza (Harb, 2024). Ademais, vetaram, sob diferentes pretextos, cinco resoluções que exigiam um cessar-fogo imediato. A delegação americana na ONU alegou que os documentos não continham uma condenação ao Hamas nem uma reafirmação do direito de autodefesa (Al Jazeera Staff, 2024), retardando intencionalmente uma mobilização internacional mais ágil em razão de cláusulas preambulares. Sendo assim, as únicas resoluções adotadas foram de teor mais genérico e de eficácia limitada na promoção da paz, restringindo-se a apelos pelo respeito às normas internacionais sobre proteção de civis (Fletcher, 2025), em vez de exigências mais concretas visando o fim do conflito.

Desse modo, por meio de sua atuação pouco incisiva em relação à Gaza, o governo Biden contribui para o processo de enfraquecimento de uma das instituições mais importantes para a hegemonia americana. Apesar de já terem ignorado decisões do Conselho de Segurança no passado, como a invasão do Iraque em 2003 sem mandato da ONU, os Estados Unidos usam historicamente

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

da organização para legitimar intervenções militares ao redor do mundo. A Resolução 1368 (2001), por exemplo, que autorizou a "Guerra ao Terror" no Afeganistão, valeu-se dos princípios de paz e de cooperação como justificativas, expondo o paradoxo da atuação internacional americana, que articula pressupostos pacíficos para autorizar intervenções violentas e exploratórias. Portanto, ao barrar resoluções em meio a uma crise humanitária amplamente noticiada, o governo americano mina não só a credibilidade do Conselho de Segurança, mas a sua própria, haja vista que a Organização sedimentou-se sob a base ideológica norte-americana.

Quanto ao novo governo de Donald Trump, a fragilização das instituições hegemônicas continua, mas com uma mudança de estratégia e de comportamento. Embora o cessar-fogo entre autoridades do Hamas e do gabinete de Israel tenha sido oficializado ainda na gestão de Biden, em janeiro, o futuro enviado especial de Trump para o Oriente Médio, Steve Witkoff, participou das negociações do acordo (Simmons, 2025). Desde então, o presidente vem centrando a abordagem em relação aos embates na Faixa de Gaza em sua própria figura, afastando-a do canal institucional das Nações Unidas. Por meio de reuniões bilaterais com líderes árabes e israelenses, incluindo o primeiro-ministro Netanyahu, Trump se insere cada vez mais como um ator de influência na região. Em resposta à imprensa em maio, o presidente chegou a afirmar que busca o fim da guerra "o mais rápido possível" (Ravid, 2025). Entretanto, declarações como esta não condizem com outros posicionamentos do país na região. A proposta de Trump para a "Riviera do Oriente Médio" e os interesses da indústria bélica americana no conflito demonstram que discursos de paz são apenas fachadas ideológicas para viabilizar estratégias econômicas.

Primeiro, os planos para a suposta resolução do conflito de Trump não aparentam envolver um arranjo de concessão mútua, favorecendo majoritariamente o lado de Israel. Aqui, destacam-se tanto a proposta feita pelo presidente quanto o rompimento do cessar-fogo. Como solução à rivalidade histórica entre Israel e Palestina, Donald Trump apresentou a possibilidade da remoção forçada e permanente dos palestinos de suas terras e da reconstrução de Gaza como um destino turístico à beira do Mediterrâneo, priorizando interesses imobiliários em detrimento aos direitos da população palestina (Gritten, 2025). Além disso, a gestão de Trump pouco se esforçou para incentivar o cumprimento da segunda fase do cessar-fogo de janeiro (Miller, 2025), permitindo que Israel

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

retomasse os bombardeios e instalasse um novo cerco, que intensificou a fome extrema no enclave.

Segundo, contrariando as declarações de Trump que supostamente defendiam o fim do conflito, o apoio financeiro e bélico a Israel, por parte dos Estados Unidos, nunca parou. Atualmente, um projeto de venda de armamentos, orçado em US$ 8 bilhões, aguarda a aprovação — quase certa — do Congresso, o qual já enviou mais de US$ 20 bilhões em equipamentos de combate para Israel em agosto de 2024 (Reuters, 2025). Historicamente, esse "mercado da guerra" americano lucra com as disputas árabe-israelenses, utilizando-se destes investimentos para ganhar acesso e influenciar politicamente a região (Da Silva; Santos; Lopes, 2025). Assim, mesmo com o potencial de reduzir significantemente os ataques militares à população civil de Gaza, nenhum governo americano ousou intervir nos lucrativos negócios armamentistas, tornando-os cúmplices dos crimes de guerra de Israel. Evidencia-se aqui uma prova da intenção dos Estados Unidos em não parar o genocídio nem reestabelecer a estabilidade na região.

Oportunismo hegemônico: a lógica norte-americana na guerra da Ucrânia

O desinteresse em pôr fim à guerra não se limita ao caso de Gaza. A postura dos Estados Unidos em relação ao conflito entre Rússia e Ucrânia também revela uma lógica semelhante, na qual interesses estratégicos e econômicos se sobrepõem ao compromisso com a paz e a estabilidade do sistema internacional. Sob a administração de Biden, os EUA condenaram a invasão russa e anunciaram apoio imediato à Ucrânia por meio de sanções à Moscou e de suporte militar à Kyiv (Tadeu, 2022). Nos últimos meses de sua gestão, Biden prometeu enviar "o máximo de ajuda possível" à Ucrânia antes da posse de Donald Trump (Paternoster, 2024), sinalizando uma mudança iminente de postura. Tal ação levanta dúvidas sobre se o objetivo era realmente encerrar a guerra ou proteger os interesses geopolíticos dos EUA frente à histórica rivalidade com a Rússia.

A mudança, de fato, se confirmou com a posse de Donald Trump, cuja abordagem em relação ao conflito representou uma guinada ideológica significativa na política externa

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

americana. Apesar de ter prometido durante a campanha que "acabaria com a guerra em um dia" (Bischoff, 2025), sua administração adotou uma postura mais ambígua e pragmática, deixando o compromisso com a paz em segundo plano. O atual presidente americano adotou postura mais hesitante em relação ao fim da guerra, chegando a responsabilizar Zelensky pelo impasse nas negociações de paz em reunião na Casa Branca (CNN, 2025a). Como resultado deste clima de tensão, Trump anunciou a suspensão do envio de ajuda militar à Ucrânia (Beale, 2025). Segundo analistas, a capacidade de Kyiv de proteger seu território e sua população depende dos sofisticados sistemas de defesa aérea fornecidos pelos EUA, sem os quais o país se torna mais vulnerável a ataques russos, comprometendo sua defesa e agravando a crise regional (O Globo, 2025).

Outro elemento novo na gestão Trump é o protagonismo crescente de assessores próximos, como Steve Wittkoff, que passaram a conduzir contatos informais com Moscou e Kyiv fora das instâncias tradicionais, reforçando um canal pessoal de negociação alinhado aos interesses do presidente, como ocorre em Gaza. A essa dinâmica soma-se a afinidade pessoal entre Trump e Vladimir Putin, frequentemente caracterizada por elogios públicos e por uma postura menos confrontativa em relação à Rússia. Essa proximidade influencia a forma como Trump enxerga a guerra: mais como um impasse negociável entre líderes do que como um desafio à ordem internacional, o que se reflete em seu menor interesse em confrontar Moscou diretamente.

Além da hesitação militar, outro fator que ajuda a explicar a inação americana é a dimensão econômica. A reunião de fevereiro entre Trump e Zelensky também visou a assinatura de um acordo que garantiria aos Estados Unidos acesso aos minerais de terras raras da Ucrânia — recurso estratégico cuja exploração direta interessa à potência como forma de reduzir sua dependência externa (Kottosová; Radford, 2025). Trump chegou a afirmar que tal acordo seria condição para a concessão de garantias de segurança à Ucrânia durante o conflito (BBC, 2025), evidenciando como os EUA se aproveitaram da vulnerabilidade ucraniana para assegurar interesses econômicos unilaterais, disfarçados sob um discurso de compromisso com a paz.

No plano multilateral, a guerra da Ucrânia também expôs a instrumentalização do CSNU pelos Estados Unidos. Como esperado, qualquer resolução condenando a invasão e exigindo a retirada imediata das tropas foi vetada pela

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Rússia. Entretanto, no início do conflito, a gestão Biden insistiu em levar propostas ao Conselho, mesmo que fadadas à rejeição russa. Assim, uma maneira de analisar tal estratégia é interpretá-la não apenas como um esforço diplomático, mas como uma estratégia de expor e antagonizar publicamente a Rússia. Essa escolha acabou por reforçar a percepção de que Washington prefere administrar os conflitos em vez de solucioná-los, por vezes falhando em sua função autoimposta de mediador que outrora sustentava sua liderança. Ao instrumentalizar o Conselho e fracassar em oferecer caminhos concretos para a paz, os EUA contribuíram para o desgaste de sua própria hegemonia e para a consolidação de um cenário internacional no qual a resolução das crises já não é catalisada por sua participação.

Similarmente, em termos de enfraquecimento institucional, a gestão de Trump vem optando pela retração de alianças militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que ajudaram a sustentar sua hegemonia por décadas. Essa postura contrasta com a expectativa de que os Estados Unidos assumiriam um papel ativo na articulação de soluções diplomáticas multilaterais diante do impasse no Conselho de Segurança. Em vez disso, a administração Trump preferiu adotar uma abordagem transacional, priorizando acordos bilaterais e exigindo uma maior participação dos países europeus no orçamento da OTAN (Badawi; Zreik, 2025). A escolha revela não apenas o abandono de compromissos históricos, mas também o desinteresse em preservar a própria ordem internacional que os favoreceu por tanto tempo (Keohane; Nye, 2025).

Nesse cenário, os Estados Unidos não apenas deixaram de responder à altura da sua retórica tradicional de liderança global, como também contribuíram ativamente para o esvaziamento da credibilidade do sistema coletivo de segurança. Com isso, os EUA comprometem os próprios fundamentos da sua hegemonia — historicamente assentada na combinação entre poder militar, autoridade moral e compromisso com o multilateralismo (Ikenberry, 2003). A guerra da Ucrânia, nesse sentido, tornou-se não apenas um palco de disputa entre potências, mas também um espelho do declínio do papel estabilizador dos EUA no sistema internacional, reforçando a percepção de que os mecanismos institucionais existentes — CSNU incluído — estão cada vez mais subordinados aos cálculos de poder das potências que deveriam sustentá-los.

Assim como em Gaza, a atuação americana na guerra da Ucrânia revela não uma limitação de atuação, mas uma

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

armamento e dos investimentos em defesa ao redor do mundo, ampliando a instabilidade global e o risco de novos conflitos (CNN, 2025b). Além disso, é possível prever a consolidação de uma multipolaridade pouco institucionalizada — um ambiente internacional em que predominam relações de poder competitivas, com baixa previsibilidade e normas frágeis.

Considerações finais

Portanto, considerando as decisões tomadas até agora pelos governos de Joe Biden e de Donald Trump, a postura dos Estados Unidos demonstra um desinteresse em promover uma solução duradoura tanto para a tragédia humanitária em Gaza quanto para o longo confronto na Ucrânia. Em relação à Palestina, diferentes fatores revelam o enfraquecimento das bases institucionais e ideológicas da hegemonia estadunidense, como o bloqueio das ações no Conselho de Segurança durante o governo Biden e o seu completo esquecimento na gestão Trump. Para alcançarem seus objetivos econômicos no Oriente Médio, principalmente relativos à indústria bélica, os Estados Unidos escancaram a fachada das instituições que sustentam sua hegemonia. Já no conflito entre Rússia e Ucrânia, a mesma lógica se repete: o apoio americano à Ucrânia, apesar de declarado, está condicionado a interesses estratégicos e econômicos, como a exploração de minerais críticos. Esta postura ambígua reflete um pragmatismo econômico que distancia os EUA de seu papel tradicional de liderança global. Em contradição com a teoria de Kindleberger (2013), segundo a qual o hegemon deve zelar pela estabilidade do sistema internacional, os Estados Unidos discursam sobre a paz enquanto lucram com a guerra.

Em ambos os conflitos, a atuação americana contribui para a fragmentação do sistema internacional, evidenciando a falência das responsabilidades que historicamente justificaram sua posição de liderança global. Para encerrar o sofrimento do povo palestino e ucraniano além de mitigar outras instabilidades regionais, seria necessário que os Estados Unidos — ainda que em aparente declínio — se interessasse por esses fins, o que, infelizmente, não parece ser o caso. A comunidade internacional se vê paralisada diante de grandes conflitos, enquanto o hegemon que sustentava a ordem vigente abandona seus pilares. Em vez de promover a estabilidade global, os Estados Unidos parecem trilhar um caminho rumo à ruína, guiados pela fragmentação e pela busca de interesses imediatos — um

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

um rumo que desafia não só a paz, mas a própria sobrevivência do sistema internacional vigente.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

AL JAZEERA STAFF. US vetoes UN Security Council resolution demanding Gaza ceasefire. **Al Jazeera Media Network**, 20 nov. 2024. Disponível em: www.aljazeera.com/news/2024/11/20/us-vetoes-un-security-council-resolution-demanding-gaza-ceasefire. Acesso em: 31 maio 2025.

BADAWI, H.; ZREIK, M. Counting allies' coins: Trump's NATO strategy and its implications for transatlantic relations. **Journal of Transatlantic Studies**, v. 23, n. 4, 28 mar. 2025.

BBC. EUA e Ucrânia assinam acordo histórico sobre terras raras; o que acontece agora. **BBC**, 30 abr. 2025. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/articles/creq4yjvvneo. Acesso em: 7 jun. 2025.

BEALE, J. Trump suspende ajuda militar à Ucrânia: Europa consegue deter Rússia sem os EUA. **BBC**, 2 mar. 2025. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/articles/cwye6e7gpexo. Acesso em: 8 jun. 2025.

BISCHOFF, W. Trump prometeu fim da guerra na Ucrânia em 1 dia; entenda por que os bombardeios continuam após 90 dias. **G1**, 18 mar. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2025/04/18/como-putin-tem-conseguido-enrolar-trump-para-o-cessar-fogo-na-ucrania.ghtml. Acesso em: 16 jun. 2025.

CNN. Saiba como foi a reunião hostil entre Zelensky, Trump e Vance. **CNN Brasil**, 1 mar. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-como-foi-a-reuniao-hostil-entre-zelensky-trump-e-vance/. Acesso em: 6 jun. 2025.

CNN. Professor analisa impacto da suspensão da ajuda militar dos EUA à Ucrânia. **CNN Brasil**, 4 mar. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/professor-analisa-impacto-da-suspensao-da-ajuda-militar-dos-eua-a-ucrania/. Acesso em: 12 jun. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA. Resolução 1368. **United Nations Digital Library**, 2001. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/448051. Acesso em: 31 maio 2025.

DA SILVA, Q. V.; SANTOS, S.; LOPES, G. T. O Mercado da Guerra nos Últimos Dez Anos: Como a Indústria de Defesa Americana se Beneficiou do Conflito Israelo-Palestino. **RevistaFT**, v. 29, n. 140, nov. 2024. Disponível em: revistaft.com.br/o-mercado-da-guerra-nos-ultimos-dez-anos-como-a-industria-de-defesa-americana-se-beneficiou-do-conflito-israelo-palestino/. Acesso em: 1 jun. 2025.

Referências

FLETCHER, T. UN Relief Chief calls on Security Council to act decisively to prevent genocide in Gaza. **United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)**, New York, 13 maio 2025. Disponível em: www.unocha.org/news/un-relief-chief-calls-security-council-act-decisively-prevent-genocide-gaza. Acesso em: 31 maio 2025.

GRITTEN, D. US and Israel reject Arab alternative to Trump's Gaza plan. **BBC News**, 5 mar. 2025. Disponível em: www.bbc.com/news/articles/cn7vd4pnxx3o. Acesso em: 1 jun. 2025.

HARB, A. Timeline: The Biden administration on Gaza, in its own words. **Al Jazeera Media Network**, 7 mar. 2024 Disponível em: aljazeera.com/news/2024/3/7/timeline-the-biden-administration-on-gaza-in-its-own-words. Acesso em: 31 maio 2025.

IKENBERRY, G. J. Is American Multilateralism in Decline?. **Perspectives on Politics**, v. 1, n. 03, p. 533–550, 28 ago. 2003.

IKENBERRY, G. J.; KUPCHAN, C. A. The Legitimation of Hegemonic Power. In: RAPKIN, D. (org.). **World Leadership and Hegemony.** Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 1990. Cap. 3, p. 49-69.

KINDLEBERGER, C. **The world in depression: 1929-1939**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2013 [1973].

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. The End of the Long American Century. **Foreign Affairs**, 2 jun. 2025. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/united-states/end-long-american-century-trump-keohane-nye. Acesso em: 3 jun. 2025.

KOTTASOVÁ, I.; RADFORD, A. Por que os EUA querem um acordo de minerais com a Ucrânia?. **CNN Brasil,** 26 fev. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-os-eua-querem-um-acordo-de-minerais-com-a-ucrania/. Acesso em: 9 jun. 2025.

MILLER, A. The Trump Administration 's Responsibility for the Failed Ceasefire in Gaza. **Center for American Progress**, 14 abr. 2025. Disponível em: www.americanprogress.org/article/the-trump-administrations-responsibility-for-the-failed-ceasefire-in-gaza/. Acesso em: 1 jun. 2025.

O GLOBO. Quais recursos a Ucrânia recebia dos EUA e o que a suspensão da ajuda significa para a linha de frente do país?. **O Globo**, 3 abr. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/03/04/quais-recursos-a-ucrania-recebia-dos-eua-e-o-que-a-suspensao-da-ajuda-significa-

Referências

PATERNOSTER, T. Biden envia ajuda para a Ucrânia continuar a lutar. **Euro News**, 14 nov. 2025. Disponível em: https://pt.euronews.com/2024/11/14/biden-envia-ajuda-para-a-ucrania-continuar-a-lutar-no-proximo-ano-diz-blinken. Acesso em: 5 jun. 2025.

RAVID, B. Trump says he wants to end the war in Gaza "as quickly as possible". **Axios**, 25 maio 2025. Disponível: https://www.axios.com/2025/05/26/trump-end-gaza-war-netanyahu-pressure. Acesso em: 1 jun. 2025.

REUTERS. U.S. plans $8 billion arms sale to Israel, U.S. official says. **CNBC**, 3 jan. 2025. Disponível em: www.cnbc.com/2025/01/04/us-plans-8-billion-arms-sale-to-israel-axios-reports.html. Acesso em: 1 jun. 2025.

RUGGIE, J. G. (org.). **Multilateralism matters: the theory and praxis of an institutional form**. New York: Columbia University Press, 1993.

SIMMONS, K. How an NYC real estate tycoon became Trump 's man in the room for Gaza negotiations. **NBC News**, 2025. Disponível em: nbcnews.com/news/world/witkoff-trump-gaza-hamas-israel-ceasefire-envoy-rcna187954. Acesso em: 1 jun. 2025.

TADEU, V. Biden classifica ofensiva russa como “invasão” e anuncia pacote de sanções. **CNN Brasil**, 22 fev. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/biden-classifica-ofensiva-russa-como-invasao-e-anuncia-pacote-de-sancoes/. Acesso em: 12 maio. 2025.

At what cost? How U.S. unconditional support for Israel fuels America's moral hegemonic decline

Elisha Rani e Amanda Nóbrega

Donald Trump, the 47th President of the United States, was elected on an explicit promise that the USA would no longer engage in wars. As he stood on the campaign stage before his voters, he reaffirmed his promise, presenting himself as the pacifist whose power would "stop all wars" and bring unity to an "angry, violent, and totally unpredictable" world (The Times of Israel, 2025). Yet, at this very moment, the irony imposes itself: the man who, back in 2011, publicly accused then-President Barack Obama of plotting to start a war with Iran as a political strategy to win re-election (NDTV, 2024), finds himself in the epicenter of two simultaneous conflicts. In June 2025, with recent bombings ordered in Iran and a deep involvement in Gaza, Trump's actions directly contradict the narrative he built, making him the catalyst for the very conflicts he vowed to end.

While Trump's undeniable hypocrisy does expose a glaring personal contradiction, his actions are, in fact, a symptom of a much deeper issue: the accelerated decline of U.S. moral and symbolic hegemony. The first half of the 2020s has been acutely marked by this rapid deterioration, raising critical questions among international affairs analysts about the very role the U.S. has played as a leader and protector of democracy and human rights throughout a century of hegemony. For decades, underlying inconsistencies in American foreign policy were veiled, but they are now laid bare as flagrant contradictions, revealing the severe decay of U.S. legitimacy in representing the very values it champions internationally – values that, ironically, gave rise to the institutions that sustained the International Order of the last century.

As the unipolar order gives way to a turbulent multipolar reality, the contradictions of the United States have become evident, revealing a nation caught between its global ambitions and the erosion of its influence. Its moral authority, once sustained by a self-interested construction of public opinion, is now unraveling. In essence, as in the

tale by Hans Andersen, the Emperor's Clothes — woven from the rhetoric of defending democracy and human rights — have been revealed as nothing more than an illusion. The obvious transparency of its posture marks the peak of the corrosion of its credibility as a guardian of those values in the 21st century.

Therefore, this conjunctural analysis aims to examine how the United States, by subordinating its diplomacy, its discourse, and its international positioning to the unconditional defense of Israel, finds itself trapped in an ultimate and profound legitimacy crisis — one that is most visibly unfolding in the Middle East, where the collapse of its moral authority and credibility has become undeniable (Dagher; Kaltenthaler, 2023). This collapse, however, is not an isolated phenomenon; it has global repercussions, corroding the symbolic hegemony that allowed the U.S. to present itself as a beacon of democracy. As political scientist Stephen Walt observes, the war in Gaza has made Washington's discourse on liberal norms appear "deeply hypocritical" (Diwan, 2024), making it increasingly unable to win support in the Global South. The purpose of this study, therefore, is to analyze how this but crisis is accelerating the broader decline of U.S. normative power in the international order.

The Erosion of Hegemonic Legitimacy

According to the report "Debating American Primacy in the Middle East" (2024), hegemony, from a constructivist perspective, transcends mere material power; it demands legitimacy and the consent of other international actors. Therefore, no international order can be truly hegemonic without commanding some degree of consent and the ability to mobilize shared purpose (POMEPS Studies, 2024). This foundational concept helps explain the current precipitous decline in the United States' moral standing. The U.S. is no longer seen as a benevolent and aligned leader, but rather as an actor mired in contradictions, failing to uphold the very values it ostensibly champions. This is vividly exemplified by the U.S. vetoes of five consecutive UN Security Council resolutions calling for a ceasefire in Gaza (UN News, 2025) while simultaneously providing an astounding $17.9 billion in military aid to Israel since October 7 (Brown University, 2024), an act widely condemned as a blatant violation of international humanitarian law despite

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

the U.S. proclaiming that democracy and human rights are at the center of its foreign policy.

This crisis of moral legitimacy was further aggravated in March 2025, when former President Donald Trump posted an AI-generated video on his Instagram profile depicting Gaza under U.S. and Israeli control. The video, made as political satire, showcased fabricated scenes of American and Israeli flags raised over Gaza, military parades, and celebratory images mocking the suffering of Palestinians and trivializing the ongoing genocide (The Guardian, 2025).

More than a personal failure of judgment, this episode reflects a political culture that has normalized the dehumanization of Palestinian lives for political gain (Prism, 2023). And, once again, in choosing to unconditionally side with Israel, the United States has willingly decided to stain its own image before the international community — sacrificing its symbolic authority and moral credibility. This incident not only provoked widespread public condemnation but also served as irrefutable evidence that the United States is no longer capable of embodying the values it claims to represent.

The result is a superpower whose name, once associated — however imperfectly — with the defense of democracy and human rights, is now increasingly tied to double standards and complicity in systemic violence. As Giovanni Arrighi (2005) argued in the context of the Iraq war, far from laying the foundations for a second "American Century", U.S. imperial overreach has consistently jeopardized the credibility of its military might, undermined the centrality of the dollar in the global political economy, and accelerated the emergence of alternative poles of power, particularly China. What was once a meticulously constructed image of global leadership is now collapsing into a fractured reflection of arrogance, unpredictability, and profound ethical decay — a decline not born from external threats alone but from the unsustainable contradictions of American hegemony itself. Moreover, the Arab World now stands as the most telling mirror of this moral erosion.

The Middle East: Credibility Collapse

The Israel-Palestine conflict has emerged as the detonating event that unequivocally exposed the United States'

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

profound crisis of legitimacy in the Middle East. For decades, Washington sought to present itself as an "evenhanded broker" in the Israeli-Palestinian peace process, promoting a narrative of moderation and peacemaker against the so-called "extremists" in the region (Foreign Policy, 2024). However, in practice, this role was always compromised by a clear, if sometimes veiled, pro-Israel bias — a contradiction that, until recently, was reluctantly tolerated by many Arab partners within certain diplomatic limits. This fragile equilibrium shattered in the wake of the 2023 Israel-Hamas war. As noted by Marc Lynch, the U.S. unconditional and unapologetic support toward Israel, previously embedded within a framework of supposed balance has now evolved into "something darker and less acceptable" for Washington's traditional Arab citizens and allies, collapsing the regional discourse of order (POMEPS Studies, 2024).

This failure to moderate Israel's actions or even to align U.S. behavior with its own proclaimed values has precipitated what analysts call a "crisis of order" in the Middle East, stripping away any pretense of moral coherence in U.S. foreign policy. As Stephen Walt (2024) points out, while the Biden administration continues to frame global conflicts as a struggle between "democracies and autocracies", condemning rivals like Russia, Iran, and China for violations of international norms, its unwavering support for Israel during a clear humanitarian catastrophe in Gaza makes such narratives "deeply hypocritical".

This glaring double standard undermines U.S. credibility in the Middle East and the image of the United States as a champion of democracy and human rights now rings increasingly hollow. This sentiment is captured with brutal clarity by the Iranian Foreign Ministry, which stated that Israel's "brutal and relentless crimes" in Gaza have fully exposed the "moral decay" of the regime's backers (Tehran, 2024).

This discourse, while originating from a geopolitical adversary, reflects a sentiment now echoed across the broader Arab world and the Global South. The consequence is unmistakable: what remains of America's soft power, a crucial pillar of its global influence, is collapsing at an unprecedented speed. While the U.S. has long faced criticism for its uneven foreign policy, particularly after interventions like the Iraq War, its recent actions in Gaza have served as a critical turning point. As a result, a superpower that once projected itself as the architect of international norms is now perceived across the Middle East not as a mediator, but as a complicit actor in violence — a perception shaped

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

not by a single event, but by a series of interventions, prolonged military occupations, and unwavering support for controversial regimes. This is not simply a diplomatic failure; it is the cumulative unraveling of the symbolic foundations upon which U.S. global hegemony was built — a collapse unfolding in real time by decisions that have alienated much of the Arab world and the Global South.

U.S. Isolation Among Its Own Western Allies

What about the rest of the world? The answer is that the erosion of American moral authority is no longer confined to the Global South or the Middle East; it is now reverberating through the very core of the transatlantic alliance. For decades, Europe and the United States maintained a relatively unified front on major geopolitical issues, but Washington's blind alignment with Israel since the 2023 war has triggered unprecedented ruptures within this long-standing coalition.

Despite maintaining their fundamental support for Israel's "right to self-defense," under the immense pressure from domestic protests and civil society, European leaders have recently adopted a tone significantly more critical of Israel than Washington (Courthouse News Service, 2025). French President Emmanuel Macron not only warned that giving Israel a "blank check" to act in Gaza would severely undermine the West's credibility in the eyes of the international community, but also took concrete steps by sending humanitarian aid to Gaza even after Israel closed its borders to such assistance, directly challenging Israeli restrictions (Euronews, 2025). Also in the United Kingdom, traditionally one of the United States' most reliable allies, Prime Minister Rishi Sunak described Israeli actions in Gaza as "intolerable and counterproductive" (Map.UK, 2024). Even Germany, historically one of Israel's loyalist defenders due to the weight of historical responsibility, saw senior government officials questioning the war's "objective" and harshly condemning Israel's continued settlement expansion in the West Bank (The Times of Israel, 2025).

These growing fissures are not merely rhetorical. They reflect a deep and widening chasm between European civil societies — where public opinion overwhelmingly opposes the war in Gaza — and governments that are increasingly reluctant to follow Washington's strict line. In this context, the Gaza war does not merely expose the hypocrisy of

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

American foreign policy — it weaponizes that hypocrisy against the U.S. itself, accelerating a process of reputational collapse not only in the Middle East but within the West. A superpower once seen as the role model of the liberal international order now finds itself isolated, not because of diminished military power, but because of its moral and normative bankruptcy.

Shifting Perceptions and the Rise of Alternative Powers

This legitimacy decline, as previously discussed, has been particularly severe in the Arab world. Recent opinion polls offer empirical evidence of this reputational collapse: across six Arab countries, only 7% of respondents believed the U.S. played a positive role in the conflict, while powers like China and Russia received significantly higher approval (Fikra Forum, 2023). In Jordan, trust in the U.S. has fallen to 3%; in Iraq, to 7% — both far below the trust expressed toward rival powers. Analysts point out that Washington's unconditional support for Israel has eroded any remaining perception of neutrality, leading to what has been described as an "enormous loss of soft power in the region" (Washington Institute, 2023). When asked why the West supports Israel so unwaveringly, only 8% cited the Hamas attacks of October 7. By contrast, 50% responded that it was due to hatred of Islam and Muslims, while around 30% blamed the influence of the Israeli lobby.

This perception is not merely a reflection of foreign policy outcomes but is constantly reinforced by public rhetoric from high-level U.S. officials. As reported by The Guardian (2024), Senator John Kennedy publicly stated in a Senate hearing that:

> *We are not going to waste American blood or treasure to help people who hate us. They hate us because they're taught to hate us by their religion, by their leadership and by their media (The Guardian, 2024).*

This blatantly Islamophobic statement, far from being an isolated slip, mirrors a broader culture of normalized dehumanization that resonates deeply with how Arab publics interpret U.S. foreign policy. It reflects a profound collapse of the normative legitimacy upon which American foreign policy was once based, a collapse that now fundamentally undermines Washington's diplomatic

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

credibility, its counterterrorism efforts, and its capacity to exercise soft power in the Middle East and Global South region.

The "collapse of moral leadership" and the impaired ability of America to build consensus are evident. The Abraham Accords, once hailed as a cornerstone of a U.S.-backed regional order, have failed to withstand the fallout from Gaza; Arab states that normalized ties with Israel now publicly distance themselves, and Saudi Arabia has shelved its normalization plans indefinitely. This confirms that the region's future will not be shaped by "US-brokered backroom agreements but by the realities of power on the ground" (Middle East Monitor, 2025), thereby signaling the irreversible erosion of Washington's capacity to dictate the terms of regional stability and its broader hegemonic decline.

Final Considerations

The moral weakness of the U.S. position in the Middle East today fundamentally undermines its ability to forge regional consensus and sustain its traditional role as the architect of order and peace. While historically framed as an indispensable guarantor of stability, summarized by the phrase "If Israel did not exist, the U.S. would have to invent it" (Counterpunch, 2023), this very dependency on unconditional support for Israel is now paradoxically accelerating the collapse of American moral hegemony. The fallout from Gaza has shattered Washington's most recent diplomatic frameworks, such as the Abraham Accords, while pushing key Arab states to retract or freeze normalization processes with Israel. Simultaneously, Israel's ongoing democratic deterioration further dismantles one of the central narratives long weaponized to legitimize unconditional American alignment: the myth of supporting 'the only democracy in the Middle East.'(Vox, 2023).

In conclusion, this is no longer a predicted decline; it is an observable, measurable erosion unfolding in real-time. Regional actors are asserting autonomy, openly challenging Washington's objectives, while the broader international system steadily recalibrates toward multipolarity. The Gaza war has not merely accelerated the terminal crisis of U.S. moral hegemony in the Middle East; it has laid bare the structural contradictions of an empire that can no longer sustain the illusion of moral leadership or normative legitimacy. The world that emerges from this moment is one where American dominance is no longer a given but it

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

is instead replaced by fragmented orders, shifting alliances, and a geopolitical landscape increasingly defined by resistance to what Washington once represented.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

AFTANDILIAN, G. The Israel/Palestine stain on Biden's foreign policy legacy. **Arab Center Washington DC**, 23 out. 2024. Disponível em: https://arabcenterdc.org/resource/the-israel-palestine-stain-on-bidens-foreign-policy-legacy/. Acesso em: 23 jun. 2025.

ARRIGHI, G. **Hegemony Unravelling-2**. New Left Review, v. II, n. 33, p. 83–116, jun. 2005.

AYYASH, M. Palestine and the decline of the US empire. **Al Jazeera**, 6 mai. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2025/5/6/palestine-and-the-decline-of-the-us-empire. Acesso em: 23 junho 2025.

BEAUCHAMP, Z. Why the US and Israel are such close friends. **Vox**, 24 jul. 2014. Disponível em: https://www.vox.com/2014/7/24/5929705/us-israel-friends. Acesso em: 23 junho 2025.

COOK, J. Biden visits Hitler's bunker, sends for a decorator: Israel and Ukraine edition. **CounterPunch**, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www.counterpunch.org/2023/11/13/biden-visits-hitlers-bunker-sends-for-a-decorator-israel-and-ukraine-edition/. Acesso em: 23 junho 2025.

COOLEY, A.; NEXON, D. H. How Hegemony Ends. **Foreign Affairs**, 9 jun. 2020. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/united-states/how-hegemony-ends. Acesso em: 22 junho 2025.

CRIMES in Gaza reveal moral decay of U.S., other Israeli backers. **Tehran Times**, 23 out. 2023. Disponível em: https://www.tehrantimes.com/news/490736/Crimes-in-Gaza-reveal-moral-decay-of-U-S-other-Israeli-backers. Acesso em: 23 junho 2025.

DAGHER, M.; KALTENTHALER, K. The United States Is Rapidly Losing Arab Hearts and Minds Through Gaza War, While Competitors Benefit. **The Washington Institute**, 21 nov. 2023. Disponível em: https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/united-states-rapidly-losing-arab-hearts-and-minds-through-gaza-war-while. Acesso em: 22 junho 2025.

GERMANY threatens steps against Israel over Gaza, escalating criticism of war. **The Times of Israel**, 15 mai. 2025. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/germany-threatens-steps-against-israel-over-gaza-escalating-criticism-of-war/. Acesso em: 23 junho 2025.

Referências

HUMAN RIGHTS WATCH. Israel: Starvation used as a weapon of war in Gaza. **Human Rights Watch,** 18 dez. 2023. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2023/12/18/israel-starvation-used-weapon-war-gaza. Acesso em: 23 junho 2025.

IF US senators are openly Islamophobic, what hope is there? **The Guardian**, 20 set. 2024. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2024/sep/20/senators-islamophobic-john-kennedy. Acesso em: 22 junho 2025.

INTRODUCTION: Debating American primacy in the Middle East. **Project on Middle East Political Science**, 2024. Disponível em: https://pomeps.org/introduction-debating-american-primacy-in-the-middle-east. Acesso em: 23 junho 2025.

IKENBERRY, G. J. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Remaking of Order after the Cold War**. Princeton University Press, 2001.

KADDO, T. The Israel-Palestine stain on Biden 's foreign policy legacy. **Arab Center Washington DC**, 22 maio 2024. Disponível em: https://arabcenterdc.org/resource/the-israel-palestine-stain-on-bidens-foreign-policy-legacy/. Acesso em: 23 junho 2025.

KRIEG, A. The war in Gaza, the decline of US leadership and the emergence of a networked regional order. **Contemporary Security Policy,** [S. l.], v. 45, n. 2, p. 1-25, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13523260.2024.2358609. Acesso em: 23 junho 2025.

KHATSENKOVA, S. France drops 40 tonnes of humanitarian aid in Gaza as crisis worsens. **Euronews**, 1 ago. 2025. Disponível em: https://www.euronews.com/my-europe/2025/08/01/france-drops-40-tonnes-of-humanitarian-aid-in-gaza-as-crisis-worsens . Acesso em: 6 ago. 2025.

LI, M. The Collapse of American Hegemony and the Challenges of the 21st Century. **Zeitschrift Luxemburg**, out. 2022. Disponível em: https://zeitschrift-luxemburg.de/artikel/the-collapse-of-the-american-hegemony-and-the-challenges-of-the-21st-century/. Acesso em: 22 junho 2025.

MEARSHEIMER, J. J. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy. **Farrar, Straus and Giroux**, 2007.

MURRAY, C. Trump posts bizarre AI video promoting 'Trump Gaza' after saying U.S. should take over Palestinian territory. **Forbes**, 26 fev. 2025. Disponível em: https://www.forbes.com/

Referências

sites/conormurray/2025/02/26/trump-posts-bizarre-ai-video-promoting-trump-gaza-after-saying-us-should-take-over-palestinian-territory/. Acesso em: 23 junho 2025.

OPPENHEIMER, M. F. Hard times ahead for US soft power. In: Soft Power and the Future of US Foreign Policy. **Manchester University Press**, 2023.

PROFESSOR John Mearsheimer aponta o fim do império americano e a consolidação do mundo multipolar. **ABJ (Associação Brasileira dos Jornalistas)**, 23 set. 2024. Disponível em: https://www.assbrasiljornalistas.org/professor-john-mearsheimer-aponta-o-fim-do-imperio-americano-e-a-consolidacao-do-mundo-multipolar-2/. Acesso em: 22 junho 2025.

SIRAJ, U. Enfraquecimento da hegemonia dos EUA no Oriente Médio. **Observatório Político dos Estados Unidos**, 18 jul. 2024. Disponível em: https://www.opeu.org.br/2024/07/18/enfraquecimento-da-hegemonia-dos-eua-no-oriente-medio-entrevista-com-uzma-siraj/. Acesso em: 23 junho 2025.

TRUMP marks 'dawn of a new Middle East' as Israel, UAE and Bahrain sign peace deals. Middle East Monitor, 16 set. 2020. Disponível em: https://www.middleeastmonitor.com/20200916-trump-marks-dawn-of-a-new-middle-east-as-israel-uae-and-bahrain-sign-peace-deals/. Acesso em: 23 junho 2025

TRUMP's 2011 post claiming Obama will start a war with Iran is now viral. **NDTV**, 17 Jan. 2024. Disponível em: https://www.ndtv.com/world-news/trumps-2011-post-claiming-obama-will-start-a-war-with-iran-is-now-viral-8736712. Acesso em: 23 junho 2025.

Tarifaço e o crepúsculo da potência norte-americana

Anna Luiza Fagundes e Cecília Dias[1]

A escalada tarifária recente do presidente Donald Trump revela um passo mais adiante rumo ao desmantelamento da ordem comercial internacional. Desde o início do ano, a acirrada guerra comercial entre os Estados Unidos e o resto do mundo, com marco no *Liberation Day* do dia 2 de abril, vem gerando disrupções e transbordamentos em diversas cadeias de suprimentos. Contraditoriamente, os impactos dessas ações tendem a ser negativos principalmente para a economia norte-americana (Harithas; Meng; Brown *et al*., 2025).

Neste estágio, as mais recentes declarações estadunidenses, mediante envio de cartas endereçadas a diferentes nações, provocam reações críticas no cenário internacional, abalando dinâmicas de poder globais e levantando questionamentos sobre a confiabilidade dos Estados Unidos da América (EUA) enquanto ator central no sistema internacional. Ao priorizar questões domésticas e ideológicas, enfatizando a "redução do déficit comercial" por meio dessas medidas e da evidente intenção de interferir diretamente em assuntos internos, a potência passa a ser vista com crescente desconfiança por parte de governos e de agentes econômicos ao redor do mundo.

Desse modo, no atual quadro de interdependência global, a aplicação reiterada de medidas econômicas coercitivas mina a habilidade dos EUA de preservar sua hegemonia fundamentada no consentimento e no reconhecimento legítimo. Assim, esta análise visa trazer luz sobre como o tarifaço, implementado pelo presidente Donald Trump, se incorpora a um contexto de declínio da hegemonia norte-americana, a partir do desencadeamento de reações externas que afetam ainda mais a legitimidade do país e a sua confiabilidade internacional.

[1]Esta análise foi finalizada no início de agosto. Eventuais mudanças significativas no desenrolar dos acontecimentos, que ocorreram desde então, não foram consideradas pelas autoras.

Da erosão da legitimidade...

No que tange ao declínio da hegemonia norte-americana, o debate acadêmico permanece sob dissenso. Para alguns autores, como Arrighi (2006), esse declínio configura-se como um processo cíclico inerente e previsível à dinâmica hegemônica, tal como ocorreu com a veneziana, durante o Renascentismo, e com a inglesa, na era da Revolução Industrial. Em contrapartida, Susan Strange (1987) contesta essa ideia, dispondo ao poder estrutural um papel mais determinante na solidez da influência de um *hegemon*. Nesse sentido, Strange elenca quatro dimensões estruturais que sustentam o ideal de hegemonia estadunidense — dentre elas, a financeira. Com base nisso, Strange disserta que a percepção de perda da hegemonia norte-americana configura-se como um mito, não comprometendo, assim, a totalidade de suas bases estruturais de poder.

Quanto à estrutura financeira, os EUA passaram por múltiplas situações desde o início do século XXI que, apesar de não findarem com sua supremacia econômica, colocaram em xeque essa hegemonia, como a crise financeira de 2008, a ascensão econômica chinesa e o aumento da desdolarização. Nesse sentido, este segundo mandato de Donald Trump intencionava, ideologicamente, sua restauração. A premissa era de que a "era de ouro da América", enunciada em sua posse, se iniciaria para recuperar a liderança global dos EUA e torná-los "grandes novamente" (Hammond, 2025). No entanto, a concretização e a viabilidade dessa restauração, via tarifas que chegaram a patamares proibitivos a algumas nações, vem se revelando limitada e controversa.

O denominado "tarifaço" promovido por Trump representa um marco na economia internacional ao instituir uma política tarifária universal, com alíquotas iniciais de 10%, acrescidas de tarifas adicionais sobre produtos específicos (White House, 2025a; 2025b). A justificativa oficial para essas medidas baseou-se em déficits comerciais persistentes, práticas comerciais desleais e a perda da base industrial americana, que deveria se reindustrializar. No entanto, ao impor tarifas ampla e indiscriminadamente a quase todos os países (185), incluindo aliados históricos, os EUA minam sua própria posição de liderança no sistema global de comércio baseado em regras que ajudaram a edificar — e os beneficiaram — desde o período pós-Segunda Guerra.

Tais medidas, portanto, trouxeram uma instabilidade que compromete a confiança dos mercados, fragmenta

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

cadeias globais de produção e enfraquece a legitimidade dos EUA. A título de exemplificação, esse cenário de incerteza se concretiza com o rebaixamento da nota de crédito dos EUA pela agência Moody's (CNN, 2025), reforçando a percepção de menos estabilidade nas políticas fiscais e monetárias do país, apesar de um efeito prático moderado. Esses fatores contribuem para a imagem de um afastamento gradual dos Estados Unidos do papel de liderança que tradicionalmente desempenhou na ordem internacional.

Ademais, para Strauss e Foster (2025), mais do que uma medida emergencial, as tarifas tendem a se tornar rígidas e persistentes, conforme precedentes históricos, especialmente quando se consolidam como instrumentos de arrecadação e de proteção eleitoral. O custo político de sua reversão é elevado, e a substituição das importações tarifadas é, em geral, inviável. Esse efeito estrutural negativo do tarifaço compromete tanto a legitimidade internacional dos EUA quanto sua capacidade produtiva interna ao elevar custos, provocar escassez, pressionar a inflação e reduzir o investimento — efeitos análogos aos de choques de oferta históricos.

Nesse contexto, a diplomacia comercial dá espaço para a coerção econômica. A publicação de Trump via X (ex-Twitter) em 2018, de que "guerras comerciais são boas e fáceis de vencer", revela sua visão deturpada do comércio internacional como um "jogo de soma zero", segundo Posen (2025). Contudo, essa guerra tarifária, na prática, mina a confiança global nos EUA e isola-os diplomaticamente, ao passo que desestrutura o sistema multilateral que sustentava sua liderança e amplia a margem de manobra da China, que se apresenta como potência alternativa mais previsível e menos ofensiva — que respeita as "regras do jogo". Desse modo, ao invés de restaurar a hegemonia americana, o tarifaço propulsiona seu declínio, configurando uma nova "Guerra do Vietnã comercial" — custosa, impopular e difícil de vencer (Posen, 2025).

Assim, longe de fortalecer os EUA, o tarifaço promovido por Trump representa um movimento de autossabotagem hegemônica, reforçando a ideia de que o país está cada vez mais isolado e incapaz de exercer liderança consensual no sistema internacional. Essa política trumpista do "America First" desestabiliza o sistema econômico global construído pela ordem pós-Guerra norte-americana, sobretudo pelas intenções objetivadas.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

... ao modelo extorsivo de proteção

As medidas tarifárias implementadas pelo governo dos EUA, sendo interpretadas como instrumentos de coerção econômica, visam pressionar outros países a aceitar negociações, muitas vezes em termos desfavoráveis, distanciando-se do consentimento mútuo. Um exemplo evidente dessa estratégia é o acordo firmado com a União Europeia, que impôs uma tarifa de 15% sobre as exportações do bloco — um valor nove vezes superior às tarifas vigentes antes do retorno de Trump à presidência — e contrapartidas comerciais prejudiciais (The Economist, 2025).

A perda de confiança dos parceiros é visível, sobretudo pelas reações de aliados tradicionalmente históricos, como México, Canadá, Reino Unido e União Europeia, que expressaram desconforto ou adotaram contramedidas diante do novo cenário. Mesmo no caso da China — que, embora não seja aliada direta, mantém relações econômicas significativas com os EUA —, o agravamento das tensões comerciais contribui para acelerar o processo de desgaste da credibilidade americana.

Nesse sentido, apesar da postura diplomática e comedida da presidente do México, Claudia Sheinbaum, o país se posicionou fortemente contra as medidas impostas por Trump. Tanto o México quanto o Canadá não foram sobretaxados no *Liberation Day*, mas sim, antes, em taxas de 20 a 25% a produtos não compatíveis ao acordo de livre comércio entre as três nações — o USMCA (York; Durante, 2025). Atualmente com tarifas em patamares de 30%, o México busca um acordo comercial e indica que tais medidas são injustificadas e prejudiciais para ambas as nações, e ameaçando retaliações (Lima, 2025).

Outro parceiro comercial imprescindível para os EUA, o Canadá, também repudiou fortemente as tarifas. O primeiro-ministro canadense, Mark Carney, vinha destacando como essas medidas prejudicam os canadenses e afirmou que retaliaria via taxação de serviços digitais em junho — ponto sensível às *Big Techs* (CNN, 2025). Contudo, esse movimento só gerou mais imbróglio e uma escalada norte-americana ainda maior, o que levou a um recuo da medida. Vale salientar que esse posicionamento mais firme de Carney contra Donald Trump contribuiu para a vitória do Partido Liberal nas últimas eleições, contrariando as pesquisas

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

eleitorais que indicavam uma ampla vantagem ao Partido Conservador (Dubey, 2025).

A União Europeia também se colocou como uma forte opositora das medidas do governo norte-americano. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, classificou as medidas como um duro golpe para a economia mundial, afetando de forma mais profunda indivíduos mais vulneráveis (Barnes, 2025). O bloco, entretanto, recuou com a sua postura mais consistente e cedeu às condições norte-americanas no acordo firmado em agosto, que foi duramente criticado por líderes europeus, como o presidente e o primeiro-ministro da França, além do presidente da Hungria (Estadão, 2025).

A China, por sua vez, o maior alvo dessa guerra comercial, reagiu robustamente, afirmando que vai "lutar até o fim" se os EUA continuarem com as medidas tarifárias, retaliando a cada anúncio de Trump (Davidson, 2025). Diante da imposição de tarifas de 145% sobre produtos chineses no início do ano, a China reagiu aplicando uma taxa de 125% aos bens norte-americanos, evidenciando seu poder de barganha como segunda maior economia mundial. Mais recentemente, como resultado das rodadas de negociações ocorridas em Genebra, em Londres e em Estocolmo, Washington recuou estabelecendo uma alíquota de 30% sobre os produtos chineses e uma maior liberalização no comércio de chips, tópico sensível diante da disputa pela hegemonia tecnológica, além de adiar o prazo para aplicação dessas medidas (Hunnicutt et al, 2025). Em contrapartida, Pequim fixou uma tarifa de 10% sobre os itens importados dos EUA (Buchwald, 2025) e as perspectivas de desescalada entre ambos os países indicam a possibilidade de um acordo comercial ainda este ano, com um possível encontro entre Trump e o presidente chinês Xi Jinping até dezembro.

Embora o governo norte-americano esteja prosseguindo com algumas negociações, a percepção de imprevisibilidade e falta de confiabilidade dos EUA não será facilmente revertida. A constante alternância entre a imposição, a revogação e as isenções tarifárias projeta o país como um parceiro instável, ampliando a incerteza entre seus maiores interlocutores econômicos. Em um cenário de interdependência global, a adoção sistemática de mecanismos coercitivos corrói a capacidade dos EUA de sustentar sua hegemonia com base no consentimento e na legitimidade, levando a uma mudança por fluxos comerciais alternativos aos EUA e ao estabelecimento de mais acordos comerciais fora do eixo estadunidense.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

O reflexo dessa conjuntura também pode ser observado em levantamentos internacionais de opinião pública. Uma pesquisa conduzida pela Ipsos em 29 países revelou que, em 26 deles, houve queda na proporção de pessoas que acreditam que os EUA exercerão uma influência positiva nos assuntos globais nos próximos dez anos. O mesmo estudo apontou que a percepção de influência positiva da China superou a dos EUA em diversos países, sinalizando uma inflexão na liderança global percebida (Lissardy, 2025). Articulando esse dado à concepção de hegemonia como sustentada pelo consentimento, pela legitimidade e pela percepção internacional, evidencia-se uma mudança de paradigma: os EUA vêm perdendo as bases simbólicas e materiais que sustentam a sua liderança, aproximando-se de um modelo hegemônico baseado na imposição, não no consenso, o que pode ser evidenciado pelo distanciamento de seus maiores aliados.

Adicionalmente, as tarifas contribuem para o desgaste da imagem interna do governo: 89% dos adultos acreditam que elas poderão encarecer produtos básicos de consumo, enquanto a maioria permanece cética quanto aos seus benefícios tanto no curto quanto no longo prazo (Brenan, 2025). Do ponto de vista comercial, a *U.S. Chamber of Commerce* divulgou a reação de pequenas empresas ao aumento das tarifas, relatando que muitas delas estão sendo negativamente impactadas pelo ambiente de incerteza e pela incapacidade de absorção de custos e de adaptação (U.S. Chamber of Commerce, 2025). Nessa seara, os EUA comprometem sua legitimidade não somente no cenário internacional, mas também no doméstico, ao enfrentar crescentes constrangimentos internos que evidenciam seu desgaste. Esse processo, intensificado pelas novas políticas tarifárias, ao invés de consolidar a hegemonia, aprofunda tensões internas e corrói os fundamentos de seu poder de influência.

Por conseguinte, esse afastamento do modelo tradicional de hegemonia reforça a leitura teórica de Payne e Silver (2022), para quem os EUA passaram a exercer uma "dominação sem hegemonia": cria-se uma ameaça para os aliados e, em seguida, apresenta-se como o único capaz de oferecer proteção. Assim, Trump impõe riscos deliberados aos seus parceiros históricos e posteriormente oferece acordos como solução, instaurando um ciclo de dependência condicionado à coerção. Em tal arranjo, a liderança americana deixa de se apoiar na legitimidade e opera sob um modelo extorsivo de proteção — dominando não pela confiança que inspira, mas pelas desordens que ela mesma origina, demonstrando indícios da falência

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

do sistema hegemônico norte-americano, marcado pela deterioração da relação com parceiros históricos.

Considerações finais

Apesar do pretexto de restaurar a grandeza econômica dos Estados Unidos, as medidas tarifárias de Trump revelam-se contraditórias ao minar as próprias bases da hegemonia americana — legitimidade, previsibilidade e capacidade de articulação consensual. Ao abandonar o multilateralismo e adotar práticas protecionistas radicais, os EUA colocam em xeque sua hegemonia econômica e ideacional, abrindo espaço para a ascensão de lideranças alternativas, notadamente a China, que já demonstra o fortalecimento de alianças estratégicas e o aumento de sua capacidade de influência em fóruns internacionais.

Esse movimento evidencia uma mudança sistêmica em curso, na qual a centralidade dos EUA é progressivamente contestada, tanto no plano simbólico quanto material, por potências dispostas a ocupar o vácuo deixado por sua retração. Nesse contexto, o tarifaço não somente sinaliza uma inflexão na política externa norte-americana, mas simboliza também o risco de uma transição hegemônica marcada por instabilidade, fragmentação e perda de confiança global.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

ACORDO com os EUA é 'dia sombrio' para a União Europeia, diz primeiro-ministro da França. **Estadão**, [s.l.], 28 jul. 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/acordo-eua-ue-franca-dia-sombrio/. Acesso em: 6 ago. 2025.

ARRIGHI, G. **O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio De Janeiro: Contraponto, São Paulo Ed. Unesp, 2006.

BARNES, A. "Duro golpe": UE e líderes mundiais reagem às tarifas aduaneiras de Trump. **EuroNews**, [s.l.], 3 abr. 2025. Disponível em: https://pt.euronews.com/business/2025/04/03/duro-golpe-ue-e-lideres-mundiais-reagem-as-tarifas-aduaneiras-de-trump. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRENAN, M. Most Americans Skeptical About Benefits of Tariffs. **Gallup**, [s.l.], 28 abr. 2025. Economy. Disponível em: https://news.gallup.com/poll/660002/americans-skeptical-benefits-tariffs.aspx. Acesso em: 11 ago. 2025.

BUCHWALS, E. Negociação China-EUA é concluída sem acordo que evite nova alta de tarifas. **CNN Brasil,** [s.l.], 29 jul. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/negociacao-china-eua-e-concluida-sem-acordo-que-evite-nova-alta-de-tarifas/. Acesso em: 6 ago. 2025.

DAVIDSON, H. China vows to 'fight to the end' against latest Trump tariff threat. **The Guardian**, Taipei, 8 abr. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2025/apr/08/china-vows-to-fight-to-the-end-against-latest-trump-tariff-threat. Acesso em: 1 jun. 2025.

DUBEY, V. How Donald Trump's tariffs handed Mark Carney and the Liberals an upper-hand in Canada polls. **Times of India**, [s.l.], 27 abr. 2025. Disponível em: https://timesofindia.indiatimes.com/world/rest-of-world/how-donald-trumps-tariffs-handed-mark-carney-and-the-liberals-an-upper-hand-in-canada-polls/articleshow/120668536.cms. Acesso em: 6 ago. 2025.

HAMMOND, E. A era de ouro dos Estados Unidos começa agora, diz Trump em posse. **CNN Brasil**, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/a-era-de-ouro-dos-estados-unidos-comeca-agora-diz-trump-em-posse/. Acesso em: 2 jun. 2025.

HARITHAS, B.; MENG, K.; BROWN, E.; et al. "Liberation Day" Tariffs Explained. **Center for Strategic & International Studies**, 2025. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/liberation-day-

Referências

tariffs-explained. Acesso em: 28 maio 2025.

HUNNICUTT, T; SHALAL, A.; CASH, J. US, China extend tariff truce by 90 days, staving off surge in duties. **Reuters**, 12 ago. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/us-china-extend-tariff-truce-by-90-days-staving-off-surge-duties-2025-08-12/ Acesso em: 15 ago. 2025

LIMA, L. Presidente do México promete retaliação aos EUA após tarifas de Trump. **Money Times**, [s.l.], 4 mar. 2025. Disponível em: https://www.moneytimes.com.br/presidente-do-mexico-condena-tarifas-dos-eua-e-promete-retaliacao-lils/. Acesso em: 1 jun. 2025.

LISSARDY, G. 3 sinais de que reação anti-Trump ganha força no mundo. **BBC News Brasil**, [s.l.], 17 maio 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/czel32wjynyo. Acesso em: 1 jun. 2025.

MAKIO, D. Hegemonia e crise: um estudo da posição dos EUA no sistema de estados do século XXI. **Fronteira: Revista de Iniciação Cientifica em Relações Internacionais**, v. 18, n. 36, 2019.

MOODY'S rebaixa nota de crédito dos EUA e tira classificação de "AAA". **CNN Brasil**, [s.l.], 16 maio 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/moodys-rebaixa-nota-de-credito-dos-eua-e-tira-pais-do-clube-de-elite-aaa/. Acesso em: 28 maio 2025.

PAYNE, C. R.; SILVER, B. J. Dominação sem hegemonia e os limites do poder mundial dos Estados Unidos. **Caderno CRH**, v. 35, p. 247-265, 2022.

POSEN, A. Tariffs and trade wars are easy to lose. **Foreign Affairs**, 9 abr. 2025. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/united-states/tariffs-trade-wars-are-easy-lose. Acesso em: 2 jun. 2025.

STRANGE, S. The persistent myth of lost hegemony**.** **International organization**, v. 41, n. 4, p. 551-574, 1987.

STRAUSS, D.; FOSTER, P. Donald Trump's economic plans for a second term. **Financial Times**, 6 abr. 2025. Disponível em: https://www.ft.com/content/85eb0fcf-3234-41f0-aa58-3bc9af456513. Acesso em: 2 jun. 2025.

THE trade deal with America shows the limits of the EU's power. **The Economist**, [s.l.], 31 jul. 2025. Disponível em: https://www.economist.com/finance-and-economics/2025/07/31/the-

Referências

trade-deal-with-america-shows-the-limits-of-the-eus-power. Acesso em: 6 ago. 2025.

THE WHITE HOUSE. **Imposing duties to address the flow of illicit drugs across our national border**. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/imposing-duties-to-address-the-flow-of-illicit-drugs-across-our-national-border/. Acesso em: 2 jun. 2025.

THE WHITE HOUSE. **Regulating imports with a reciprocal tariff to rectify trade practices that contribute to large and persistent annual United States goods trade deficits**. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/04/regulating-imports-with-a-reciprocal-tariff-to-rectify-trade-practices-that-contribute-to-large-and-persistent-annual-united-states-goods-trade-deficits/. Acesso em: 2 jun. 2025.

VEJA reações de líderes mundiais às tarifas recíprocas anunciadas por Trump. **CNN Brasil**, [s.l.], 2 abr. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/veja-reacoes-de-lideres-mundiais-as-tarifas-reciprocas-anunciadas-por-trump/. Acesso em: 1 jun. 2025.

'A MATTER OF survival': Small Businesses Speak Out on Tariffs. **U.S. Chamber of Commerce**, 2025. Disponível em: https://www.uschamber.com/small-business/american-workers-businesses-consumers-trade-tariffs. Acesso em: 11 ago. 2025.

YORK, E; DURANTE, A. Trump Tariffs: Tracking the Economic Impact of the Trump Trade War. **Tax Foundation**, 16 ago. 2025. Disponível em: https://taxfoundation.org/research/all/federal/trump-tariffs-trade-war/#timeline. Acesso em: 17 ago. 2025

Ciência de malas prontas: o esvaziamento simbólico da hegemonia cultural dos Estados Unidos pela fuga de cérebros

Pedro Arthur Felipe

"Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos têm sido líderes globais em ciência e tecnologia" (Hao, 2025). A ciência move a indústria norte-americana há décadas, porém, nos últimos meses, os Estados Unidos da América (EUA), sob tutela de Donald Trump, tem promovido cortes drásticos no financiamento científico, várias restrições à entrada de estrangeiros e uma enorme repressão ideológica nas universidades do país.

Em março deste ano, reduções extremas no ramo científico começaram. A Força-Tarefa Conjunta da Casa Branca de Combate ao Antissemitismo anunciou o cancelamento abrupto de bilhões de dólares em fundos de pesquisa para diversas instituições de ensino superior (CNN Brasil, 2025). Sob o pretexto de combater o antissemitismo, após protestos a favor do cessar-fogo em Gaza e da criação do Estado da Palestina, que ocorrem desde o ano anterior (BBC, 2024), cerca de 4 bilhões de dólares foram retidos das universidades estadunidenses, como Columbia e Harvard (G1, 2025). Além disso, a juíza do tribunal de Massachusetts, Alisson Burroughs, vetou – pela segunda vez – uma ordem do presidente que impedia Harvard de matricular estudantes estrangeiros. Essa ordem de restrição temporária impede que os tribunais tenham sequer uma chance de revisar o caso (G1, 2025).

Os cientistas se encontram em uma situação precarizada, sem rumo nem condições de permanecerem no país. Muitos pesquisadores perderam seus vínculos, estudantes estrangeiros tiveram vistos cancelados, e a onda de fuga de cérebros se intensificou. Dado que não há prospecção sobre o futuro, o *Assault on Science* (ataque à ciência) de Donald Trump é danoso para o contínuo desenvolvimento da máquina liberal do país.

Nesse ínterim, a presente análise se propõe a investigar o desmonte da ciência nos EUA, como a chave do esvaziamento da hegemonia cultural, destacando as teorias de Arrighi e Gramsci, principalmente. Será que os

Estados Unidos estariam realmente caminhando para uma dominação sem hegemonia? A ordem mundial, do ponto de vista da pesquisa científica, torna-se mais multipolar e disputada a cada dia, ou ainda estaria sob influência persistente dos EUA? As indagações presentes pretendem analisar os rumos da posição do outrora grande hegemon cultural.

Afinal, o que é a hegemonia cultural?

Começando uma breve revisão sobre o conceito, segundo Giovanni Arrighi (1994), a hegemonia se dá pela capacidade de um Estado exercer funções de liderança sobre outras nações. Embora envolva dominação militar, não se limita a ela, pois se amplia pelo exercício da liderança intelectual e moral. Dessa forma, o autor se inspira no conceito de hegemonia gramsciano, extrapolando o imperialismo expansionista, de coerção militar exacerbada, para uma mescla de influência-domínio; um meio termo, que possibilite convencer e bajular ou exercer preeminência "econômica e cultural [...], condicionando-os a seus ideais" (Silvestre, 2021).

Sendo assim, a hegemonia cultural dos Estados Unidos é compreendida como o domínio exercido sobre diferentes campos de produção através do poder simbólico – como a ciência, a arte, a educação, entre outras – dentro do Estado (a exemplo do Destino-Manifesto), mas, em especial, no nível internacional, influenciando diretamente nas escolhas, percepções e valores das outras entidades do sistema-mundo. Um bom exemplo, são os valores neoliberais de Reagan, que atuaram tanto no plano real (econômico), como no simbólico e portanto, moldaram o imaginário coletivo e orientaram os comportamentos sociais de maneira sutil, mas eficaz, ilustrados pela predisposição ao liberalismo e a eterna busca pelo lucro. É dessa forma que se consolida o consenso necessário à manutenção do projeto político-cultural hegemônico dos EUA, conforme uma interpretação gramsciana (Acanda, 2006).

Ainda visualizando Arrighi (1994), explica-se a preponderância hegemônica dos EUA por meio da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação. Só puderam se tornar os sucessores diretos dos britânicos no ciclo, devido às adversidades que a Grande Guerra trouxe à Europa. A partir daí, "os Estados Unidos se consolidaram

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

[...] como o líder industrial do mundo" (Lessa, 2005, p.122), especialmente depois do segundo grande conflito, momento em que conseguiram o título de superpotência, ao expandirem sua agenda liberal (econômica e cultural), por meio do Plano Marshall, Bretton Woods, etc; e o mais importante, como destaca o autor John Ikenberry (2001), instauraram as instituições vinculantes, como a ONU e o FMI, para autorrestrição de poder, conferindo previsibilidade e estabilidade à atuação legitimada dos EUA.

Essa leitura da hegemonia se alinha à visão de Robert Cox (Silvestre, 2021), que reforça a lógica de legitimação através de consenso, coerção e cooptação, elementos estes aplicáveis ao molde institucionalizado da ordem internacional configurada no pós-guerra e consolidada durante a Guerra Fria. O autor define a hegemonia global como a combinação de todos os fatores abordados anteriormente: o poder material, a ideologia dominante e as instituições estabilizadoras, sendo que "as instituições desempenham o papel essencial de estabilizar e perpetuar a ordem produzida pelas forças materiais e ideológicas" (Silvestre, 2021).

Para Cox, o Estado precisa ter a capacidade de apresentar seu projeto de poder como se fosse de interesse geral, o que dialoga com a contribuição de Susan Strange (Avila, 2009). A autora entende que a verdade, a ciência e o saber legítimo, ou seja, a definição do que deve ser ensinado, pesquisado e financiado, são modelados pelo Estado, doméstica e internacionalmente. Em síntese, a erosão da liderança estadunidense na ciência é um sinal claro do declínio hegemônico, quanto à capacidade de continuar condicionando o pensamento global.

Mesmo que o liberalismo não tenha encontrado um opositor à altura desde a década de 80 (Wallerstein, 2004, *apud* Montenegro, 2016) – com o fim da ameaça comunista na Guerra Fria –, no momento em que o governo dos Estados Unidos atacam suas próprias instituições científicas, desrespeitam valores liberais (direitos humanos e democracia, por exemplo) e hostilizam seus pesquisadores, rompem quase instantaneamente com seu *status* de hegemon cultural; ainda que se mantenham economicamente forte, outros ramos cruciais definham, como é marcado pelo vácuo da liderança ideológica e cultural.

A "retirada da Ciência" se dá como uma forma de escapar dessa tentativa de controle coercitivo e ofensivo do Estado norte-americano contra o principal motor da indústria, os

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

cientistas. Quando há falta de credibilidade do hegemon, decisões extremadas – como as adotadas por Trump – se tornam as únicas opções viáveis, o que funda a dominação sem hegemonia de Arrighi (1994), sustentada apenas pelo *hard power*. Sendo assim, fugir para um lugar menos hostil se torna a única opção para a sobrevivência da pesquisa.

Ataque direto à ciência e a fuga de cérebros massiva

Pode-se afirmar que as políticas do segundo mandato de Donald Trump abalam a dominância histórica dos EUA no avanço global da ciência, pois foi anteriormente sustentada por sua capacidade de atrair, formar e liderar a agenda científica mundial, o que de acordo com Strange (Avila, 2009), significa deter o controle institucional do saber. Como Karen Hao (2025) destaca em sua matéria: "embora toda administração traga mudanças, manter os EUA como líder em ciência e tecnologia nunca foi uma questão partidária. Ninguém previu um ataque tão amplo às bases da prosperidade americana".

O resultado do congelamento dos fundos de pesquisa e do golpe direto nas universidades tem sido a evasão de talentos para outros centros de excelência em pesquisa, a exemplo de China, Alemanha, Suécia, Singapura, Canadá e Coreia do Sul (Scaff, 2025). Como o jornalista Julian Scaff (2025) descreve, esses países passaram a absorver talentos ao oferecer financiamento, qualidade de vida, liberdade intelectual e estabilidade. O discurso enfático de "nós acreditamos na ciência" (Scaff, 2025, tradução nossa) está sendo usado como uma estratégia por esses novos polos globais, enquanto Boston e Washington perdem não apenas talentos, mas também sua legitimidade científica, influência simbólica e grande *soft power* institucional. Seguindo o alerta de Ikenberry (2001), a ordem liberal só é regida pelos EUA, enquanto eles obedecem às normas das instituições vinculantes, a exemplo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Acordo de Paris, ambos abandonados por Trump neste ano (2025).

Segundo a pesquisa da revista britânica *Nature* (CGTN, 2025), cerca de 75% do total dos cientistas entrevistados (1600), consideram sair do país por causa das ameaças às suas carreiras pela administração atual; sendo os principais destinos de interesse desses pesquisadores, países da Europa e o Canadá (CGTN, 2025). Como relatou à BBC, Jason Stanley, professor da universidade de Yale, se

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

mudará para o Canadá "devido ao clima político e ao que ele considera a ameaça de uma ditadura incipiente" (BBC, 2025). Casos como o de Stanley ilustram as consequências da dominação sem hegemonia de Trump, dentro do contexto de perda de interesse estatal nos ramos científicos.

Ainda segundo essa pesquisa, as causas majoritárias da migração identificadas são os cortes de fundos e a suspensão de numerosos cargos federais da política de redução de custos da Agência de Eficiência Governamental (DOGE), anteriormente liderada por Elon Musk (CNN Brasil, 2025). Estas ações estatais geraram danos à imagem internacional dos EUA, decorrentes da volatilidade do comportamento do presidente Trump, o que torna viável a debandada da academia, em uma dinâmica autônoma de mudança para outros pólos científicos, ou seja, o processo de perda de liderança e de hegemonia simbólica é cada vez mais visível. A situação já se tornou irreversível no curto prazo.

Prospecção do futuro dos EUA na ordem internacional

A tal debandada de pesquisadores aumenta a rivalidade com o tradicional eixo de produção científica dos EUA, já que alguns projetos ao redor do mundo se destacam como importantes recrutadores desses "deslocados", a exemplo do *Horizon Program* da União Europeia (UE) e o *Thousand Talents Plan* (TPP), da China.

O projeto europeu está efetivamente investindo 93,5 bilhões de euros, entre 2021 e 2027 (European Commission, 2025), para melhorar a competitividade do bloco em assuntos de mudanças climáticas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora, no curto prazo, os Estados Unidos ainda mantenham sua vantagem estratégica em setores promissores como inteligência artificial, tecnologia quântica e mudanças climáticas, iniciativas como esta tendem a contestar gradualmente a liderança. Assim, no longo prazo, há a possibilidade de que outros atores preencham o espaço "cedido" pela atual política anti-ciência na ordem multilateral.

Julian Scaff menciona que "os centros de inovação que antes definiam o Vale do Silício, Boston e Austin, agora estão tomando forma em Berlim, Schengen e Cingapura" (2025, tradução nossa). Esse fenômeno é uma boa ilustração da tese de Fareed Zakaria (Montenegro, 2016) sobre a

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

"ascensão do resto", onde não há mais uma hegemonia clara, mas múltiplas novas potências nacionalistas em competição, sendo uma resposta alternativa direta ao expansionismo dos EUA.

Já o segundo projeto mencionado, da China, chama atenção do governo americano desde 2008, sendo classificado pelo site oficial do FBI como um "plano chinês que encoraja espionagem dos EUA" (FBI, 2025). Envolto na clara tentativa de descredibilização estadunidense, há o temor ocidental ao projeto do Partido Comunista Chinês de se tornar "o líder mundial em ciência e tecnologia até 2050" (Matthys, 2023). O TPP é um programa recrutador de talentos de "alto calibre" globais, que ajudou no desenvolvimento da economia e ciência do país em apenas duas décadas de funcionamento (SCCEI, 2023). Contudo, há obrigatoriedade de obediência às regras do partido e o compartilhamento das novas tecnologias e patentes com o governo, o que causa desconforto aos olhos dos liberais.

Neste escopo, a China se apresenta como um rival à altura dos EUA, exemplificado no recorde de registro de patentes de IA generativa, com "38 mil patentes, seis vezes mais do que os EUA" (ONU News, 2024). A partir de um título bem sugestivo, "Adam Smith em Pequim", o autor Arrighi (2008), supõe a ascensão da China como uma nova hegemonia, substituindo os EUA no ciclo de acumulação, da mesma forma que fizeram com o império britânico, no século passado. Ele ainda teoriza que esta nova potência teria força suficiente para desafiar (e vencer) seu rival e o consenso liberal global instaurado, seguindo a lógica própria centrada no Estado, sob forte coordenação do Partido.

Entendendo as possibilidades decorrentes da conjuntura atual, Pequim, além dos outros pólos científicos, se tornaram uma opção mais atrativa para o capital humano técnico estrangeiro, que prioritariamente ia para os EUA, antes das suspensões de vistos. O sistema internacional se torna cada vez mais multipolar, aguçado pela participação de todos, via trocas transgovernamentais e interestatais, numa lógica sistêmica. A hegemonia cultural, enquanto capacidade de ditar o que é conhecimento legítimo (Strange, 1996 *apud* Avila, 2009), passa a ser disputada em novas bases, em outros polos de poder regionais e simbólicos, como a União Europeia, a China, e outras iniciativas do Sul Global, (a exemplo do Mercosul e União Africana). Isso tudo contribui para a diminuição da hegemonia (especialmente cultural dos EUA, os quais estão arcando com os custos de saída dos mecanismos da "interdependência institucionalizada"

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

(Ikenberry, 2001) pós 1945.

Considerações Finais

A hegemonia dos Estados Unidos, sustentada por décadas pela capacidade de formar consensos globais, além de cooptá-los, e liderar a produção do saber, está em erosão. A repressão à ciência, os cortes de financiamento e a hostilidade aos acadêmicos estrangeiros, sob a atual administração Trump, revelam a deslegitimação cultural-científica profunda dos (autodeclarados) *yankees*. Como expõem Gramsci e Arrighi, a hegemonia só se sustenta enquanto há consenso e legitimação, quando esses elementos se esvaem, só resta a dominação pela força.

A ideologia de progresso liberal, que sempre justificou a liderança global norte-americana, esvaiu-se de significado, pois há crescente questionamento quanto ao accountability e à legitimidade do processo decisório congênito – pilares do discurso democrático-liberal (Levitsky; Ziblatt, 2018). O consenso doméstico se dissolveu, ou seja, a pauta de constante desenvolvimento pode se tornar a principal ameaça à hegemonia dos EUA também no nível internacional, já que a produção de conhecimento se tornou um setor disputado interna e externamente.

Nesse contexto, o êxodo intelectual marca a descentralização da hegemonia cultural norte-americana. A incapacidade dos EUA de manter-se como centro incontestável de inovação científica abre espaço para uma ordem internacional cada vez mais disputada, onde novos polos emergem como alternativas legítimas de incentivo à pesquisa e à ciência, prioritariamente.

O sistema internacional caminha para uma maior fragmentação da autoridade cultural, já que os Estados Unidos não determinam mais o conhecimento exclusivamente; este vácuo do poder simbólico que é deixado, poderá ser preenchido por múltiplos centros de poder, cada um com seu próprio caminho na produção de saber e cultura, além dos novos talentos científicos agregados. Os EUA não perderam totalmente seu *soft* e *hard power*, mas o futuro de sua participação no meio científico dependerá da sua capacidade de reconstituir consenso em um mundo mais multipolar e mais ideologicamente plural do que antes, com outras alternativas à doutrina institucional-liberal que fora outrora legitimada sem contestação.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia.** Tradução Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

AVILA, R. I. Crise de hegemonia dos Estados Unidos no contexto atual. **Revista Aedos** (Revista do Corpo Discente de Pós-Graduação em História da UFRGS), v. 2, n. 3, p. 219-237 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10591. Acesso em: 25 jul. 2025.

BAGHDADI, T.; SOUSA, D. BP 856 – Diplomatas israelenses assassinados em Washington. Petit Journal: Spotify, 22 mai. 2025. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6vm44VLTCI0qr4OOKFoN36?si=045f0f8e95e84cf7. Acesso em: 16 junho 2025.

CABRAL, S. O que querem estudantes que protestam contra guerra em Gaza e outros 5 pontos para entender crise nas universidades dos EUA. **BBC News Brasil,** 1 mai. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd134y7zw3yo. Acesso em: 17 junho 2025.

COLAFEMINA, M. Inquisição Americana: Como a suspensão dos vistos estudantis por Trump afeta brasileiros. **CONJUR** (Consultor Jurídico), 8 jun. 2025. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-jun-08/como-a-suspensao-dos-vistos-estudantis-por-trump-afeta-brasileiros/#:~:text=As%20entrevistas%20para%20novos%20vistos,anulada%20por%20uma%20decisão%20judicial. Acesso em: 16 junho 2025.

EUA cancela US$ 400 milhões em bolsas e contratos para a Universidade de Columbia por alegações de antissemitismo. **G1**, 7 mar. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/03/07/eua-cancelam-us-400-milhoes-em-bolsas-e-contratos-para-a-universidade-de-columbia-por-alegacoes-de-antissemitismo.ghtml. Acesso em: 17 junho 2025.

EUROPEAN COMMISSION. Horizon Europe. Disponível em: https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe_en. Acesso em: 17 junho 2025.

Referências

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION (FBI). T**he China Threat: Chinese Talent Plans Encourage Trade Secret Theft, Economic Espionage.** Disponível em: https://www.fbi.gov/investigate/counterintelligence/the-china-threat/chinese-talent-plans. Acesso em: 16 junho 2025.

GAN, N. EUA e China acertam estrutura de acordo comercial, diz negociador. **CNN Brasil**, 10 jun. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/eua-e-china-acertam-estrutura-de-acordo-comercial-diz-negociador/. Acesso em: 18 junho 2025.

HAO, K. As bases da prosperidade dos EUA estão sendo desmanteladas. **MIT Technology Review**, 19 abr. 2025. Disponível em: https://mittechreview.com.br/desmonte-ciencia-eua-trump/. Acesso em: 18 junho 2025.

IKENBERRY, J. **After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars.** Princeton: Princeton University Press, 2001.

INVENTORES chineses registram a maioria das patentes de IA generativa, diz Ompi. **ONU News**, 8 jul. 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/07/1834141. Acesso em: 25 julho 2025.

JATOBÁ, D. Análise de conjuntura: o que é e como se faz?. **Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 189-206, 2025.

JATOBÁ, D.; LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A (Coord.). **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

JUSTIÇA dos EUA bloqueia ordem de Trump que proíbe estudantes estrangeiros em Harvard. **G1 com Reuters**, 6 jun. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/06/06/justica-eua-ordem-trump-harvard.ghtml. Acesso em: 16 junho 2025.

LARI (Laboratório de Análise de Relações Internacionais). Informe de Conjuntura: American Nightmare: declínio e fim da hegemonia dos Estados Unidos?. **PET-REL**. n. 1, 2025.

LESSA, A. C. **História das Relações Internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem.** Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018.

Referências

LISSARDY, G. O professor de Yale que está saindo dos EUA por discordar do governo Trump: 'Já somos um regime fascista'. **BBC News Brasil,** 8 abr. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/crkxndvge16o. Acesso em: 17 junho 2025.

MATTHYS, Major. S. A. **China's Hidden Talent: The Thousand Talent Plan**. Wild Blue Yonder, Air University, 2023. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Wild-Blue-Yonder/Article-Display/Article/3541536/chinas-hidden-talent-the-thousand-talent-plan/. Acesso em: 17 junho 2025.

MAKIO, D. A. Hegemonia e crise: um estudo da posição dos EUA no sistema de estados do século XXI. **Fronteira: Revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 18, n. 36, p. 330-346, 2019. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/19587. Acesso em: 17 junho 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA. **Hegemonia dos EUA e seus perigos. AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás),** 10 abr. 2023. Disponível em: https://aepet.org.br/artigo/hegemonia-dos-eua-e-seus-perigos/. Acesso em: 17 junho 2025.

MONTENEGRO, R. H. Crise ou afirmação da hegemonia americana? Arrighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 2, p. 247–265, 2016. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/view/10750. Acesso em: 16 junho 2025.

NATURE survey: About 75% of U.S. scientists are considering leaving. **CGTN**, 30 mar. 2025. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2025-03-30/Nature-survey-About-75-of-U-S-scientists-are-considering-leaving-1C9RRvONpyE/p.html. Acesso em: 17 junho 2025.

NERY, N. (Host); CHACRA, G. Trump x Harvard. O Assunto, G1: Spotify, 28 abr. 2025. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1rDHUpPZMyvn96zTWJYcik?si=96eff941fa01467a. Acesso em: 16 junho 2025.

ROSE, A.; KRUPA, M. Governo Trump congela mais US$ 450 milhões em recursos para Harvard. **CNN Brasil**, 13 mai. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-trump-congela-mais-us-450-milhoes-em-recursos-para-harvard/. Acesso em: 17 junho 2025.

Referências

SCAFF, J. America's Brain Drain: The collapse of U.S. scientific leadership and its near-future consequences. The Futureplex, Medium. Disponível em: https://medium.com/the-futureplex/americas-brain-drain-the-collapse-of-u-s-scientific-leadership-and-its-near-future-consequences-8946844acb50. Acesso em: 16 junho 2025.

SHI, D.; LIU, W.; WANG, Y. Has China's Young Thousand Talents program been successful in recruiting and nurturing top-caliber scientists? **Science**. v. 379, 2023. Disponível em: https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.abq1218#tab-citations. Acesso em: 17 junho 2025

SILVESTRE, L. D. A. M. O Conceito de Hegemonia: as contribuições de Gramsci e Robert Cox para a compreensão do poder americano. **NEARI EM REVISTA.** v. 5, n. 7, 2021. Disponível em: https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/1610. Acesso em: 15 junho 2025.

STANFORD CENTER ON CHINA'S ECONOMY AND INSTITUTIONS (SCCEI). Evaluating the Success of China's "Young Thousand Talents" STEM Recruitment Program. **Stanford University.** Disponível em: https://sccei.fsi.stanford.edu/china-briefs/evaluating-success-chinas-young-thousand-talents-stem-recruitment-program. Acesso em: 17 junho 2025.

Mar do Sul da China: disputa territorial e o reordenamento da hegemonia global

Yasmin Taia

O Mar do Sul da China tornou-se um dos epicentros das disputas geopolíticas contemporâneas, envolvendo interesses regionais e globais. Sua localização estratégica, rica em recursos naturais e essencial para o comércio marítimo internacional, atrai a atenção de diversas nações, especialmente da China e dos Estados Unidos. A crescente militarização da área, aliada a disputas territoriais antigas e à fragilidade do direito internacional em conter avanços unilaterais, reflete transformações profundas na ordem internacional. Nos últimos anos, o governo chinês tem construído ilhas artificiais e bases militares na região, aumentando as tensões com os países vizinhos e com os Estados Unidos, que mantêm forte presença militar no Indo-Pacífico e defendem a liberdade de navegação nessas águas.

Assim, essa disputa no Mar do Sul da China faz parte de uma rivalidade ainda maior entre China e Estados Unidos, que já não se limita a questões econômicas, mas envolve também poder político, militar e diplomático. A China vem crescendo como uma potência global e busca ampliar sua influência, enquanto os Estados Unidos enfrentam desafios para manter sua liderança. A presente análise observa, a partir do contexto histórico, as recentes dinâmicas geopolíticas da região, destacando a rivalidade sino-americana, a militarização de ilhas estratégicas e o enfraquecimento da hegemonia estadunidense diante da ascensão da China como potência emergente.

Contexto histórico das disputas geopolíticas

O Mar do Sul da China é uma região de disputas geopolíticas entre várias nações — como China, Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei e Taiwan —, por ser um local estratégico nas rotas comerciais marítimas e possuir recursos naturais, como petróleo, gás natural e pesca (Pereira, 2024). Nesse contexto,

a China militariza cada vez mais as ilhas, construindo instalações militares, como pistas e portos (Magramo, 2023). Ademais, expande o seu controle territorial pautado na "linha dos nove traços", que têm causado desavenças diplomáticas e jurídicas no âmbito internacional (Pereira, 2024). Apesar da tentativa de implementar o direito internacional na região, a soberania dos países continua sendo dificultada pela hegemonia chinesa.

Além das controvérsias, a crise entre China e Estados Unidos no Mar do Sul da China faz parte de uma rivalidade cada vez mais latente entre os dois países, que foi mudando com o tempo. No início, os EUA apostaram que a integração econômica da China traria mudanças políticas e uma convivência pacífica. Porém, com o crescimento do poder chinês, especialmente em áreas militares e comerciais, essa relação passou a ser marcada por competição. A China vem aumentando seu controle sobre o Mar do Sul da China, enquanto os Estados Unidos fortalecem alianças com países como Japão, Vietnã e Filipinas e realizam operações navais para garantir a liberdade de navegação. A China, por sua vez, reivindica quase toda a área com base na "linha dos nove traços", o que tem gerado tensão com os vizinhos e ignorado decisões internacionais. Esse cenário mostra como o mar se tornou um ponto central da disputa por poder entre as duas maiores potências do mundo, refletindo a perda de influência dos EUA na região (Correa, 2025).

Especificamente, as principais ilhas militarizadas de Spratly, localizadas na porção sul do mar e compostas por 100 ilhotas e recifes, e de Paracels, que estão na parte noroeste do mar do sul da China, são palcos de disputas mais fervorosas. O Arquipélago Paracels é controlado por Pequim desde 1974, mas é reivindicado também pelo Vietnã e por Taiwan sem resultados eficazes. A construção das ilhas artificiais abarcam a maior parte do desenvolvimento militar chinês, sendo equipado por armamentos militares avançados, como caça furtivos, e tendo capacidades para abrigar navios-tanques e navios de guerra (Magramo, 2023). Logo, a defesa e retomada de territórios já invadidos pela China se tornam cada vez mais dificultados por essas instalações.

A disputa por ilhas estratégicas, como as Spratly e as Paracels, mostra como o Mar do Sul da China é um dos focos mais tensos da geopolítica atual. A presença militar chinesa nessas áreas, somada às reivindicações territoriais de outros países e à atuação dos Estados Unidos na região, contribui para um cenário de constantes atritos

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

diplomáticos e risco de escalada militar. O controle desses territórios vai além da soberania nacional — envolve interesses econômicos, segurança marítima e disputa por influência no sistema internacional. Por isso, essas ilhas continuam sendo pontos centrais de um conflito mais amplo entre potências regionais e globais.



Mapa do Mar do Sul da China: Arquipélagos Spratly e Paracel. Fonte: Ronald de Almeida Silva (2016)

Atuação dos EUA no Mar do Sul da China

Nas últimas décadas, têm-se intensificado as transformações na ordem internacional, marcadas especialmente pela crescente rivalidade entre Estados Unidos e China. No primeiro governo de Donald Trump, foram lançadas tarifas comerciais à China, justificado pela acusação de roubo de propriedade intelectual, que foram contra golpeadas com tarifas chinesas (Correa, 2025).

Nesse contexto, embora os Estados Unidos não reivindicam

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

soberania sobre as águas disputadas, eles realizam operações militares sob o princípio da "liberdade de navegação", garantida pelo direito internacional marítimo. Contudo, essas ações são vistas por Pequim como provocativas e ilegítimas, agravando a tensão regional e ampliando o risco de incidentes militares (Magramo, 2023).

O sucesso econômico chinês passou a ser visto como uma ameaça à hegemonia dos EUA, causado principalmente pelos avanços tecnológicos e pela sofisticação dos produtos chineses que passaram a competir de forma mais direta (Correa, 2025). A Nova Rota da Seda prevê a construção de obras e investimentos para facilitar a conexão entre a China e o restante do mundo (Prazeres, 2024). Tal expansão foi outro fator contribuinte para a crise da hegemonia estadunidense, visto que contribui para a reconfiguração das alianças estratégicas globais em direção ao eixo Pequim.

A atual conjuntura de crise dos Estados Unidos coloca em risco vários países que possuem o país como aliado frente à expansão chinesa. Um dos exemplos que mais afeta a relação bilateral hegemônica é Taiwan, em que a China clama por ser parte de seu território, enquanto os EUA reconhecem o território como um país independente. Nesse sentido, a instabilidade política também afeta o Mar do Sul da China, visto que parte das ilhas do Arquipélago Spratly é ocupado pelos dois países asiáticos e Paracels é completamente ocupado pela China, mesmo com as reivindicações de Taiwan e do Vietnã (Magramo, 2023). Assim, o apoio dos EUA foi um desafio para uma possível tomada do território, mas que atualmente está em jogo e pode desencadear em sérios conflitos militares no Oriente.

Nesse sentido, o enfraquecimento dos EUA vai de encontro à emergência da China, que influencia a diversificação das relações multilaterais no cenário global. Em 2016, o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia rejeitou as reivindicações chinesas a China ao Mar da China Meridional, onde o país estava em que estava invadindo território filipino para construção de ilhas na zona econômica exclusiva (ZEE) de Manila (Lendon; Hansler, 2023). A ZEE é estabelecida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e rege o Sul do Mar da China, inclusive a disputa histórica com as Filipinas. No entanto, as decisões jurídicas internacionais não foram respeitadas e a China vêm intensificando a competição geopolítica, como forma da China reafirmar a sua influência (Pereira, 2024). Essa postura reflete a ascensão de uma potência que desafia diretamente a ordem liberal internacional,

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

evidenciando os desafios do multilateralismo diante da nova correlação de forças globais. A intensificação dessas disputas aponta para uma nova configuração do sistema internacional, em que a supremacia norte-americana é cada vez mais contestada e a influência da China cresce de forma decisiva.

Considerações Finais

Diante das tensões no Mar do Sul da China, observa-se um cenário cada vez mais complexo, em que questões territoriais se entrelaçam com disputas por influência global. A ascensão da China e o declínio relativo dos Estados Unidos sinalizam mudanças significativas no equilíbrio de poder internacional, contestando a eficácia de instituições multilaterais e o respeito ao direito internacional. A militarização da região e o aumento da competição econômica e diplomática indicam que o Mar do Sul da China continuará sendo um ponto central de instabilidade estratégica no século XXI. Assim, compreender essa conjuntura é essencial para analisar os rumos da política internacional em um mundo cada vez mais multipolar.

A partir dessa complexidade, muitos cenários se tornam possíveis como essa retração da influência dos EUA nos países asiáticos e a consolidação da hegemonia chinesa. Outra perspectiva seria a de um escalonamento militar que poderia levar a um conflito direto na região, tendo a China como principal força. Por outro lado, esse avanço chinês e afastamento estadunidense, pode levar a um fortalecimento das forças regionais e construção de novas alianças para defender as soberanias.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

CORREA, A. Como começou a rivalidade entre EUA e China. **BBC News Brasil**, [s.l.], 29 abr. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq5wj79qj8do. Acesso em: 3 jul. 2025.

LENDON, B; HANSLER, J. De olho na China, EUA obterão acesso expandido à base militar nas Filipinas. **CNN Brasil**, 2 fev. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-obterao-acesso-expandido-a-base-militar-nas-filipinas/. Acesso em: 5 jul. 2025

MAGRAMO, K. Entenda o conflito no Mar do Sul da China e por que ele aumenta a tensão com as Filipinas. **CNN Brasil**, 22 set. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-conflito-no-mar-do-sul-da-china-e-por-que-ele-aumenta-a-tensao-com-as-filipinas/. Acesso em: 4 jul. 2025.

PEREIRA, C. **Navegando na disputa do Mar do Sul da China: uma análise jurídico-política de reivindicações territoriais, direito internacional e segurança regional.** Dissertação (Mestrado em Direito Especialização em Ciências Jurídico-Políticas) - Universidade Portucalense, 2024. Disponível em: http://hdl.handle.net/11328/6017. Acesso em 1 jul. 2025.

PRAZERES, L. Por que Brasil resiste a entrar em Nova Rota da Seda da China. **BBC News Brasil,** [s.l.], 20 novembro 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz7w2evgz5ro. Acesso em: 3 jul. 2025.

SHALAL, A. EUA, Japão e Filipinas discutem tensão crescente no Mar do Sul da China. **CNN Brasil**, 13 jan. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-japao-e-filipinas-discutem-tensao-crescente-no-mar-do-sul-da-china/. Acesso em: 05 jul. 2025.

‘Quintal dos EUA’ sob controle chinês: a BRI na América Latina e o caso Panamá

Marina Morena Santos

“The US side’s attacks... once again expose its hegemonic nature.”

Lin Jian, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, 2025.

Em 2025, após o início do governo Trump, inúmeras críticas e pressões feitas pelo presidente estadunidense para conter a atuação chinesa no canal do Panamá colheram os resultados esperados: o governo do país latino-americano cortou relações com a gigante asiática. O Panamá havia sido o primeiro país da América Latina a aderir à *Belt and Road Initiative* (BRI), em 2017, e vinha recebendo desde então financiamentos massivos da China para a construção de infraestrutura portuária e comercial.

Em resposta ao anúncio da retirada do Panamá da BRI, o governo chinês condenou a “mentalidade de Guerra Fria” norte-americana e acusou o país de ter uma “natureza hegemônica” (China..., 2025). Frente a evidente crise enfrentada pelos Estados Unidos — que vêm perdendo espaço no comércio mundial para a China, inclusive na América Latina —, surgem questionamentos sobre quais mecanismos o país ainda possui para manter sua influência diante da ameaça ao seu poder. Nesse contexto, esta análise examina o caso do Panamá, com foco em suas relações com a China e os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito ao Canal do Panamá, a fim de avaliar o grau de influência exercido pelos EUA e a capacidade da China de ser alternativa para independência no “quintal” norte-americano.

Dentro da cerca dos EUA: o Canal do Panamá, o controle militar e o dólar

O Canal do Panamá é atualmente uma importante rota comercial de escoamento de produção entre os oceanos Pacífico e Atlântico, sendo responsável por 5% do volume do comércio marítimo mundial, dos quais os dois maiores volumes de carga que passam por ele são provenientes dos Estados Unidos e da China, respectivamente (BBC, 2025). Desde a sua construção, o canal é marcado por forte influência estadunidense. Com a independência do país da Colômbia em 1903, o medo de uma invasão estrangeira levou a firma um tratado que cedia aos EUA uma parte de seu território para a construção e o controle do canal (Boscán; Martín, 2023). Durante décadas, a potência norte-americana exerceu controle exclusivo, concedendo ao governo panamenho apenas alguns direitos limitados, como a permissão para cobrança de impostos (Boscán; Martín, 2023), revelando sua visão do espaço latino-americano como parte do seu "quintal". Um legado que vem desde a Doutrina Monroe, pensando a América (em todos seus continentes) e seus recursos para os americanos corretos.

Este controle resultou, inclusive, em intensa atuação estadunidense na política e economia do país, com episódios de intervenção militar (Boscán; Martín, 2023), revelando a visão do território panamenho como seu "quintal". Apenas em 1977, com o Tratado de Torrijos, foi devolvido o controle do território ao governo panamenho, contudo, concedendo aos EUA o direito e defendê-lo militarmente em caso de qualquer ameaça à sua neutralidade (BBC, 2025). No entanto, a transição só foi concluída em 1999 (Navarro, 2015). Desde então, o Canal do Panamá é gerenciado pela Autoridade do Canal do Panamá e regulado pela Constituição Política da República do Panamá, que o define como patrimônio inalienável da nação, não podendo ser vendido, cedido ou comprometido (Navarro, 2015).

Dito isso, a influência dos EUA permanece com outros mecanismos. Em 1903, o Panamá adotou o dólar como moeda de transações. Apesar de possuir uma moeda própria, o balboa, ela é pouco utilizada e existe apenas de modo simbólico (Sampaio, 2023). O histórico alinhamento de governos panamenhos às políticas externas dos EUA, seja por coerção, seja por afinidade econômica, política e ideológica, podou sua capacidade de exercer soberania frente a ele. Assim, deixando o país bastante vulnerável, inclusive legalmente, aos EUA.

Século XXI e novos competidores

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Desde o início do século, a presença chinesa, com empresas públicas e privadas, aumentou significativamente na região da América Latina. Cerca de 70% das economias da região comercializam mais com a China do que com os EUA, e mais de 50% delas mantêm um volume de comércio com a China duas vezes maior (Albayrak; Rajah, 2025). Entre 2001 e 2023, a maioria desses países deixou de ter os Estados Unidos como principal parceiro comercial, mantendo relações mais estreitas com a potência asiática (Albayrak; Rajah, 2025).

No Panamá, dois dos cinco portos adjacentes ao canal, nos lados Pacífico e Atlântico, são operados por subsidiárias de um conglomerado de capital privado de Hong Kong desde 1997 (BBC, 2025). Desde a adesão do país à BRI, o Panamá também recebe investimentos bilionários da China, incluindo a construção de uma ponte sobre o canal (BBC, 2025). Atualmente, a China é o segundo país com mais empresas estrangeiras, atrás apenas dos Estados Unidos (Rodriguez, 2024). Embora os EUA não sejam seu maior parceiro comercial — posto ocupado pela China com 39,1% das exportações —, são o maior importador do país, com 18,9% das importações em 2023, frente a 12,1% da China (Lloyds Banks, 2025). Para um país que depende fortemente do comércio internacional, representando cerca de 90% de seu PIB (Lloyds Banks, 2025), a relação com o comprador é basilar.

Mesmo que a redução numérica dos EUA possa significar uma perda de controle hegemônico sobre seu "quintal", no Panamá ela não se traduz de fato em menor codependência. A potência mantém capacidades financeiras e políticas para avançar seus objetivos políticos e econômicos. Assim, abrindo questionamentos sobre a capacidade real da China de exercer controle sobre o espaço que os Estados Unidos vê como uma extensão do seu território, especialmente com o retorno da política de "America First" por Trump e o aumento da relevância de atores conservadores e pró-estadunidenses na região.

A *Belt and Road Iniciative* na América Latina

A Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), lançada por Xi Jinping em 2013, busca conectar continentes à China por meio de corredores comerciais terrestres e marítimos. Na América Latina, sua extensão em 2017 impulsionou significativamente os investimentos chineses. Com financiamentos bilionários

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

e créditos a juros mais baixos, a BRI superou outras iniciativas semelhantes. A exemplo, os EUA buscaram criar alternativas competitivas de investimento em infraestrutura, como a *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC), durante o primeiro governo Trump, e a Iniciativa *Build Back Better World* (B3W), no governo Biden. No entanto, nenhum desses projetos alcançou a dimensão do programa chinês.

É importante ressaltar que a iniciativa chinesa apresenta tanto vantagens quanto desvantagens para os países que dela participam. EUA dos atrativos da BRI é a ausência de condicionalidades rígidas, ao contrário de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Boscán; Martín, 2023), que é fortemente financiado pelos EUA. No entanto, exige que os países reconheçam Taiwan como parte da China, o que pode gerar tensões com os EUA e aliados no Leste Asiático (Boscán; Martín, 2023). Os financiamentos também são vantajosos para países que buscam desenvolver infraestrutura em setores estratégicos que também interessam à China, como comércio e energia (Boscán; Martín, 2023). Na América Latina, os investimentos concentram-se em garantir recursos naturais e comércio (Herrera et al., 2021).

Ainda assim, a BRI apresenta desafios ao nível local. Os altos valores de crédito podem gerar dependência econômica e endividamento (Boscán; Martín, 2023). As obras, geralmente conduzidas por empresas e trabalhadores chineses, limitam o impacto positivo no mercado interno (Boscán; Martín, 2023). Além disso, há o risco de desindustrialização e pressão sobre as indústrias locais diante da entrada de produtos chineses mais baratos (Rodrigues, 2022). Dessa forma, embora a China ofereça vantagens econômicas e políticas, persiste o risco significativo de dependência em relação a uma nova potência. Apesar de não exigir alinhamento ideológico, a pressão dos Estados Unidos para que países latino-americanos evitem o modelo chinês continua sendo influente.

A China como alternativa no Panamá: a problemática da segunda via

Apesar da vulnerabilidade histórica aos Estados Unidos, o governo de Juan Carlos Varela (2014–2019) buscou afirmar a autonomia do Panamá e diversificar seus parceiros comerciais, adotando uma "política halcón" voltada à

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

atração de investimentos estrangeiros (Rodriguez, 2024). Mesmo antes de aderir à BRI, o país já mantinha relações comerciais e culturais próximas com a China. O Panamá abriga uma das maiores diásporas chinesas da América Latina, e a China é um importante cliente da Zona Livre de Colón, entreposto comercial isento de impostos (Rodriguez, 2024).

Em 2017, num movimento estratégico e sem aviso prévio, Varela rompeu relações diplomáticas com Taiwan e aproximou-se da China, o que gerou críticas internas pela falta de transparência e de diálogo com setores políticos e empresariais (Boscán; Martín, 2023). Como resultado, foram firmados mais de 50 acordos em áreas estratégicas, incluindo infraestrutura, além da assinatura do memorando de adesão à BRI, o início de negociações para um Tratado de Livre Comércio (TLC) e cooperações nas áreas de saúde e educação (Boscán; Martín, 2023). A adesão à BRI era vista como uma oportunidade para modernizar a infraestrutura comercial panamenha, especialmente no setor marítimo.

Com a posse de Laurentino Cortizo (2019–2024), houve um realinhamento diplomático. O país adotou uma política externa mais multipolar, reaproximando-se dos Estados Unidos, que intensificaram visitas oficiais e exerceram pressão contrária à parceria com a China (Rodriguez, 2024). Como consequência, as negociações do TLC foram suspensas (Carranco-Paredes; Herrera-Vinelli, 2024) e diversos projetos de infraestrutura ligados à BRI foram paralisados (Rodriguez, 2024).

Em fevereiro de 2025, o presidente José Raúl Mulino anunciou a retirada oficial do Panamá da Iniciativa do Cinturão e Rota, alegando que, embora a China seja um parceiro comercial relevante, os Estados Unidos sempre foram a principal referência internacional do país (Cruz, 2025; Jaén, 2025).

Apesar das divergências internas sobre os benefícios dos acordos com a China e de uma persistente orientação política alinhada à visão norte-americana, as decisões estratégicas do Panamá continuam fortemente condicionadas pelos termos do Tratado de 1977. Sob esse acordo, qualquer decisão de impacto geopolítico relevante exige, na prática, o aval dos EUA, dada a constante ameaça de interferência militar em sua principal fonte de receita nacional: o Canal do Panamá.

Assim, embora o caso panamenho seja extremo na América Latina, ele ilustra claramente como a nova

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

política externa dos EUA, especialmente sob Donald Trump, está disposta a utilizar seus instrumentos mais coercitivos, inclusive a ameaça militar, para conter o avanço da China. Mesmo diante de outros mecanismos de influência política e econômica, o governo norte-americano optou, desde o início, por usar pressão militar direta para reverter a aproximação com um "inimigo" do qual o Panamá já havia começado a se afastar.

EUA: mantendo controle sobre o Panamá

Desde o início de seu segundo mandato, o presidente Donald Trump fez diversas acusações contra a China e ameaças diretas ao Panamá. Alegou, sem apresentar evidências, que havia soldados chineses no Canal do Panamá, que embarcações dos EUA enfrentavam tarifas abusivas e afirmou que retomaria o controle do Canal à força (BBC, 2025). Poucos dias antes do anúncio oficial da saída panamenha da BRI, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, visitou o país, em uma aparente tentativa de pressionar o governo local a se afastar da China (Cruz, 2025).

Apesar das alegações de Trump não serem corroboradas por nenhuma evidência, Mulino reforçou que o Canal está totalmente sob controle nacional, sem qualquer interferência externa (Cruz, 2025). Após o reposicionamento geopolítico panamenho, a empresa privada CK Hutchison Holdings, de Hong Kong, proprietária dos dois principais portos panamenhos e maior operadora portuária do país, assinou um acordo para ceder 90% de sua participação nos portos à empresa estadunidense BlackRock (Lee, 2025).

Apesar da BlackRock ser liderado por um gestor do Partido Democrata fortemente critico a Trump (McKillop, 2025), a iniciativa da compra dos portos foi feita em comunicação direta com a Casa Branca (Brush; Nair, 2025). Essa movimentação de capital privado, liderada por figuras da oposição ao presidente dos EUA, parece multifatorial: pode ter buscado agradar Trump e conter suas ameaças, evitando impactos negativos no mercado. Ao mesmo tempo, revela uma visão externa recorrente de interesse em recuperar o controle sobre ativos estratégicos na região. Assim, convertendo-se em um mecanismo de defesa de múltiplos stakeholders da potência norte-americana, demonstrando, mais uma vez, as diversas capacidades que o país tem de influir na região latino-americana frente

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

a China.

O controle norte-americano no seu "quintal"

A guerra comercial com a China, que vem sendo travada por diferentes líderes norte-americanos nos últimos anos, adquire uma nova dimensão sob a liderança de Donald Trump, especialmente diante de suas acusações infundadas e ações drásticas, com ameaças de intervenção militar. No entanto, mesmo com a tentativa de uso de duras medidas, o caso do Panamá deixa claro que os EUA ainda dispõem de instrumentos de *hard power* menos extremos e igualmente eficazes.

No Panamá, as ameaças beligerantes dirigidas provavelmente causaram apreensão, especialmente devido ao histórico dos países. Contudo, os acontecimentos demonstram a utilização de outros mecanismos de influência, inclusive por meio de atores não estatais. Os EUA não precisam recorrer à tática do medo ou à coerção violenta para atrair países latino-americanos para sua esfera de influência. É inegável que o histórico político, social e econômico da América Latina com os EUA favorece uma aproximação em um movimento que se intensifica diante do crescimento do conservadorismo e da extrema-direita na região que compartilham uma retórica anticomunista.

No caso panamenho, as visitas e pressões políticas, militares e diplomáticas exercidas para afastar o país da China vieram acompanhadas de um longo histórico de alinhamento com os ideais estadunidenses. Soma-se a isso o desejo do atual governo de se realinhar ao seu parceiro mais antigo e principal cliente no Canal do Panamá.

Apesar das recentes tentativas da China de garantir acesso a matérias-primas e estabelecer conexões estratégicas com países ao redor dos Estados Unidos, seu *soft power* e sua influência política ainda enfrentam dificuldades para se consolidar na região. No Panamá, embora haja esforços chineses de cooperação em áreas além da infraestrutura — como saúde, educação e tecnologia —, a incerteza presente em diversos setores da sociedade, somada às pressões norte-americanas, inclina a balança contra os potenciais ganhos da parceria com a China. Atores internos e privados dos EUA ainda ocupam posições de destaque no cenário financeiro, sendo capazes de competir diretamente com empresas chinesas e, em muitos casos,

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

declarações e ações de Trump serem frequentemente vistas como radicais e pouco diplomáticas, sua postura agressiva transmite uma mensagem clara aos países latino-americanos: os Estados Unidos ainda os consideram parte de seu quintal e dispõem de diversos mecanismos para reafirmar esse domínio.

O exemplo do Panamá evidencia que, apesar de as declarações e ações de Trump serem frequentemente vistas como radicais e pouco diplomáticas, sua postura agressiva transmite uma mensagem clara aos países latino-americanos: os Estados Unidos ainda os consideram parte de seu quintal e dispõem de diversos mecanismos para reafirmar esse domínio.

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

BBC. Quanto controle a China realmente tem sobre o Canal do Panamá. **G1**, 21 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/21/quanto-controle-a-china-realmente-tem-sobre-o-canal-do-panama.ghtml. Acesso em: 23 jun. 2025.

BOSCÁN, G. E.; MARTÍN, R. M.. La puerta de Latinoamérica: Las relaciones de Panamá con Estados Unidos y China, oportunidades y desafíos. **UNISCI Journal**, n. 61, jan. 2023.. Disponível em: https://www.unisci.es/la-puerta-de-latinoamerica-las-relaciones-de-panama-con-estados-unidos-y-china-oportunidades-y-desafios/. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRUSH, Silla; NAIR, Dinesh. Larry Fink phoned Trump directly to pitch BlackRock's Panama deal. **Fortune**, 5 mar. 2025. Disponível em: https://fortune.com/2025/03/05/larry-fink-phoned-trump-directly-to-pitch-blackrocks-panama-deal/. Acesso em: 23 jun. 2025.

CARRANCO-PAREDES, Santiago; HERRERA-VINELLI, Lorena. La negociación de tratados de libre comercio entre Ecuador y Panamá con la República Popular China. **Relaciones Internacionales**, v. 97, n. 1, p. 128–151, 2024. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2215-45822024000100128. Acesso em: 23 jun. 2025.

CHINA critica os EUA após saída do Panamá da Iniciativa Cinturão e Rota. **Al Jazeera**, 7 fev. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/2/7/china-blasts-us-as-panama-quits-belt-and-road-initiative. Acesso em: 23 jun. 2025.

CRUZ, Danilo. Panamá anuncia saída de plano de investimento chinês após pressão de Trump. **CNN Brasil**, 6 fev. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/panama-anuncia-saida-de-plano-de-investimento-chines-apos-pressao-de-trump/. Acesso em: 23 jun. 2025.

HERRERA, Luis Carlos; MONTENEGRO, Markelda; TORRES-LISTA, Virginia. Las 'Dos Chinas' y Panamá: Una revisión histórica de las relaciones panameñas con la República Popular de China y Taiwán, 1903-2017. In: HERRERA, Luis Carlos et al. **Nuevas relaciones diplomáticas entre Panamá y China: implicaciones geopolíticas y socioeconómicas**. Panamá: SENACYT; USMA; LSE, 2021. p. 26–37.

JAÉN, Vivian. Mulino: "Relación con EEUU es clave, pero Varela debe aclarar diplomacia con China". EcoTV Panamá, 30 jan. 2025. Disponível em: https://www.ecotvpanama.com/nacionales/mulino-relacion-eeuu-es-clave-pero-varela-debe-aclarar-

Referências

aclarar-diplomacia-china-n6026728. . Acesso em: 23 jun. 2025.

LEE, Zinnia. CK Hutchison vende portos do Canal do Panamá para a BlackRock em operação bilionária. **Forbes Brasil**, 6 mar. 2025. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-money/2025/03/ck-hutchison-vende-portos-do-canal-do-panama-para-a-blackrock/. . Acesso em: 23 jun. 2025.

LLOYDS BANK. Foreign trade figures of Panama. **International Trade Portal**, maio 2025. Disponível em: https://www.lloydsbanktrade.com/en/market-potential/panama/trade-profile. . Acesso em: 23 jun. 2025.

MCKILLOP, Peter. Larry Fink and Donald Trump: An unexpected partnership. **Climate and Capital Media**, 10 mar. 2025. Disponível em: https://www.climateandcapitalmedia.com/larry-fink-and-donald-trump-an-unexpected-partnership/. Acesso em: 23 jun. 2025.

NAVARRO, D. O Canal do Panamá: política e estratégia. **Universitas:** Relações Internacionais, v. 13, n. 2, 17 dez. 2015. DOI: 10.5102/uri.v13i2.3554.

RAJAH, Roland; ALBAYRAK, Ahmed. China versus America on global trade. Lowy Institute, jan. 2025. Disponível em: https://interactives.lowyinstitute.org/features/china-versus-america-on-global-trade/. Acesso em: 23 jun. 2025.

RODRIGUES, B. S. Belt and Road Initiative and the geoeconomic implications for Brazil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 32, p. 775–801, 10 fev. 2023.

RODRIGUEZ, Sebastian Naranjo. Una exploración comparativa de las estrategias de política exterior entre Panamá y China: ¿Cómo la falta de continuidad gubernamental impacta la actividad económica? **Cadernos PROLAM/USP**, v. 23, n. 50, p. 305–335, jan. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387649704_UNA_EXPLORACION_COMPARATIVA_DE_LAS_ESTRATEGIAS_DE_POLITICA_EXTERIOR_ENTRE_PANAMA_Y_CHINA_COMO_LA_FALTA_DE_CONTINUIDAD_GUBERNAMENTAL_IMPACTA_LA_ACTIVIDAD_ECONOMICA_UMA_EXPLORACAO_COMPARATIVA_DAS_ESTRAT. Acesso em: 23 junho 2025.

SAMPAIO, Amanda. Equador, Panamá, El Salvador: conheça os países que adotaram a dolarização como propõe Milei para a Argentina. CNN Brasil, 20 out. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/equador-

Referências

panama-el-salvador-conheca-os-paises-que-adotam-a-dolarizacao-proposta-por-milei/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Quando a economia não basta: o soft power chinês frente ao legado hegemônico dos EUA

Douglas Silva e Isadora Hassum

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram-se como a principal potência hegemônica do sistema internacional. Ao liderarem a criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), no marco de *Bretton Woods*, os EUA estabeleceram as bases de uma nova ordem global (Almeida, 2010). Esse protagonismo foi reforçado durante a Guerra Fria por meio de iniciativas como a Doutrina Truman e o Plano Marshall, destinadas a consolidar uma ordem liberal liderada por Washington (Padula, 2018).

No entanto, a crise financeira de 2008 reacendeu o debate sobre a sustentabilidade dessa hegemonia. A comunidade internacional questiona se estamos, de fato, diante do seu fim ou apenas testemunhando uma reconfiguração da ordem mundial. É crucial ressaltar que a reconfiguração não implica no fim da hegemonia. Pelo contrário, pode ser uma adaptação de seus instrumentos de poder, permitindo que uma potência mantenha sua proeminência mesmo em um cenário mais multipolar (Nye, 1990). Enquanto pensadores como Arrighi (1994) e Wallerstein (2015) enxergam sinais de um declínio estrutural, analistas como Zakaria (2024) argumentam que a percepção de declínio pode ser maior do que o declínio real.

Para compreender essa dinâmica, é fundamental partir do conceito de hegemonia, que transcende a superioridade militar (*hard power*) e se baseia na capacidade de liderança por convencimento e atração, o *soft power*. Conforme Joseph Nye (1990), *soft power* é a capacidade de um ator "atrair e persuadir, em vez de coagir" (p. 153), derivando da cultura, dos valores políticos e da política externa de um país. Como apontam Keohane e Nye (2025), o *soft power* não é um acessório, mas um componente intrínseco da hegemonia.

Nesta análise, buscamos aprofundar a compreensão de como a ascensão da China se relaciona com essa

percepção de declínio americano, com especial atenção às limitações que o *soft power* chinês ainda enfrenta. Ao mesmo tempo, submetemos o próprio modelo americano a uma análise crítica, questionando até que ponto sua influência é totalmente "orgânica" e desvinculada das estruturas de poder do Estado. A China, embora avance expressivamente em *hard power*, ainda busca consolidar uma influência cultural e normativa que transcenda a percepção de ser uma imposição.

Esforços da China para construir soft power

Nas últimas décadas, a China tem intensificado seus esforços para se tornar culturalmente atraente e expandir seu *soft power* no cenário internacional. Essa diretriz foi formalmente reconhecida em 2007, sob a liderança do então presidente Hun Jintao, e ganhou ainda mais ênfase no governo de Xi Jinping, que em 2017, em discurso no XIX Congresso do Partido Comunista Chinês, afirmou *"We will improve our capacity for engaging in international communication so as to tell China's stories well, present a true, multi-dimensional and panoramic view of China, and enhance our country's soft power."*. A fala de Xi Jinping demonstra de forma clara a centralidade atribuída à comunicação estratégica na política externa chinesa contemporânea. Ao enfatizar a importância de "contar bem as histórias da China" e "apresentar uma visão panorâmica e multidimensional do país", o líder chinês revela a intenção de moldar a percepção internacional da China por meio de narrativas positivas. Trata-se de um esforço deliberado para ampliar o *soft power* chinês, valorizando a diplomacia cultural como ferramenta de influência.

Para entender essa estratégia, é crucial notar que o conceito de diplomacia cultural se desenvolve de forma diferente para os chineses, que entendem a cultura de um modo distinto do ocidental (Zhang, 2017). Enquanto o Ocidente valoriza a expressão individual, a liberdade e a diversidade, o pensamento chinês se baseia na ideia de "cultivação" (*Xiūshēn*), que privilegia a harmonia, a ordem e a coletividade, o primeiro passo para a construção de uma sociedade justa (Cao, 2011). Desse modo, a mensagem cultural que a China busca difundir muitas vezes não encontra eco junto aos públicos ocidentais, que tendem a desconfiar de discursos que privilegiam a uniformidade ou colocam o coletivo acima do indivíduo (Guschin, 2013).

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

A diplomacia cultural é o centro da estratégia chinesa de soft power. Vista como a "alma" do poder nacional, a cultura serve para fortalecer a identidade e a coesão interna antes de ser projetada para o exterior. Essas características evidenciam a natureza dualística do soft power cultural chinês, que além de buscar melhorar a imagem chinesa mundo afora, protege a cultura doméstica dos perigos de uma ameaça cultural do ocidente, que eles chamam de *Western* "*cultural infiltration*" (Yun Xiao, 2017). Essa estratégia de segurança nacional busca, na perspectiva chinesa, legitimar internamente seu modelo político e posicioná-lo externamente como uma alternativa viável à ordem liberal-ocidental.

Essa concepção se materializa na comunicação internacional. A China investe massivamente em diplomacia cultural, destinando cerca de 10 bilhões de dólares anualmente, um valor significativamente superior aos 666 milhões de dólares dedicados pelos Estados Unidos no mesmo período (Shambaugh, 2015). Esses recursos financiam a expansão de sua mídia estatal, as chamadas "*big four*": *Xinhua News Agency, China Global Television Network* (CGTN), *China Daily e China Radio International*. Esforços práticos incluem a proliferação dos Institutos Confúcio, o investimento na indústria cinematográfica e televisiva (ex: filmes como Ne Zha 2) e a organização de eventos como o 17th *World Wushu Championship 2025* em Brasília. O Wushu, conhecido como Kung-Fu, é utilizado para projetar uma imagem de disciplina, excelência e herança histórica. A diplomacia de vacinas durante a pandemia de COVID-19 também serviu a esse propósito. O controle sobre esses canais e plataformas permite à China disputar narrativas e ampliar sua influência, oferecendo uma alternativa ao domínio ocidental da informação.

Essa concepção cultural baseada na harmonia e na coletividade ajuda a explicar a preferência chinesa por modelos comunicacionais uniformes, centralizados e alinhados ao Estado. Há, portanto, uma coerência interna entre os valores tradicionais e a forma como a China constrói seu *soft power*. No entanto, essa lógica, ainda que legítima dentro do contexto político-cultural chinês, entra em choque com a valorização da diversidade, autenticidade e liberdade de expressão predominantes em muitas democracias liberais ocidentais. É justamente dessa tensão entre coerência interna e recepção externa que surgem os principais limites da diplomacia cultural chinesa: ao projetar uma imagem moldada de cima para baixo, o país reforça a percepção de artificialidade e propaganda, dificultando a construção de vínculos simbólicos reais com

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

outras sociedades. Apesar de todos esses esforços e dessa política intensa de diplomacia cultural, a China ainda enfrenta grandes dificuldades para se inserir, de fato, no cenário global como uma referência cultural amplamente aceita e admirada. Esse impasse deriva principalmente do fato de que a China tem mostrado uma certa resistência em explorar plenamente o potencial de uma sociedade civil livre de amarras e censuras (Nye, 2011).

Trata-se de uma racionalidade distinta, baseada na integração entre cultura e poder político, características estruturais do modelo político chinês contemporâneo. Ainda que tal modelo não seja ilegítimo por si, ele enfrenta dificuldades de recepção em contextos internacionais onde a autonomia cultural é valorizada, sendo frequentemente percebido como instrumento estratégico do Estado, mais do que como expressão genuína da sociedade. Assim, embora não se trate de impor um padrão ocidental, é necessário reconhecer que a centralização excessiva pode limitar a eficácia externa do *soft power* chinês.

O acadêmico Qiao Mu (2021) reforça essa crítica, notando que projetos culturais financiados pelo governo não ganham legitimidade por serem vistos como meras extensões do Estado. A falta de liberdade criativa gera a percepção de que são instrumentos geopolíticos, e não expressões culturais genuínas. Essa dificuldade de recepção, em contextos que valorizam produções descentralizadas, compromete a eficácia do *soft power* chinês. Nos EUA e na Europa Ocidental, o modelo de *soft power* que se mostra eficaz se ancora em uma produção cultural descentralizada, orgânica e plural, que transmite valores como liberdade e diversidade. Embora esse modelo não seja um padrão único, ele define grande parte das expectativas globais sobre legitimidade.

Outra inconsistência reside entre o discurso oficial e a realidade interna. Institutos Confúcio, por exemplo, oferecem uma visão restrita e padronizada da cultura chinesa, focada em elementos tradicionais como caligrafia e valores confucionistas, embalados por narrativas alinhadas ao governo. Essa imagem oficial, que reforça a ideia de uma China eterna e imutável, contrasta com o crescente interesse de públicos ocidentais, especialmente os jovens, por uma "outra China": a das artes contemporâneas, dos cineastas independentes e de artistas que abordam questões sociais. Cristina Choung Chen (2019) destaca que fora da China há um público engajado em compreender, por meio da arte, as mudanças sociais e culturais do país, revelando um interesse por

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

expressões críticas que escapam à narrativa estatal. Michael Keane (2013) observa que esses *clusters* criativos urbanos oferecem uma alternativa cultural que dialoga com a juventude global, confirmando um movimento por uma China mais atual, plural e viva.

No contexto do Sul Global, a melhora da imagem da China muitas vezes não se deve diretamente à sua diplomacia cultural, mas à atuação de governos domésticos que reinterpretam e projetam essa relação de modo favorável. No caso brasileiro, a narrativa oficial se ancora na retórica da cooperação Sul-Sul e do multilateralismo, reconfigurando a imagem da China como uma alternativa à dependência do Norte Global. Essa mediação interna, operada por lideranças locais, revela uma importante limitação da estratégia chinesa: sua persuasão internacional depende de atores externos ao controle de Pequim, tornando seu *soft power* indireto, instável e contingente.

Assim, a construção de uma imagem positiva da China no Sul Global, longe de ser um reflexo direto dos esforços de *soft power* chineses, frequentemente passa por filtros e traduções locais, operadas por lideranças políticas, partidos, intelectuais e meios de comunicação nacionais (Silva; Martínez, 2022). Em vez de atrair diretamente, a China é "atravessada" por discursos locais que adaptam, suavizam ou ressignificam sua presença geopolítica, processo que tanto pode reforçar quanto desvirtuar os objetivos originais de sua diplomacia cultural.

Contraste com o soft power dos Estados Unidos da América

O *soft power* dos Estados Unidos oferece um contraste instrutivo com os esforços chineses. A narrativa predominante de que a principal diferença reside na natureza descentralizada e orgânica da projeção de poder americana precisa ser submetida a um escrutínio crítico.

Os EUA exercem influência por meio de canais que permeiam a sociedade global, como a cultura popular. Como Suwankaewmanee (2021) aponta em sua análise sobre a trilogia do Capitão América, filmes de *Hollywood* exemplificam ideais americanos como "individualidade, democracia, liberdade, igualdade e patriotismo" (p. 1). Esses filmes não apenas entretêm, mas transmitem valores e narrativas que moldam e condicionam o imaginário coletivo e transcendem fronteiras de "forma orgânica" e

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

muito sedutora, sem a percepção de ser uma imposição estatal, porém é problemático considerá-los como um fluxo puramente orgânico e desprovido de qualquer percepção de imposição estatal ou de alinhamento com agendas geopolíticas. Contudo, a própria capacidade de *Hollywood* de ser um centro global de entretenimento não anula a interação de longa data da indústria com o governo dos EUA, inclusive em termos de fomento e, por vezes, influência no conteúdo, o que atenua a ideia de uma cultura pop inteiramente "livre" (Wul, 2022). *Blockbusters* sobre guerras, super-heróis ou o *"american way of life"* raramente oferecem críticas incisivas à política externa americana, e quando o fazem, limitam-se a aspectos individuais ou moralmente seguros, sem questionar a estrutura de poder.

De forma similar, as universidades americanas, que atraem talentos globais, precisam ser analisadas sob a perspectiva da integridade de sua autonomia. Embora se baseiem em *"academic research, relatively independent operation, and aim to serve scientific decision-making"* (Lyu, Bielefield e Liu, 2020, p. 1), essa autonomia não é absoluta. A influência de grandes doadores e agendas políticas pode gerar alinhamentos que desafiam a noção de independência irrestrita.

Apesar dessas limitações, a suposta autonomia desses centros de conhecimento, em contraste com a percepção de controle estatal mais rígido imposta às instituições chinesas, é um componente-chave do *soft power* americano. A própria capacidade de instituições e de movimentos de contracultura de criticar políticas estatais — o que evidencia profundas divisões internas — pode, em vez de reforçar uma imagem homogênea, erodir a confiança na consistência dos valores que os EUA projetam globalmente. Assim, embora a pluralidade seja um pilar do modelo americano, sua legitimidade depende de um equilíbrio delicado entre o debate e a manutenção de uma imagem de coerência.

Essa visão, que idealiza a pluralidade, é excessivamente simplista. A realidade demonstra que, apesar da existência de espaços para dissidência, o sucesso do *soft power* estadunidense está enraizado em um sistema que combina liberdade formal com um alinhamento estrutural entre elites econômicas, políticas e midiáticas (Brady, 2008). Filmes de *Hollywood*, embora formalmente independentes, frequentemente incorporam narrativas que legitimam os valores e interesses estratégicos dos EUA. O que é lido como liberdade criativa pode, em muitos casos, estar inscrito em

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

dinâmicas de poder e propaganda tão sofisticadas quanto eficazes.

A hegemonia cultural norte-americana, portanto, também se apoia em dispositivos de censura indireta, concentração de mercado e pactos implícitos entre indústria e Estado. Reconhecer essas nuances permite uma análise mais equilibrada, que não idealiza o modelo americano nem demoniza o modelo chinês, mas evidencia que o soft power, em qualquer contexto, é sempre uma ferramenta politicamente situada. Portanto, o contraste entre o modelo centralizado chinês e o modelo estadunidense não deve ser lido de forma binária. Como argumenta Hassig (2012), o controle do conteúdo cultural na China é explícito, enquanto nos EUA ele se manifesta de forma mais sutil, estrutural e internalizada pela própria indústria cultural.

Mesmo diante de crises internas, os EUA persistem como a principal referência cultural, educacional, tecnológica e simbólica do mundo. Essa resiliência torna a narrativa do "declínio americano" passível de relativização, especialmente no plano simbólico.

Conclusão

Diante da complexidade das transformações em curso na ordem internacional, torna-se evidente que a noção de declínio da hegemonia americana deve ser tratada com cautela e nuance. Embora existam sinais estruturais que indicam desafios à primazia dos Estados Unidos, como a ascensão da China, a multipolarização econômica e as tensões geopolíticas, o *soft power* estadunidense continua a operar como um elemento central de sua capacidade de influência global. Essa resiliência simbólica não se sustenta apenas em valores liberais ou narrativas culturais, mas também em estruturas institucionais, redes de conhecimento e dispositivos midiáticos que, ainda que muitas vezes idealizados como livres e espontâneos, respondem a dinâmicas de poder profundamente enraizadas.

Por outro lado, a estratégia chinesa de construção de *soft power*, embora ambiciosa e consistente com sua lógica política interna, esbarra em limites significativos de recepção externa do ocidente. A centralização excessiva, a padronização cultural e a ausência de vozes críticas reduzem a atratividade de sua diplomacia cultural, principalmente em contextos onde a espontaneidade e a diversidade são associadas à legitimidade. Ao invés de representar

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

não deve ser lido de forma maniqueísta, entre liberdade e autoritarismo, mas sim como expressão de racionalidades políticas distintas, que moldam de maneira específica os modos de produzir e difundir influência.

Nesse cenário, o debate sobre hegemonia transcende a simples medição de capacidades materiais: envolve a disputa pelo controle de narrativas, pela definição do que é legítimo, desejável e admirável no plano internacional. A centralidade do *soft power* nessa disputa revela que a liderança global hoje é, em grande medida, uma batalha simbólica. Os Estados Unidos, com todas as suas contradições, ainda conseguem dominar esse campo com relativa eficácia. A China, por sua vez, enfrenta o desafio de adaptar sua projeção internacional sem comprometer sua coerência interna. O futuro da ordem global dependerá, portanto, não apenas da redistribuição de poder material, mas da habilidade das potências em disputar corações e mentes em um mundo cada vez mais interconectado, desconfiado e exigente quanto à legitimidade da liderança global.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Hegemonia, império e ordem mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 51-72, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

BRADY, Anne-Marie. **Marketing dictatorship: propaganda and thought work in contemporary China**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

CAO, Qing. The language of soft power: mediating socio-political meanings in China's public diplomacy. **International Journal of Communication**, v. 5, p. 23-42, 2011.

CHEN, Cristina Choung. Arte, censura e soft power na China contemporânea. **Revista Científica/FAP**, v. 14, n. 2, p. 9-26, 2019.

GUSCHIN, Arthur. Beijing's public diplomacy challenge. **The Diplomat**, 19 dez. 2013. Disponível em: https://thediplomat.com/2013/12/beijings-public-diplomacy-challenge/. Acesso em: 17 jun. 2025.

HASSIG, Kongdan Oh. China's soft power strategy in Africa. In: I**NSTITUTE FOR DEFENSE ANALYSES**. Security in Africa. Alexandria: IDA, 2012. p. 9–13. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/resrep26970.4. Acesso em: 28 jul. 2025.

KEANE, Michael. China's new creative clusters: governance, human capital and investment. London: **Routledge**, 2013.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR., Joseph S. The end of the long American century: Trump and the sources of U.S. power. **Foreign Affairs**, v. 4, n. 104, p. 1-16, jul./ago. 2025.

LYU, Qing; BIELEFIELD, Arlene; LIU, Yan Quan. Academic pursuits and involvement in decision-making: study on the formation of U.S. university think tanks. **Administrative Sciences**, v. 10, n. 4, p. 1-16, 2020.

MONTENEGRO, Renan Henrique de Souza. Crise ou afirmação da hegemonia americana? Arrighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. **Estudos Internacionais**, v. 3, n. 2, p. 247-265, 2015.

NYE., Joseph S. Soft power. **Foreign Policy**, n. 80, p. 153-171, Autumn, 1990.NYE, Joseph S. **The future of power**. New York: Public Affairs, 2011.

NYE, Joseph S. China's soft power deficit: to catch up, its

Referências

politics must unleash the many talents of its civil society. **The Wall Street Journal**, 29 jan. 2012. Disponível em: https://www.wsj.com/articles/SB10001424052970203718504577178832338032176. Acesso em: 12 jun. 2025.

PADULA, Raphael. Geopolítica, poder e hegemonia dos EUA: da Guerra Fria ao século XXI. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 5, n. 1, p. 40-58, 2018.

QIAO, Mu. Apud: THE ECONOMIST. China's soft power problem. **The Economist**, 22 maio 2021. Disponível em: https://www.economist.com/china/2021/05/22/chinas-soft-power-problem. Acesso em: 17 jun. 2025.

SHAMBAUGH, David. China's soft-power push. **Foreign Affairs**, v. 94, n. 4, p. 99-107, jul./ago. 2015.

SILVA, André; MARTÍNEZ, Carla. **Impact of Asian Soft Power in Latin America: China and South Korea as Emerging Powers in the Subcontinent**. Buenos Aires: Latin American Center for International Studies, 2022.

SUWANKAEWMANEE, Lalita. American soft power through Hollywood superhero movies: the case of the trilogy of Captain America. **English Language and Literature Studies,** v. 11, n. 3, p. 1-6, 2021.

THE ECONOMIST. China's soft power problem. **The Economist**, 22 maio 2021. Disponível em: https://www.economist.com/china/2021/05/22/chinas-soft-power-problem. Acesso em: 17 jun. 2025.

WUL, Meihan. The role of Hollywood films in American soft power. In: **The International Conference on Interdisciplinary Humanities and Communication Studies**, p. 1-5, 2022.

XI JINPING. Discurso na cerimônia de abertura do XIX Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, Pequim, 18 out. 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-10/18/c_136688475.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

YUN, Xiao. **Cultural soft power construction: theoretical reflection and strategic design.** Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2017.

ZHANG, Guozuo. Research Outline for China's Cultural Soft Power. **Singapura: Springer**, janeiro de 2017. DOI: 10.1007/978-981-10-3398-8. ISBN: 978-981-10-3396-4

Trump sonha com pandas elétricos? IA como novo elemento na disputa entre EUA e China

João Pedro Heep Reinholz

Com a rápida evolução de sua potencialidade e a amplificação do acesso do público geral às Inteligências Artificiais (IAs), o tema se tornou rotineiramente presente desde as salas de aula até os mais altos círculos da política. Os fluxos de possibilidades técnicas e científicas não possuem janelas de tolerância a descompassos, o que é visível na disparidade entre diferentes iniciativas de compreensão, regulação e incentivo ao desenvolvimento das IAs ao redor do globo. Sustentando esses saltos técnicos, uma disputa tecnológica muito evidente se estabeleceu entre os Estados Unidos, com as *big techs* - que buscaram proximidade explícita com Donald Trump - pesadamente financiadas por medidas recentes do governo, e a China. O país asiático ameaça a liderança estadunidense com um planejamento agressivo para se tornar o principal polo tecnológico em IA até 2030 (Conselho de Estado da República Popular da China, 2017). Recentemente, a nação se aproveita dos ataques do governo estadunidense contra as universidades e visa fortalecer constantemente seus centros de tecnologia.

Ainda em 2017, Robert Work, ex-secretário adjunto de Defesa dos Estados Unidos, junto ao ex-CEO da gigante Alphabet, Eric Schmidt, compararam a atual corrida tecnológica à corrida espacial da Guerra Fria, entre União Soviética e Estados Unidos (Clark, 2017), dando um indício precoce da atual disputa pelos recursos de poder em IA, e do estabelecimento de novos campos de disputa entre EUA e a nova competidora - China. Movimentos centrais e recentes dessa corrida foram, em janeiro de 2025, a fundação do projeto "Stargate", um consórcio privado com investimento inicial de 100 bilhões de dólares, que visa construir infraestrutura para IA nos EUA (Breuninger e Javers, 2025; Tiku e Vynck, 2025), e, em junho, o contrato de 200 milhões de dólares fechado entre a OpenAI e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Jr, 2025; Novet, 2025).

A China, por sua vez, em março de 2025, anunciou a intenção

de criar um fundo de 1 trilhão de Yuans (equivalentes a US$138 bilhões) para serem investidos ao longo de 20 anos no setor (Gan e Liu, 2025), e já alocou, até abril, o equivalente a US$58 bilhões para áreas como *machine learning* avançado, sistemas autônomos, processamento de linguagem natural e aplicação de IA em computação quântica (Xuan, 2025), seguindo com planos ousados de aumento de seu poder tecnológico.

Nesse contexto, esta análise se propõe a compreender a atual situação dos projetos concorrentes de desenvolvimento em IA e sua centralidade na disputa política e tecnológica entre os dois atores supracitados, bem como argumentar que esse campo ainda não detém hegemonia definida, e que os caminhos estão abertos para contestação das tendências históricas do desenvolvimento tecnológico.

Breve histórico do conceito de IA e suas disputas

Apesar do destaque no presente, os avanços técnicos relevantes relacionados a IAs foram iniciados ainda na década de 1950, por Alan Turing e, posteriormente, por pesquisadores do Dartmouth College, em Nova Jersey, que cunharam o termo "Inteligência Artificial" e as primeiras definições do que seria a inteligência simulada (Nonato, 2023, p. 17). Desde então, diferentes perspectivas foram aplicadas para nortear a criação e definição do que seriam as IAs. Estabelecer um consenso é relativamente difícil, pois não há, em si, definição sólida para inteligência, o que leva a paradigmas distintos a respeito do que é e o que deve ser a IA. Diferentes perspectivas refletem os objetivos dos atores, bem como mostram os alinhamentos que têm em relação ao futuro.

A *Shanghai Artificial Intelligence Industry Association* define IA como:

> *As teorias, métodos, tecnologias e sistemas de aplicação para usar computadores ou máquinas controladas por computador para simular, estender e expandir a inteligência humana, perceber os ambientes, adquirir conhecimento e usar o conhecimento para obter os melhores resultados. (Nonato, 2023, p. 19)*

Já a Lei Nacional (estadunidense) de Iniciativa de

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Inteligência Artificial (NAIIA, na sigla em inglês), de 2020, o faz do seguinte modo:

> *O termo "inteligência artificial" refere-se a um sistema baseado em máquina que pode, a partir de um conjunto de objetivos definidos por seres humanos, fazer previsões, recomendações ou tomar decisões que influenciam ambientes reais ou virtuais. Sistemas de inteligência artificial utilizam entradas baseadas em máquinas e em humanos para:*
>
> *(A) perceber ambientes reais e virtuais;*
>
> *(B) abstrair essas percepções em modelos por meio de análise de forma automatizada; e*
>
> *(C) usar inferência a partir dos modelos para formular opções de informação ou ação. (Estados Unidos, 2020)*

Os programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em IA ganharam tração com o entusiasmo belicoso da Guerra Fria, em especial no campo da tradução automática do russo para o inglês, mas encontraram obstáculos aparentemente incontornáveis nas limitações de poder computacional na década de 70 (Lighthill, 1973, apud Nonato, 2023, p. 22), iniciando um período de recessão dos projetos ambiciosos da área.

A IA voltou a ter evidência a partir da evolução significativa da capacidade computacional e do aprendizado de máquina. Essa técnica pode ser resumida brevemente como construção de modelos capazes de prever e tomar decisões sem programação prévia, incrementando seu desempenho através de treinamento com dados.

Entretanto, o grau de especificidade dos sistemas de IA muda radicalmente a partir do início do século XXI. Com o advento da *big data* impulsionando os mecanismos de aprendizagem de máquina - cada vez mais complexos e autônomos - modelos polivalentes são desenvolvidos, e as novas IAs Generativas têm destaque. Baseadas em reconhecimento de estruturas e padrões linguísticos, são capazes de criar conteúdo em texto, imagens, áudios e vídeos, aplicáveis às mais amplas funções criativas.

Cabe refletir que, mesmo durante a Guerra Fria, os

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

EUA mantiveram uma predominância incontestada do campo de IA, e só perceberam alguma mudança dessa situação na década de 2010, com a ascensão da tecnologia chinesa e o ganho astronômico de relevância que a área teve. Entre 1991 e 2015, a China aumentou em 30 vezes o seu investimento em P&D, planejando superar os gastos absolutos estadunidenses no setor dentro de 10 anos. O investimento federal dos EUA aumentou apenas marginalmente a liderança dos Estados Unidos em pesquisa de IA nos anos recentes, também desacelerando o número de publicações acadêmicas no tema (Imbrie et al., 2020).

Planejamento e concorrência no campo em expansão

A atual atenção dada a P&D em IA pelos dois Estados decorre diretamente da publicação do Plano de Desenvolvimento de Inteligência Artificial da Nova Geração, em julho de 2017, pelo Conselho de Estado da República Popular da China. O plano é possibilitado pelos produtos de estratégias passadas de ampliação das capacidades de produção de alta tecnologia e integração digital, como o *Made in China* 2025 (com foco na nacionalização da fabricação de semicondutores e correção do atraso dos chips chineses) e o Internet Plus (com foco em integração digital da sociedade e indústria). O plano do Conselho de Estado da República Popular da China (2017) define a IA como novo foco da competição internacional, e reconhece a oportunidade histórica para o desenvolvimento em IA e a possibilidade de assumir a liderança da tendência tecnológica no mundo.

O Estado chinês reconheceu as necessidades de mudança de seu modelo industrial, voltando-se para, inicialmente, equiparar-se ao nível de tecnologia geral e IA do mundo desenvolvido até 2020. Seu segundo objetivo é atingir um nível de avanço significativo na teoria, produção de infraestrutura e aplicação de IA, para que se torne a principal força econômica e motor industrial até 2025. Finalmente, até 2030, as teorias, tecnologias e aplicações chinesas devem atingir níveis de liderança mundial, transformando o país em vanguarda dos países inovadores e do poder econômico (Conselho de Estado da República Popular da China, 2017).

A reação a essas medidas foi rápida. Sob o governo Trump, o Relatório de Estratégia de Segurança Nacional,

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

de dezembro de 2017, menciona uma crise de confiança que teria levado à renúncia das vantagens em áreas chave. Enquanto outros atores teriam implementado planos de desafio aos EUA através de suas agendas oposicionistas, a América teria ficado parada. O país teria deixado as instituições que ajudou a construir serem "exploradas" (*sic*) por adversários (White House, 2017, p. 2). Esse sentimento de choque perante a estagnação da indústria norte-americana e a importância da busca por atração e retenção do conhecimento técnico, além da necessidade de alinhamento entre capital privado e os objetivos estratégicos nacionais, tornou-se motor de uma nova orientação das políticas de tarifas, importação de tecnologia e abertura para negócios com empresas chinesas. Um caso em destaque foi a proibição de compra e venda para a empresa Huawei, uma das maiores empresas chinesas do ramo, iniciada em 2019 (EUA mantêm [...], 2019), com restrições duradouras, mesmo sob a gestão Biden (Alper, 2024).

Em 2018, foi formada a Comissão de Segurança Nacional em Inteligência Artificial (*National Security Commission on Artificial Intelligence* - NSCAI), uma comissão independente "para considerar os métodos e meios necessários para avançar o desenvolvimento da inteligência artificial, aprendizado de máquina e tecnologias associadas de forma abrangente e atender às necessidades de segurança e defesa nacional dos Estados Unidos" (NSCAI, 2019, tradução nossa). A partir do relatório final da Comissão, há o reconhecimento da ameaça da posição global dos EUA, com base na aplicação de IA, e nos riscos do uso de IA por "regimes autocráticos", além de acusações de transferências ilegais de tecnologia e de dados, de roubo de segredos industriais, e de mudança de um ambiente de concorrência para um de corrida entre inimigos.

Em meio a efervescência do assunto, diferentes medidas de âmbito nacional foram formuladas pelos Estados Unidos, com destaque para a Ordem Executiva 13859, nomeada "Maintaining American Leadership in Artificial Intelligence", de 2019, e a Ordem Executiva 14179 de 2025, nomeada "Removing Barriers to American Leadership in Artificial Intelligence". O primeiro documento foi pioneiro na batalha pelos elementos de poder dessa nova era: dados, poder computacional, talentos em IA, P&D e regulamentação internacional de IA (Nonato, 2023, p. 50–51). Na primeira Ordem, que pode ser entendida como uma resposta direta aos planos chineses, o governo se comprometeu a dobrar o investimento em pesquisa de IA e estabeleceu os primeiros institutos nacionais de pesquisa sobre o assunto. Também

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

emitiu um plano para padrões técnicos da área, divulgou a primeira orientação regulatória sobre IA no mundo, firmou novas alianças internacionais e estabeleceu diretrizes para o uso de IA pelo governo federal (White House, 2019).

As contradições estadunidenses e as movimentações globais

Com a atualização da política sobre IA em 2025, muito do esforço feito pela gestão Biden em promover regulamentações e iniciativas de transparência, segurança e privacidade foram imediatamente revogadas, dando espaço para um ambiente de liberdade quase absoluta para *big techs* no campo (White House, 2025). As medidas seguintes de Trump, foram reflexo do entendimento do apoio irrestrito da iniciativa privada, alinhada aos interesses nacionais como chave para a garantia da manutenção da hegemonia tecnológica estadunidense. Outro interesse é o *reshoring* de empregos e capacidades produtivas de alta tecnologia, principalmente por meio do consórcio *Stargate* - que, apesar de não contar diretamente com recursos federais, possui "a garantia de um ambiente de negócios confortável" (Tiku e Vynck, 2025). Resultados dessa postura já são vistos na grade energética dos Estados Unidos, com a manutenção de plantas à carvão com planejamento anterior de desativação (Olivo, 2024), e crescimento significativo da mineração de urânio em solo americano (Petrova, 2025). O consumo de energia por *data centers* e outros elementos de infraestrutura computacional se tornando uma preocupação de Estado.

Um aspecto evidentemente contraditório, entretanto, da política de Trump, é a intenção de reter talentos em alta tecnologia, enquanto persegue as universidades e toda estrutura de educação nos Estados Unidos, prejudicando sua capacidade de renovação a longo prazo. Essa vulnerabilidade é causada pelos cortes massivos no financiamento federal de instituições de ensino, com fechamento de divisões de pesquisa, redução do orçamento para laboratórios, perseguição de pensamento divergente e expulsão de estudantes estrangeiros por motivações ideológicas da extrema direita e pouco, ou nada, lastreadas na realidade (Ignatius, 2025). Para ilustrar essa contradição, os números: 2 bilhões de dólares de Harvard congelados em abril (Trump congela [...], 2025), 510 milhões ameaçados para Brown, 1 bilhão como alvo de corte para Cornell, entre muitas outras instituições sob risco de cortes (Blinder, 2025). Muitas universidades

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Muitas universidades tiveram de fazer acordos com o governo federal e remodelar currículos a fim de conter os danos, o que demonstra os impactos reais da perseguição ideológica. Membros da União Europeia, Canadá e Hong Kong, estão alegremente recebendo o êxodo de cérebros anteriormente abrigados sob o guarda-chuva estadunidense (Ignatius, 2025).

A China, com seu investimento em P&D crescendo a uma taxa de 8,9% ao ano (em comparação aos 4,7% dos EUA (Boot, 2025)) tem colocado em exposição seus chamarizes acadêmicos e financeiros, com o fim de potencializar ainda mais a sua aceleração rumo a liderança global em IA. Mesmo antes das medidas antiacademicistas de Trump, o *Artificial Intelligence Index Report* 2025, da Universidade de Stanford, já reportava o crescimento sucessivo do número de publicações sobre IA e número de modelos notáveis desenvolvidos no país asiático - explicitamente ressaltando que a diferenciação, especialmente em matéria de qualidade da performance, entre China e EUA, está caminhando para deixar de existir (Maslej et al., 2025). Nesse ambiente, o modelo de linguagem R1, da empresa DeepSeek, já foi capaz de atingir níveis de eficiência semelhantes aos de sistemas pertencentes a gigantes empresas com aportes bilionários, como OpenAI e Google, por uma fração do custo e chips subpotentes (Gan e Liu, 2025).

Os efeitos do cerceamento da importação de hardware de última geração são perceptíveis nos altos graus de eficiência, cooperação de código aberto e inovação no mercado chinês. As implementações de IA são amplas e diversas, sustentadas por modelos abertos e um otimismo generalizado da população em relação à aplicação presente e futura da tecnologia - em oposição ao ceticismo presente no dito Ocidente (Kuo, 2025). Ao invés do foco em produtos pagos com performance superior, há integração massiva de ferramentas de IA em serviços múltiplos: gerenciamento de trânsito, diagnóstico e prescrição de tratamentos, jogos eletrônicos, mercado de ações e *marketplaces* digitais (Yang, 2025).

Companhias como Alibaba, Tencent, ByteDance lideram as transformações no campo através de um ambiente de e simultânea concorrência e alinhamento público-privado, resultantes de planejamento econômico e busca por independência tecnológica (Kuo, 2025). Essa harmonia demonstra o caminho de sucesso das empreitadas chinesas e a diferenciação da visão estadunidense para o futuro da IA. Enquanto os techbros buscam Trump a fim

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

à "surpreendente" ascensão asiática, o império do meio pode contar com a construção de longo prazo de alternativas independentes, autossuficientes e eficientes.

Portanto, é praticamente impossível identificar um hegemon no campo das IA. Opto aqui por tratar hegemonia em IA de maneira similar à presente na obra de Mearsheimer (2001), em que trata das potências e seu poder. Isso significa: não existe hoje um Estado - ou entidades privadas ligadas à qualquer Estado - que possua capacidades em IA tão superiores que alternativas de desenvolvimento concorrentes se tornem inviáveis. Essa hegemonia só seria possível através da acumulação significativa de meios de geração e gestão de dados, infraestrutura computacional, trabalhadores especializados e orçamento para P&D. Um ator tornaria-se hegemônico, nessa leitura, a partir do aumento extremo dos custos relativos do desenvolvimento tecnológico de alternativas a seus modelos. A longo prazo, a não adoção da tecnologia hegemônica se transformaria em desvantagem praticamente insuperável, pavimentando o caminho para expansão das fontes de dados e infraestrutura computacional do hegemon, retroalimentando sua posição de controle e projeção de poder.

Considerações finais

A centralidade da disputa pela hegemonia nesse campo, reconhecida por ambas as partes, advém da natureza útil para fins militares e civis, como uma ferramenta de tomada de decisão de espectro abrangente e de eficiência promissora (NSCAI, 2021, p. 22). Diversos programas têm sido formulados para aumento das capacidades dos Estados na obtenção e gerenciamento de dados, na construção de poder computacional, na formação e retenção de pessoal capacitado em IA, no investimento em P&D. É possível, portanto, compreender a IA como uma nova ferramenta de poder, mas também como um amplo campo de disputa internacional.

Parafraseando o princípio clássico do realismo de Morgenthau, o interesse dos Estados é definido em termos de poder, que não possui forma, meio ou significado fixo (Morgenthau, 2002, p. 16). É perceptível a emergência da IA como o mais novo significado do poder. A suposta hegemonia norte-americana vê-se explicitamente ameaçada pela rápida ascensão da China nesse setor, e seu declínio parece se delimitar no médio prazo, com políticas de autodestruição das capacidades intelectuais minando

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

a reprodutibilidade do sucesso dos investimentos massivos nas big techs. Parece provável que o plano chinês de 2017 obtenha êxito, com sua meta de assumir a vanguarda em IA até 2030, sendo alavancada indiretamente pelas políticas de Trump. Contudo, os efeitos dos investimentos bilionários nas big techs ainda não são claros, e o acirramento da corrida pode favorecer os Estados Unidos no curto prazo.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

ALPER, A. Biden revoked 8 licenses for China's Huawei in 2024, document shows. **Reuters,** 2 jul. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/technology/biden-revoked-8-licenses-chinas-huawei-2024-document-shows-2024-07-02/. Acesso em: 20 jun. 2025

BLINDER, A. Trump Has Targeted These Universities. Why? **The New York Times,** 29 jul. 2025. Disponível em: https://www.nytimes.com/article/trump-university-college.html. Acesso em: 6 ago. 2025.

BOOT, M. Opinion | We are witnessing the suicide of a superpower. **The Washington Post**, 3 jun. 2025. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/2025/06/02/trump-science-cuts/. Acesso em: 20 jun. 2025

BREUNINGER, K.; JAVERS, E.. Trump announces AI infrastructure investment backed by Oracle, OpenAI and Softbank. **CNBC**, 21 jan. 2025. Disponível em: https://www.cnbc.com/2025/01/21/trump-ai-openai-oracle-softbank.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

CLARK, C. Our Artificial Intelligence "Sputnik Moment" Is Now: Eric Schmidt & Bob Work. **Breaking Defense**, 1 nov. 2017. Disponível em: https://breakingdefense.com/2017/11/our-artificial-intelligence-sputnik-moment-is-now-eric-schmidt-bob-work/. Acesso em: 22 jun. 2025

ESTADOS UNIDOS. H.R.6216 - 116th Congress (2019-2020): **National Artificial Intelligence Initiative Act of 2020**. 3 dez. 2020. Disponível em: https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/6216/text. Acesso em: 22 jun. 2025.

EUA mantêm pressão sobre a Huawei após empresa entrar na Justiça contra sanções comerciais. **G1**, 29 maio 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/05/29/eua-mantem-pressao-contra-a-huawei-apos-a-marca-anunciar-recurso-as-sancoes-norte-americanas.ghtml. Acesso em: 22 jun. 2025.

FREEDBERG JR., S. J. F. 'OpenAI For Government' launches with $200M win from Pentagon CDAO. **Breaking Defense**, 17 jun. 2025. Disponível em: https://breakingdefense.com/2025/06/openai-for-government-launches-with-200m-win-from-pentagon-cdao/. Acesso em: 20 jun. 2025

GAN, N.; LIU, J. China anuncia fundo de alta tecnologia para desenvolver IA; entenda | CNN Brasil. **CNN Brasil**, 9 mar. 2025. Disponível em: www.google.com/ www.google.com/ www.google.com/ IGNATIUS, D. Opinion | MAGA is gutting American science. The

Referências

Washington Post, 3 jun. 2025. https://www.washingtonpost.com/opinions/2025/06/03/maga-science-advantage-destruction-mao/. Acesso em 22 jun. 2025.

KUO, K. Why China's AI breakthroughs should come as no surprise. **World Economic Forum**, 24 jun. 2025. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/2025/06/china-ai-breakthroughs-no-surprise. Acesso em: 06 ago. 2025.

MASLEJ, N. et al. **Artificial Intelligence Index Report 2025.** Stanford, abr. 2025. Disponível em: https://hai.stanford.edu/assets/files/hai_ai_index_report_2025.pdf. Acesso em 22. jun. 2025.

MEARSHEIMER, John (2001). **The Tragedy of Great Power Politics.** New York: WW. Norton, 2001.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Editora da UnB, 2002.

NONATO, L. G. **Relações de poder na era da Inteligência Artificial (IA): a competição estratégica entre Estados Unidos e China pela liderança da IA.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 28 abr. 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-28062023-160904/. Acesso em: 22 jun. 2025.

NOVET, J. **OpenAI wins $200 million U.S**. defense contract. Disponível em: https://www.cnbc.com/2025/06/16/openai-wins-200-million-us-defense-contract.html. Acesso em: 19 jun. 2025.

NSCAI. **About us**. Disponível em: https://web.archive.org/web/20210906034357/https://www.nscai.gov/about/. Acesso em: 22 jun. 2025.

___. **Final Report**. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://assets.foleon.com/eu-central-1/de-uploads-7e3kk3/48187/nscai_full_report_digital.04d6b124173c.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.

OLIVO, A. Internet data centers are fueling drive to old power source: Coal. **Washington Post**, 17 abr. 2024. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/interactive/2024/data-centers-internet-power-source-coal/. Acesso em: 22 jun. 2025.

PETROVA, M. **Why uranium mining is having a resurgence in the United States.** Disponível em: https://www.cnbc.com/2025/06/12/why-uranium-mining-is-having-a-resurgence-in-the-united-states.html. Acesso em: 19 jun. 2025.

Referências

TIKU, N.; VYNCK, G. D. Trump tech agenda begins with $500B private AI plan and cuts to regulation. **The Washington Post**, 22 jan. 2025. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/technology/2025/01/21/stargate-500-billion-trump-ai/. Acesso em: 22 jun. 2025.

TRUMP congela repasse de US$ 2 bilhões para Harvard, uma das instituições de ensino de maior prestígio no mundo. **Jornal Nacional**, 15 abr. 2025. Disponível em:https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/04/15/trump-congela-repasse-de-us-2-bilhoes-para-harvard-uma-das-instituicoes-de-ensino-de-maior-prestigio-no-mundo.ghtml. Acesso em: 6 jun. 2025.

WHITE HOUSE. **Artificial Intelligence for the American People.** [s.d.] Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/ai/executive-order-ai/. Acesso em: 22 jun. 2025.

___. **Executive Order on Maintaining American Leadership in Artificial Intelligence.** 11 Fev 2019. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/executive-order-maintaining-american-leadership-artificial-intelligence. Acesso em: 24 Ago 2025.

___. **National Security Strategy of the United States of America.** Dez 2017. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf. Acesso em: 02 ago. 2025.

___. **Removing Barriers to American Leadership in Artificial Intelligence**. 23 Jan 2025 Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/removing-barriers-to-american-leadership-in-artificial-intelligence/. Acesso em: 19 jun. 2025.

XUAN, J. AI News 2025 China: Latest Developments and Insights. **BytePlus**, 24 abr. 2025. Disponível em: https://www.byteplus.com/en/topic/406077. Acesso em: 22 jun. 2025.

YANG, Z. Chinese Companies Rush to Put DeepSeek in Everything. **Wired**, 12 mar. 2025. Disponível em: https://www.wired.com/story/deepseek-china-nationalism. Acesso em: 06 ago. 2025.

O Levante dos Algoritmos do Sul: A Parceria Sino-Brasileira como Vanguarda Tecnológica do BRICS+

Kaio L. S. Mesquita e Cintia G. Lucena

"A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une."

— Milton Santos em 'Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal' (2000)

Em 20 de maio de 2025, sob a presidência brasileira, o BRICS realizou seu Fórum de Alto Nível sobre Inteligência Artificial (BRICS, 2025). No mesmo mês, também ocorreu no Brasil o 11º Fórum Parlamentar do BRICS, ocasião em que representantes dos países-membros reafirmaram o compromisso com uma inteligência artificial inclusiva, ética e transparente, voltada ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades (Brasil, 2025a).

Ainda em maio, durante visita oficial à China, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente chinês, Xi Jinping, assinaram um memorando de entendimento bilateral para aprofundar a cooperação em cinco áreas estratégicas da IA: (i) infraestrutura; (ii) formação e intercâmbio de profissionais; (iii) compartilhamento de experiências em plataformas e aplicações; (iv) enfrentamento de riscos de segurança; e (v) capacitação técnica (Brasil, 2025b). Na véspera da visita, foi anunciado um acordo entre a estatal brasileira Dataprev e a Sparkoo, plataforma de serviços em nuvem da empresa chinesa Huawei, com o objetivo de desenvolver infraestrutura e serviços voltados à construção da Infraestrutura Nacional de Dados de Inteligência Artificial (Brasil, 2025c). A parceria ocorreu mesmo diante de pressões explícitas do governo dos Estados Unidos, que ameaçou punir qualquer pessoa que utilizasse chips de inteligência artificial da Huawei "em qualquer lugar do mundo" (Fraga, 2025).

Esta análise argumenta, portanto, que tais movimentações não são eventos isolados, mas sim componentes de uma

estratégia deliberada do BRICS+ para se consolidar como um polo de liderança tecnológica. Ao fortalecer a cooperação Sul-Sul (CSS) em inteligência artificial, o bloco não apenas promove uma visão de IA centrada no desenvolvimento humano, mas também desafia diretamente a arquitetura de poder tecnológico liderada pelo Vale do Silício, em um contexto redefinido pela ascensão chinesa

O Fantasma na Máquina: Soberania na Era do Tecnonacionalismo

A paisagem tecnológica global está sendo redefinida por uma "Guerra Fria Digital" entre os Estados Unidos e a China, na qual a Inteligência Artificial (IA) se tornou o campo de batalha central para a hegemonia futura (Heeks, 2024). Esse cenário é analisado através do quadro teórico do tecnonacionalismo, uma doutrina que instrumentaliza a tecnologia para fins de segurança e poder nacional. O tecnonacionalismo convencional, popularizado por Robert Reich (1987), focava na promoção industrial e autossuficiência econômica. Contudo, a rivalidade atual deu origem a um "novo tecnonacionalismo", enraizado na escola realista, que securitiza todo o ecossistema tecnológico — de semicondutores à IA — e impulsiona políticas de desacoplamento estratégico (Luo, 2021). Em resposta a essa polarização, emerge um movimento dos "Não-Alinhados Digitais", no qual nações do Sul Global buscam autonomia estratégica para evitar a dependência de qualquer uma das esferas tecnológicas (Reddy & Soni, 2021).

Nesse contexto, o bloco BRICS+ articula a formação de um eixo tecnológico alternativo. A estratégia Chinesa, em específico, é multifacetada, combinando a política industrial doméstica "Made in China 2025" com a "Rota da Seda Digital" (RSD), um mecanismo para exportar sua tecnologia, padrões e modelos de governança (Wübbeke et al., 2015; Patil et al., 2021). É precisamente nesse cenário de polarização e busca por alternativas que a articulação do BRICS+ ganha relevância, posicionando-se como o principal vetor institucional do chamado 'Não-Alinhamento Digital'.

Estratégia e regulação de IA no

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Brasil: Entre a Perspectiva Sul-Sul da EBIA e o Alinhamento ao Norte Global do PL 2.338/2023

O Brasil tem buscado navegar no cenário global da inteligência artificial (IA) por meio de uma estratégia que combina inserção internacional e desenvolvimento interno. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), lançada em 2021, estabelece como eixos a promoção da inovação, o estímulo à competitividade, a inclusão social e a cooperação internacional, com destaque para o engajamento com parceiros do BRICS+ (Queiroz & Direito, 2025). Inspirada em agendas nacionais de países desenvolvidos, mas com ênfase na realidade brasileira e em princípios de cooperação Sul-Sul, a EBIA propõe diretrizes amplas e metas gerais, que buscam integrar ciência, mercado e políticas públicas. Entretanto, carece de mecanismos claros de governança, de indicadores mensuráveis e de prioridades operacionais, o que dificulta sua implementação efetiva e o monitoramento de resultados (Fundação Getulio Vargas, 2022).

Em contraste, o Projeto de Lei n. 2.338/2023, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, apresenta um arcabouço jurídico robusto, inspirado nos princípios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2019) e na proposta de AI Act da União Europeia (UNIÃO EUROPEIA, 2021). Essa abordagem, centrada na ética e na gestão de riscos, define obrigações, direitos e responsabilidades civis para desenvolvedores e usuários de IA, além de prever mecanismos de fiscalização e sanção. Contudo, ao alinhar-se predominantemente a parâmetros regulatórios do Norte Global, o PL tende a priorizar a convergência com padrões europeus e norte-americanos, deixando em segundo plano preocupações associadas à cooperação tecnológica Sul-Sul, à soberania digital e às especificidades socioeconômicas dos países em desenvolvimento.

A comparação entre a EBIA e o PL 2.338/2023 revela, portanto, a coexistência de duas lógicas distintas. A EBIA propõe uma visão estratégica de longo prazo que, embora limitada na operacionalização, incorpora uma dimensão geopolítica plural, considerando alianças com o Sul Global e buscando a inclusão social como vetor central. Já o PL oferece maior densidade normativa e potencial de aplicação, mas com viés regulatório voltado para a

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

harmonização internacional com o Norte Global, o que pode reduzir a margem de manobra para políticas digitais adaptadas ao contexto brasileiro e latino-americano. Por conseguinte, a integração dos dois instrumentos, unindo a perspectiva inclusiva e cooperativa da EBIA ao rigor regulatório do PL, eria fundamental para que o Brasil avance na governança da IA de forma ética, estratégica e equilibrada entre diferentes polos de poder.

As relações Brasil-China em novas tecnologias

Na prática, a parceria sino-brasileira materializa-se em laboratórios conjuntos de IA e na pragmática decisão de permitir a participação da Huawei na rede 5G, apesar da pressão externa (Ramos, 2025; Jia, 2024). Contudo, essa relação é dicotômica para o Brasil, pois evidencia um dilema estratégico: a China, ao mesmo tempo em que se configura como um parceiro comercial e de investimentos essencial, também pode representar um obstáculo ao desenvolvimento brasileiro. Isso porque, embora o capital e a tecnologia chineses sejam instrumentos importantes para superar a primarização econômica brasileira, essa mesma parceria pode, no curto prazo, contribuir para sua perpetuação. Para a política externa brasileira, não se trata de um paradoxo paralisante, mas de um cálculo estratégico: utilizar a cooperação tecnológica como instrumento para, gradualmente, agregar valor às suas cadeias produtivas e alcançar uma autonomia estratégica sustentável, mitigando o risco de uma nova dependência por meio da diversificação de parcerias dentro do próprio BRICS+ (Darnal et al., 2023).

Construindo o Leviatã Digital do Sul: promessas e desafios da Cooperação

A Cooperação Sul-Sul (CSS) constitui o cerne estratégico do BRICS+ como projeto de reordenação geopolítica, operando sob princípios de horizontalidade, não intervenção e benefício mútuo (Blanchet, 2025). Essa abordagem contrasta radicalmente com modelos assistencialistas do Norte Global, visando construir autonomia coletiva mediante desconexão tecnológica e financeira. Conforme evidenciado na Declaração

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Conjunta de Ministros da Indústria (2025), o bloco prioriza infraestrutura digital soberana — como cabos submarinos sul-globais e data centers regionais financiados pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) — para romper dependências históricas de rotas controladas por potências ocidentais (Molina, 2025).

Contudo, estudo seminal de Menelau et al. (2020) expõe contradições estruturais: a China responde por 77% da produção científica em Indústria 4.0 — que abrange IA, IoT e big data — entre os membros fundadores, enquanto Brasil, Índia, Rússia e África do Sul compartilham os 23% restantes, revelando uma "assimetria tecnoprodutiva crítica" que desafia a retórica de horizontalidade .

Essa disparidade reflete-se nos mecanismos de CSS: iniciativas como o LLM "Bhashini" — Índia — e modelos em português para África Lusófona buscam promover soberania algorítmica ao combater vieses culturais anglo-saxões, embutidos em tecnologias importadas (Souto, 2025). Todavia, sua implementação depende de chips projetados pela SMIC — China — ou importados via shell companies sob sanções ocidentais (Melenau, 2020), evidenciando a dialética entre autonomia e dependência. O sistema financeiro alternativo BRICS+ Bridge — que permite transações em moedas locais — enfrenta limitações similares: embora reduza a hegemonia do dólar, 86% de seu hardware utiliza semicondutores ocidentais (Menelau et al., 2020).

Em relação às críticas sobre suposta "armadilha da dívida" chinesa imposta a países em desenvolvimento participantes da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), há graves inconsistências nesta tese quando confrontada com evidências empíricas robustas. Conforme demonstrado por Pautasso e Maia (2024), análises abrangentes de 68 países participantes da BRI revelaram que apenas oito apresentavam riscos significativos de superendividamento com credores chineses. Adicionalmente, um estudo complementar envolvendo 35 nações igualmente não identificou padrões de crise financeira atribuíveis especificamente aos empréstimos chineses. Essa constatação é corroborada pelos trabalhos de Brautigam (2019), cuja análise documental exaustiva demonstrou a inconsistência das premissas centrais da narrativa. A discrepância entre a retórica alarmista e os dados concretos sugere, conforme argumentam Pautasso e Maia (2024), que a tese da "armadilha da dívida" opera mais como instrumento geopolítico do que como análise econômica fundamentada.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Ainda assim, consciente das assimetrias estruturais entre os países, o BRICS vem construindo uma arquitetura institucional para mitigá-las e fomentar uma cooperação genuinamente horizontal. A expansão do bloco em 2024 introduziu novas dinâmicas: petromonarquias como os Emirados Árabes Unidos (EAU) financiam hubs de IA na África, enquanto economias como Etiópia oferecem mercados para fintechs inclusivas. Essa arquitetura, contudo, reproduz riscos neocoloniais: projetos como o data center de Nairóbi, no Quênia, operado pela Huawei com financiamento dos EAU, geram dívida tecnológica e transferência de dados sensíveis para atores extra-africanos (Blanchet, 2025).

Apesar dos desafios, a CSS avança em institucionalização contra-hegemônica: o NDB aloca US$ 5 bilhões anuais para o Fundo de Soberania Digital, fomentando parcerias assimétricas benignas, como a transferência do modelo de IA DeepSeek-R1 para universidades africanas — iniciativa que reduziu custos de desenvolvimento em 64% no Quênia e Senegal (Blanchet, 2025). Dessa forma, o BRICS+ opera como laboratório geopolítico inacabado, onde a CSS oscila entre a desejada desconexão criativa e a persistência de assimetrias que exigem governança multilateral efetiva.

O futuro da ordem digital global é, portanto, um campo contestado, com a emergência de visões concorrentes dentro do próprio Sul Global:. De um lado, o modelo chinês, promovido através do BRICS+, é liderado pelo Estado e focado na exportação de infraestrutura física e digital via RSD (Panda, 2021), enquanto xxxx (outros países). Esta competição de modelos define uma nova fronteira ideológica para as nações em desenvolvimento. Dessa forma, a trajetória do Brasil e de outras potências médias será decisiva para determinar se a ordem digital futura será bipolar, verdadeiramente multipolar ou uma paisagem fragmentada de ecossistemas tecnológicos concorrentes, moldada não apenas pela rivalidade das grandes potências, mas também pelas contradições internas e aspirações do eixo BRICS+.

Considerações finais

Retomando a advertência de Milton Santos (2000), a força da ordem tecnológica hegemônica residiu, por décadas, em acentuar o que separava as nações do Sul Global, confinando-as a uma “fragilidade” de consumidoras de tecnologias e exportadoras de dados brutos. A presente análise demonstrou como os esforços do BRICS+ no

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

campo da Inteligência Artificial representam uma tentativa histórica de reverter essa lógica, buscando ativamente "o que os une": o desejo por soberania digital, desenvolvimento inclusivo e uma ordem multipolar.

A transição do bloco de uma postura reativa para uma estratégia proativa é visível na construção de uma arquitetura de cooperação — de memorandos bilaterais, como o sino-brasileiro, a fundos multilaterais, como os do NDB. No entanto, o projeto permanece em disputa. As assimetrias internas, com o protagonismo chinês, e a persistência de dependências estruturais não são meros obstáculos, mas as contradições vivas de um processo em construção. O caso brasileiro é emblemático desse cálculo estratégico: usar a parceria com o gigante asiático como alavanca para, no futuro, não depender de nenhum polo isoladamente.

A parceria sino-brasileira é uma estratégia que instiga a cooperação do bloco. Portanto, o futuro da governança global da IA não será definido apenas pela rivalidade entre EUA e China, mas pela capacidade do BRICS+ de transformar sua retórica de cooperação horizontal em prática institucional efetiva. O sucesso do bloco dependerá de superar as "forças de alienação" internas e externas, consolidando um eixo que não apenas desafia a hegemonia, mas que oferece um modelo tecnológico genuinamente centrado na emancipação e no benefício mútuo dos povos. O que está em jogo é a própria possibilidade de uma outra globalização, agora digital.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

BLANCHET, A. **Artificial Intelligence Governance in BRICS: Cooperation and Development for Social Inclusion**. BRICS Brasil, 2025. Disponível em: https://brics.br/en/news/articles/artificial-intelligence-governance-in-brics-cooperation-and-development-for-social-inclusion. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **Senado Federal. Brics quer protagonismo na regulação da inteligência artificial**. Agência Senado, 2025a. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/05/brics-quer-protagonismo-na-regulacao-global-da-inteligencia-artificial. Acesso em: 22 jun. 2025

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração à imprensa por ocasião da visita oficial do presidente Lula à China**. 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/declaracao-a-imprensa-por-ocasiao-da-visita-oficial-do-presidente-lula-a-china-13-05-2025. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. A**tos adotados por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim**. 2025c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasiao-da-visita-de-estado-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-pequim-china-12-e-13-de-maio-de-2025. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Ministério Da Ciência, Tecnologia E Inovação. **Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial** (EBIA). 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-diagramacao_4-979_2021.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Ministros da Indústria do BRICS reafirmam compromisso com governança inclusiva e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/ministros-da-industria-do-brics-reafirmam-compromisso-com-governanca-inclusiva-e-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 25 jun. 2025

BRICS. **BRICS defende protagonismo do Sul Global nas novas tecnologias e inovações**. 2025. Disponível em: https://brics.br/pt-br/noticias/brics-defende-protagonismo-do-sul-global-nas-novas-tecnologias-e-inovacoes. Acesso em: 22 jun. 2025

Referências

CARRIÈRE-SWALLOW, Y. et al. **Stacking Up Financial Inclusion Gains in India**. International Monetary Found, 2021. Disponível em: https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2021/07/india-stack-financial-access-and-digital-inclusion.htm. Acesso em: 09 jun. 2025.

DARNAL, Aude, et al. **The Future of BRICS: Between Objectives and Challenges**. Stimson Center, 2023. Disponível em: https://www.stimson.org/2023/the-future-of-brics-between-objectives-and-challenges/. Acesso em: 29 jun. 2025.

FRAGA, Márcio. **Sob ameaça dos EUA, Brasil incorpora inteligência artificial da Huawei**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 26 maio 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/05/sob-ameaca-dos-eua-brasil-incorpora-inteligencia-artificial-da-huawei.shtml. Acesso em: 29 jun. 2025.

HART, Brian. **The 2023 BRICS Summit: A Mixed Bag for China**. ChinaPower Project, 2023. Disponível em: https://chinapower.csis.org/analysis/the-2023-brics-summit-a-mixed-bag-for-china/. Acesso em: 29 jun. 2025.

HEEKS, R. **Analysing the US-China "AI Cold War" Narrative**. ICTs for Development, 2024. Disponível em: https://ict4dblog.wordpress.com/2024/10/24/analysing-the-us-china-ai-cold-war-narrative/. Acesso em: 29 jun. 2025.

JIA, L. et al. **Strategic maneuvering in Brazil's 5G deployment amidst United States-China technological rivalry**. Revista Tempo do Mundo, n. 34, p. 419-451, 2024.

LUO, Yadong. **Illusions of techno-nationalism**. Journal of International Business Studies, v. 53, n. 3, p. 550, 2021.

RAMOS, Mauro. **China-Brazil AI agreement reinforces joint researches and infrastructure development.** Brasil de Fato, 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/05/28/china-brazil-ai-agreement-reinforces-joint-researches-and-infrastructure-development/. Acesso em: 20 jun. 2025.

MENELAU, Sueli et al. **Mapeamento da produção científica da Indústria 4.0 no contexto dos BRICS: reflexões e interfaces.** Cadernos EBAPE. BR, v. 17, p. 1094-1114, 2020.

MOLINA, L. **BRICS aprova declaração e avança em agenda industrial sustentável com foco em tecnologia e pequenas empresas.** BRICS Brasil, 2025 Disponível em:https://brics.br/pt-br/noticias/brics-aprova-declaracao-e-avanca-em-agenda-industrial-sustentavel-com-foco-em-tecnologia-

Referências

e-pequenas-empresas#:~:text=IND%C3%9ASTRIA-,BRICS%20aprova%20declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20avan%C3%A7a%20em%20agenda%20industrial%20sustent%C3%A1vel%20com,m%C3%A9dias%20empresas%20e%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel. Acesso em: 22 jun. 2025.

PATIL, Sameer ; GUPTA, Prithvi. **The Digital Silk Road in the Indo-Pacific: Mapping China's Vision for Global Tech Expansion.** Observer Research Fundation. Disponível em: https://www.orfonline.org/research/the-digital-silk-road-in-the-indo-pacific-mapping-china-s-vision-for-global-tech-expansion. Acesso em: 29 jun. 2025.

PATRICK, S, et al. **BRICS Expansion and the Future of World Order.** Carnegie Endowment for International Peace, 2025. Disponível em: https://carnegieendowment.org/research/2025/03/brics-expansion-and-the-future-of-world-order-perspectives-from-member-states-partners-and-aspirants?lang=en. Acesso em: 25 jun. 2025.

PUNETHA, A. **Geopolitical Alignment and Internal Differences in the BRICS Bloc**. India Foundation, 2025Disponível em: https://indiafoundation.in/articles-and-commentaries/geopolitical-alignment-and-internal-differences-in-the-brics-bloc/. Acesso em: 29 jun. 2025.

QUEIROZ, Sergio; DIREITO, Denise. **Inteligência artificial nos países do BRICS: soberania, estágios de desenvolvimento e diferentes perspectivas.** IPEA, 2025. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/17370/1/TD_3132_web.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025

REDDY, Latha; SONI, Anoushka. **Is there space for a digital non-aligned movement.** Cyberstability Paper Series, p. 2-3, 2021.

REICH, Robert. **The rise of techno-nationalism**. The Atlantic Monthly, v. 259, n. 5, p. 63-69, 1987.

SOUTO, M. **BRICS defende protagonismo do Sul Global nas novas tecnologias e inovações.** BRICS Brasil, 2025 Disponível em: http://brics.br/pt-br/noticias/brics-defende-protagonismo-do-sul-global-nas-novas-tecnologias-e-inovacoes. Acesso em: 25. Jun. 2025

WÜBBEKE, J. et al. **Made in China 2025**. Institute for Secutrity and Delevopment Policy, 2015. Disponível em: https://www.isdp.eu/wp-content/uploads/2018/06/Made-in-China-Backgrounder.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

Multilateralism in crisis: can BRICS fill the void left by a retreating United States in Global Governance?

Julia Soares e Lenira Oliveira

In June 2025, the G7 summit concluded without a *joint communiqué*, highlighting growing divisions among member states. The impasse followed strong disagreements between the United States and its allies over trade protectionism and unilateral sanctions, exposing growing fractures even within the Western alliance (Boak, 2025). This episode signals a broader shift: a possible erosion of US global leadership and a growing uncertainty surrounding the liberal international order[2]. As Washington's foreign policy grows increasingly unpredictable – oscillating between global engagement and nationalist retreat – questions about the future of multilateral governance have intensified.

Against this scenery, emerging powers from the Global South have sought to reposition themselves within the international system. The BRICS bloc – initially composed of Brazil, Russia, India, China and South Africa – has advanced initiatives such as the New Development Bank and proposed reforms to global institutions, framing itself as a collective alternative to Western-dominated governance. Then, this analysis seeks to investigate in what ways the weakening of US leadership in global governance[3] may have enabled the BRICS to position themselves as a platform for Global South alternatives to rise. By examining shifts in US foreign policy and the BRICS's evolving role, the discussion explores the dynamics of global power reconfiguration in an increasingly multipolar world.

[2]Theorists of the liberal international order understand it as an "open and rule-based" arrangement that is established in institutions such as the United Nations and norms such as multilateralism (Ikenberry, 2011 *apud* Kundnani, 2017, p. 1).

[3]Global governance, in a broad definition, consists of some sort of order – based on rules, patterns, institutions, norms etc. – that attempts to manage an anarchic system of states (Ba; Hoffmann, 2005, p. 2). However, this term can be understood in multiple ways, one of them – which connects more with other discussions in this analysis – defines it as institution arrangements used to identify problems, facilitate decision-making and promote rule-based behavior to the international actors (Barnett; Pevehouse; Raustiala, 2021).

The crisis of multilateralism and the role of the US

The postwar liberal order, largely constructed and sustained by the United States, has been increasingly questioned in recent decades. As Ikenberry (2011) explains, this order was not only a reflection of US economic and military primacy but also a strategic project intended to mold a stable, rules-based international environment aligned with liberal values. However, despite being historically central to institutions such as the United Nations (UN), the World Trade Organization (WTO) and the International Monetary Fund (IMF), the United States has increasingly adopted unilateral and contradictory stances that weaken the very frameworks it helped to build.

According to Ruggie (1992, p. 571), multilateralism should not be understood merely as the coordination of national policies among three or more states, but by the presence of generalized principles of conduct – rules that specify appropriate behavior for a class of actions and apply uniformly, regardless of the specific interests or strategic considerations of individual actors. What distinguishes this institutional form is precisely its emphasis on impersonal, rule-based coordination among states. Yet, a core contradiction lies in the fact that the United States has historically acted inconsistently, selectively engaging or withdrawing from international commitments, regardless of commonly agreed norms. From repeated interventions in Latin America throughout the 20th century (Operation..., 2020), to the 2003 invasion of Iraq against the opposition of the UN Security Council (Iraq..., 2023), US foreign policy has routinely contradicted the very principles it claims to uphold.

Another clear example is the US' withdrawal from the Paris Agreement in 2017 under the Trump administration (UNFCCC, 2017), a move that signaled distrust in collective environmental governance. In his second presidential term, Trump reinforced this position by issuing a new executive order in 2025 to again exit international environmental accords, claiming that the Paris Agreement "unfairly burdens the United States" (White House, 2025a). This oscillation was evident when the Biden administration, in contrast, rejoined the Paris Agreement in 2021, reaffirming US commitment to global climate goals and emphasizing multilateral cooperation (UNFCCC, 2021). The alternation between retraction and re-engagement reflects a broader

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

pattern of inconsistency in US foreign policy that undermines its leadership in global governance.

On May 24, 2025, the Trump administration issued a presidential action formalizing new "reciprocal tariff" rates, explicitly justifying the measures as necessary to counter what it described as "non-reciprocal" trade practices by countries such as China (White House, 2025b). Previously, the World Trade Organization (WTO) had warned that these tariff increases could lead to a significant contraction in global trade, exacerbating economic uncertainty and threatening the stability and predictability of global trade governance (Edwards, 2025). These developments illustrate the United States' growing reliance on unilateral trade measures, deepening tensions within the global trading system.

This pattern of inconsistent engagement also extends to US security commitments and underscores a broader distrust of multilateral defense arrangements. In March 2025, President Trump openly questioned whether the United States should defend NATO allies who "don't pay" implying that without increased defense contributions, those allies should not expect American military support (Trump..., 2025). He also expressed skepticism about whether key members such as France would come to the US's aid in a crisis, despite NATO's collective defense obligations (Trump..., 2025).

These actions reveal a longstanding contradiction: although the US remains institutionally immersed and economically dominant, its foreign policy has historically oscillated between internationalism and isolationism. This enduring inconsistency weakens the normative foundations of the liberal order and opens space for alternatives – such as the BRICS initiatives – to emerge, not necessarily due to the strength of alternative powers, but because of the accumulated vulnerabilities and contradictions within US leadership itself. While this pattern has deep historical roots, it has become particularly visible during the Trump administration in recent years. However, rather than a rupture, Trump's approach represents a continuation and amplification of a longer-standing dynamic in the US foreign policy.

BRICS as a response to the US's declining influence in Global

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Governance

The history of BRICS group formation dates to 2001, when Jim O'Neill of Goldman Sachs – a financial institution from the US – created the acronym BRIC (Kirton, 2018, p. 27). This term was first used to conceptualize a group of countries (Brazil, Russia, India and China), which had an enormous potential for gross domestic product (GDP) growth, in the following years, among the developing states (O'Neill, 2001). However, the BRIC institution itself was just formalized years later, having its first stand-alone summit in 2009 at Yekaterinburg, Russia; and on its second one, in 2011, they admitted South Africa as a member of the group, thus becoming BRICS (Kirton, 2018).

Initially, BRICS members came together to establish a platform for dialogue and cooperation in areas such as peace, security and development, based on multilateral decision-making (BRICS, 2012 *apud* Larionova, 2018, p. 6). Since then, the group has broadened its agenda for various themes, but economic, financial and trade are the most prominent ones (Larionova, 2018, p. 9). In that sense, BRICS has been interested and engaged in the transformation of the global financial architecture dominated by Western-led institutions (Morozkina, 2018).

BRICS's first major step toward promoting global financial reform was the creation of the New Development Bank (NDB), launched in Shanghai in July 2015. The NDB can be considered a pioneer for being the first institution of a global scale established only by emerging countries (Demeulemeester; Suchodolski, 2018). The main purpose of the NDB is to mobilize resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other developing countries (BRICS, 2014 *apud* Morozkina, 2018, p. 91). For this instance, it can be argued that this institution seeks to be a funding alternative for the Global South countries that are looking for economic and social development.

Another important movement of BRICS is related to its active discussions towards a de-dollarization process. The original members of BRICS have increasingly engaged in currency swap agreements to facilitate trade and investment among them by using local currencies in their transactions, bypassing the need for the US dollar (Arnold, 2025). Although the dollar's reign in international transactions does not seem likely to end overnight, BRICS's movements are clearly a sign of a slow process toward the

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

end of US currency global dominance (Sullivan, 2023).

In addition, it can be argued that the BRICS expansion, in January 2024 – with the accession of five new members (Egypt, Iran, Ethiopia, Saudi Arabia and the United Arab Emirates) – has the potential to strengthen the institutions created by the group and can also enable the implementation of new projects that could be even more ambitious in scope (Oliveira, 2024). If this really happens, it is possible that the US dominance in the countries of the Global South decreases to the extent that BRICS mechanisms offer them more favorable alternatives.

Opportunities of the BRICS as an alternative to the Western-led Global Governance

The BRICS countries have been the main drivers of global growth in the past few years, representing over 30% of the world's GDP per capita (Demeulemeester; Suchodolski, 2018). Notwithstanding, its economic importance has not been reflected in an equal space in multilateral institutions, thus this group has united their efforts to change or at least adapt the current governance framework for a model that is more beneficial to them and to other developing countries in the Global South.

The creation of new institutions by BRICS can slowly reduce the institutional centrality of the US in the global order (Stuenkel, 2016). In that case, the establishment of non-Western institutions, such as the NDB, allows emerging countries to choose among flexible frameworks, with fewer political conditionalities imposed by the Western countries, enabling them to pursue their national interests, which remains a demand of most Global South countries. Thus, BRICS members can reduce their dependence on Western-led institutions when they are apparently instrumentalized to serve the interests of states such as the US (Stuenkel, 2016, p. 40).

Regarding the process of de-dollarization promoted by the BRICS initiatives, it is important to emphasize that the loss of US dollar power would weaken its ability to alter the behavior of other states through measures such as sanctions, for example (Liu; Papa, 2022, p. 2). In that context, a nondollar financial system has the potential to immunize its members from both exchange and sanction risks imposed by the US

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

hegemonic position in this area (Liu; Papa, 2022, p. 4). In addition, if these reform-oriented initiatives are successful, it also opens up the possibility for a more representative financial system to non-Western states.

Furthermore, the group's efforts to de-dollarize the global economy and financial system would also foster economic independence and mitigate vulnerabilities caused by dollar fluctuations in developing countries (Arnold, 2024, p. 82). Through the promotion of transactions in local currencies and the creation of alternative financial institutions, such as the NDB, BRICS could contribute to the redistribution of global economic power towards a multipolar order. Moreover, this movement has the potential to enhance financial sovereignty in emerging nations and help to build a more equitable system, especially for the Global South countries (Arnold, 2024). However, although BRICS presents a range of opportunities for the creation of an alternative order, it also faces limitations and internal contradictions that constrain this project.

Limits and contradictions of the BRICS as an alternative platform for the Global South

Despite presenting themselves as an alternative to Western-led institutions, the BRICS face internal contradictions that may limit their capacity to act as a coherent bloc. One of the main tensions arises from geopolitical disputes, particularly between India and China. The two countries have a history of enduring border disputes, as exemplified by the 2020 Galwan Valley clash (India, 2024). These disputes not only undermine trust but also paralyze joint strategic actions, especially in areas like defense and technology.

In addition, the bloc brings together countries with diverse political systems and governance models. While critics have long argued that these regime differences could undermine cooperation – especially in sensitive areas such as human rights and governance –, Stuenkel (2015) observes that, although these divergences may limit the depth of normative alignment, they have not prevented cooperation on technical matters. In fact, after comparing the BRICS and the IBSA Dialogue Forum – India, Brazil and South Africa –, Stuenkel concludes that there is no evidence that differing regime types have posed an obstacle to intra-BRICS technical cooperation. The bloc has managed

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

to sustain coordination, although selective and relatively superficial when it comes to broader normative or institutional reform issues (Stuenkel, 2015, p. 88-89). Thus, while internal heterogeneity may constrain the BRICS's capacity to act as a unified political platform, it does not appear to undermine cooperation at the technical level.

Nevertheless, when it comes to the BRICS agenda of de-dollarization, there are important structural and institutional challenges that may limit its transformative potential. While politically important, this effort faces significant barriers that undermine its viability as an alternative to the dollar-dominated financial system. A key problem is the dominance of the US dollar as the global reserve currency and its central role in international trade and finance. According to the International Monetary Fund (2024), around 57% of global foreign exchange reserves remain denominated by US dollars, showing continued global dependence on the currency – including by BRICS members.

In addition, technical and institutional barriers limit the broader use of local currencies in cross-border transactions. The Bank for International Settlements (2023) reports that the dollar is involved in approximately 88% of all foreign exchange operations, while currencies such as the yuan or the real have limited global liquidity and convertibility. According to Northern Trust (2024), despite efforts to develop alternative payment systems, including CIPS or BRICS Pay, their implementation faces significant legal, regulatory and technological barriers. For this reason, integration with existing national systems will require complex standardization. Thus, regardless of its strategic motivations, the BRICS de-dollarization effort faces substantial practical constraints in the short to medium term.

Another criticism is that BRICS may primarily serve as a vehicle for Chinese and Russian geopolitical ambitions. As Stuenkel (2015, p. 158) observes, China's economy is larger than the other BRICS members combined and it "clearly controls the BRICS grouping's key decisions" especially through initiatives such as the New Development Bank (NDB). At the same time, Russia has used the BRICS platform to counter Western isolation. According to Stuenkel (2015, p. 153), the bloc collectively resisted efforts to marginalize Russia, issuing statements against "hostile language, sanctions and counter-sanctions" in international politics. These dynamics suggest that while BRICS promotes multipolarity, it also reflects the geopolitical priorities of its most assertive members.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Therefore, such contradictions indicate that, although BRICS may symbolize a challenge to Western hegemony, structural factors – such as institutional fragility, limited cohesion, underlying geopolitical rivalries and persistent dependence on the US dollar – could constrain its capacity to consolidate itself as a viable alternative to the US liberal order.

Final remarks

The current state of global governance is surely alarming. Trump's approach to undermining liberal order and multilateralism poses several challenges, especially for Global South countries that seek to advance their development through existing institutions. Although the declining process of the US global leadership does not mean the end of its influence, this scenery generates a more fragmented system, where emerging powers and groups such as BRICS have greater room to maneuver.

In this context, the bloc takes advantage of the vacuum left by the US within the liberal multilateral order to create a more multipolar framework that creates space for the developing world to rise. Even though this route is full of challenges – and it's a slow process of change –, including internal limitations and contradictions, BRICS continues to emerge as an alternative for the Global South to reform the current order. Thus, the group functions not only as a reaction to the US decline but also as a proactive platform for political and economic coordination among rising powers seeking to reshape the current global order.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

ARNOLD, T. D. De-dollarization and global sovereignty: BRICS' quest for a new financial paradigm. **Human Geography**, v. 18, n. 1, p. 78-83, 2025.

BA, A.; HOFFMANN, M. **Contending Perspectives on Global Governance: Coherence, Contestation and world order**. New York: Routledge, 2005.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Triennial Central Bank Survey of Foreign Exchange and OTC Derivatives Markets in 2022.** Basel: BIS, 2023. Available at: https://www.bis.org/statistics/rpfx22_fx.htm. Accessed on: Jul 25, 2025.

BARNETT, M.; PEVEHOUSE, J.; RAUSTIALA, K. Introduction: The Modes of Global Governance. In: _____. **Global Governance in a World of Change**. Cambridge University Press. 2021, p. 1-47.

BOAK, J. As Trump goes to G7 summit, other world leaders aim to show they're not intimidated. **AP News**, 13 jun. 2025. Available at: https://apnews.com/article/trump-g7-fear-summit-taco-trade-117f9034f2a06d23bfbb2de201431c54. Accessed on: Jun. 12, 2025.

EDWARDS, C. US tariffs will make global trade shrink, says WTO. **BBC News**, Apr. 16, 2025. Available at: https://www.bbc.com/news/articles/cjewdy2zw3go. Accessed on: Jun. 11, 2025.

IKENBERRY, J. **Liberal Leviathan: The Origins, Crisis and Transformation of the American World Order.** Princeton: Princeton University Press, 2011.

INDIA. **Statement by External Affairs Minister, Dr. S. Jaishankar in Lok Sabha.** Ministry of External Affairs, 2024. Available at: https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/38665

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER).** Washington, D.C.: IMF, 2024. Available at: https://data.imf.org/en/news/4225global%20fx%20reserves%20decreased%20by%203%20percent%20in%202024q4. Accessed: July 25, 2025.

IRAQ war 20 years on: How invasion plunged country into decades of chaos. **BBC News**, [s.l.], May. 20, 2023. Available at: https://www.bbc.com/news/world-middle-east-64976144. Accessed on: Aug. 5, 2025.

KUNDNANI, H. **What is the Liberal International Order?**. German Marshall Fund of the United States, 2022.

Referências

LARIONOVA, M. The rise of new institutions. In: LARIONOVA, M.; KIRTON, J. (Ed.). **BRICS and global governance**. New York: Routledge, 2018. P 3-20.

LIU, Z.; PAPA, M. **Can BRICS de-dollarize the global financial system?**. Cambridge University Press, 2022.

KIRTON, J. Explaining the solid strengthening success of the BRICS summit. In: LARIONOVA, M.; KIRTON, J. (Ed.). BRICS and global governance. New York: Routledge, 2018. P. 23-48.

MOROZKINA, A. The New Development bank in the global financial and economic architecture. In: LARIONOVA, Marina; KIRTON, John J. (Ed.). **BRICS and global governance.** New York: Routledge, 2018. P. 91-105.

NORTHERN TRUST. **A BRICS alternative to SWIFT?** Chicago: Northern Trust, 2024. https://www.northerntrust.com/united-states/insights-research/2024/weekly-economic-commentary/a-brics-alternative-to-swift? . Accessed: July 26, 2025.

OLIVEIRA, L. The BRICS Summit 2024: a real reconfiguration of Multilateralism and the Global Order?. **PET-REL**, Nov. 21, 2024. Availableat:https://petrel.unb.br/destaques/236-a-cupula-dos-brics-2024-uma-real-reconfiguracao-do-multilateralismo-e-da-ordem-global. Accessed on: Jun. 20, 2025.

O'NEILL, J. et al. Building better global economic BRICs. New York: **Goldman Sachs**, 2001.

OPERATION Condor: the illegal state network that terrorised South America. **The Guardian**, Sept. 5, 2020. Available at: https://www.theguardian.com/news/2020/sep/03/operation-condor-the-illegal-state-network-that-terrorised-south-america. Accessed on: Aug. 5, 2025.

RUGGIE, J. Multilateralism: the anatomy of an institution. **International Organization**, v. 46, n. 3, p. 561–598, 1992.

SUCHODOLSKI, S.; DEMEULEMEESTER, J. M. The BRICS coming of age and the new development bank. **Global Policy**, v. 9, n. 4, p. 578-585, 2018.

SULLIVAN, J. A BRICS Currency Could Shake the Dollar's Dominance. **Foreign Policy**, Apr. 24, 2023. Available at: https://foreignpolicy.com/2023/04/24/brics-currency-end-dollar-dominance-united-states-russia-china/. Accessed on: Jun. 20, 2025.

Referências

STUENKEL, O. T**he BRICS and the Future of Global Order**. Lanham: Lexington Books, 2015. p. 158–159.

_____. The BRICS: Seeking privileges by constructing and running multilateral institutions. **Global Summitry**, v. 2, n. 1, p. 38-53, 2016.

TRUMP casts doubt on willingness to defend Nato allies "if they don't pay". **The Guardian**, 7 Mar. 2025. Available at: https://www.theguardian.com/us-news/2025/mar/07/donald-trump-nato-alliance-us-security-support. Accessed on: Jun. 11, 2025.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **UNFCCC Statement on the US Decision to Withdraw from Paris Agreemen**t, 2017. Available at: https://unfccc.int/news/unfccc-statement-on-the-us-decision-to-withdraw-from-paris-agreement. Accessed on: Jun. 5, 2025.

_____. **UN welcomes US announcement to rejoin Paris Agreement**. United Nations Framework Convention on Climate Change, 2025. Available at: https://unfccc.int/news/un-welcomes-us-announcement-to-rejoin-paris-agreement. Accessed on: Jun. 11, 2025.

UNITED STATES. **Putting America First in International Environmental Agreements. Presidential action.** Washington, D.C.: The White House, 2025a. Available at: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/putting-america-first-in-international-environmental-agreements/. Accessed on: Jun. 11, 2025.

_____. **Modifying reciprocal tariff rates to reflect discussions with the People's Republic of China.** Presidential action. D.C.: The White House, 2025b. Available at: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/05/modifying-reciprocal-tariff-rates-to-reflect-discussions-with-the-peoples-republic-of-china/. Accessed on: Jun. 11, 2025.

“Perigo amarelo”: a disputa pela hegemonia global e o fantasma do racismo

Milena L. S. Sartório e Sofia Harumi

“É inevitável que haja discordância e contradições entre os países, mas elas devem ser resolvidas mediante diálogo e cooperação com base na igualdade e respeito mútuo.”

(Xi Jinping, 2023)

É imprescindível reconhecer que o Ocidente, em especial os Estados Unidos da América, sempre retratou a Ásia como um local de extrema estranheza e de hábitos anormais. Além disso, a recente ascensão da China como potência global tem provocado transformações significativas nas dinâmicas do Sistema Internacional, desafiando antigas hierarquias estabelecidas pelo Ocidente. Com efeito, seu crescimento econômico acelerado, seus avanços tecnológicos expressivos e sua crescente projeção cultural fizeram com que a China deixasse de ocupar apenas o papel de “fábrica do mundo” para tornar-se um ator estratégico de primeira ordem no século XXI. Nesse sentido, os discursos e narrativas ocidentais passam por reformulações, reativando símbolos históricos de resistência à ascensão asiática.

Dentre essas narrativas, ressurge o conceito do “perigo amarelo” – uma construção orientalista e racializada que representa a China como ameaça à ordem ocidental e à hegemonia global vigente, carregada de preconceitos raciais e utilizada como instrumento simbólico para conter a projeção chinesa. Diante disso, este trabalho propõe uma análise crítica sobre o renascimento dessa ideia, considerando-a como uma possível reação à erosão da hegemonia norte-americana. Para isso, discute-se o crescimento chinês nos campos econômico, tecnológico e cultural, bem como as implicações geopolíticas dessas transformações e a forma como elas reconfiguram o imaginário coletivo ocidental sobre a Ásia.

Política chinesa e seus princípios

O filósofo político Zhao Tingyang (2006) argumenta que em seus mais de mil anos de existência, a política chinesa tende a preferir diálogos diplomáticos antes de escalar para confrontos violentos. Nesse sentido, ele argumenta que, historicamente, a China possui uma relação com os seus vizinhos muito diferente do Ocidente, preferindo a paz e a estabilidade em detrimento da guerra e da violência. Um dos conceitos políticos mais famosos durante o período imperial para o multilateralismo chinês é o Tianxia (tudo abaixo dos céus, tradução nossa). Esse termo se baseia na ideia da criação de uma "forma altruísta de unidade mundial" apoiada por uma "hierarquia global". Nessa concepção, a ordem é mais bem vista que a liberdade, a ética está acima da lei e a elite de governança acima da democracia e dos direitos humanos (Tingyang, 2006). Tingyang define o Tianxia como algo que transcende o modelo westfaliano de Estados-nação soberanos e conflituosos. Ao invés de uma política baseada em competições e interesses nacionais, o Tianxia possui uma visão de mundo em que todas as partes são interdependentes e co-responsáveis pela harmonia global.

Segundo John Mearsheimer (2001), toda nação busca a sua sobrevivência de diversas formas, como com a hegemonia regional, por meio da superioridade nuclear ou da riqueza econômica, e a China possui uma peculiaridade neste aspecto. Isso porque, em consonância com o realismo ofensivo defendido por Mearsheimer, sua trajetória aponta para uma tentativa clara de expansão de sua influência regional com vistas a se tornar dominante na Ásia. Ao longo dos anos, a China consolidou-se gradualmente como a maior produtora e exportadora do mundo. Após a pandemia de Covid-19, a aceleração da economia digital e o crescimento tecnológico reforçaram essa posição, tornando difícil encontrar produtos que não tenham alguma etapa de produção na China (Wu, 2021). Ironicamente, até mesmo os itens ligados ao movimento "Make America Great Again", de Trump, são fabricados no país, apesar da retórica contrária. (BBC, 2025).

Um aspecto importante sobre a possível hegemonia chinesa é a sua tentativa de inserção cultural ao redor do mundo. Com o banimento da rede social TikTok nos EUA no início de 2025, a maioria de seus antigos usuários migraram para a rede também chinesa, o Xiaohongshu (livrinho vermelho, tradução nossa). Por mais que boa parte dos usuários que migraram para o aplicativo tenha feito isso

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

com o intuito de "zombar" do governo estadunidense, essa migração fez com que a cultura chinesa fosse amplamente disseminada, principalmente no contexto da juventude estadunidense (BBC, 2025).

Ademais, a recente disseminação transnacional dos microdramas chineses consolida-se como um fenômeno midiático distintivo, revelando uma estratégia renovada de inserção cultural chinesa no panorama audiovisual internacional. Embora muitas plataformas de distribuição operem sob jurisdições extraterritoriais, sua genealogia produtiva permanece profundamente vinculada ao ecossistema cultural chinês, materializada não apenas pela predominância do mandarim como língua original (posteriormente adaptada por meio de processos de dublagem), mas também pela composição intercultural das equipes de produção, que amalgamam profissionais chineses e ocidentais.

Essa dinâmica operacional configura um mecanismo sofisticado de soft power, no qual a China transcende a exportação de bens tecnológicos para projetar paradigmas de entretenimento que redefinem práticas de consumo audiovisual em escala global. A eficácia desse modelo não reside apenas em sua viabilidade econômica, mas também na gradual legitimação de uma estética narrativa chinesa em mercados tradicionalmente dominados por hegemonias culturais ocidentais. Assim, os microdramas emergem não apenas como produtos midiáticos, mas como artefatos de uma diplomacia cultural que ressignifica a presença da China no imaginário global (BBC, 2025).

O que foi o "perigo amarelo" e quais suas implicações na atualidade?

O temor pelo diferente e o distanciamento do "outro" surge, a partir de uma análise antropológica, pela separação entre "nós e eles". Sendo uma consequência do conceito moderno de cultura e moldado por uma ideia de hierarquia (Abu-Lughod, 1991), há ênfase em uma perspectiva, por muitas vezes, eurocêntrica, como o "outro" não-ocidental. Dessa maneira, o conceito de "orientalismo" desenvolvido por Edward Said (2007) descreve de que maneira o Ocidente constrói narrativas que causam um distanciamento de países asiáticos, criando uma ideia de estranheza e exotismo. Sobre isso, a construção do chamado mito do

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

"Perigo Amarelo" (*die gelbe Gefahr* em alemão) tem suas origens na Alemanha, no contexto de medo pela ameaça da dominação do mundo moderno pelo "extremo oriente" (Shimabuko, 2016).

Sua origem é vinculada inicialmente ao imperador alemão Guilherme II que, em 1895 alertou sobre a "Grande Raça Amarela" em cartas ao czar Nicolau II, reforçando a ideia de uma ameaça asiática à supremacia branca. Assim, países como China e Japão foram hostilizados e usados como justificativa para políticas imperialistas, como o Ato de Exclusão de Chineses (EUA, 1882), aplicada com referência à tensão entre a escalada oriental na política e na economia internacional (Shimabuko, 2016). Durante a era digital, as concepções humanas e estratégias de dominação também foram transferidas para as mídias. A manobra dos EUA para construir uma imagem específica de seu país ao longo dos anos permanece na atualidade com a manipulação de informações com o fito de realocar narrativas. Nessa lógica, durante a pandemia do coronavírus, por exemplo, o estereótipo negativo atrelado à Ásia, sobretudo à China, veio à tona de maneira evidente.

"Povo sujo, porco e pouco confiável" foi a descrição utilizada frequentemente para caracterizar uma nação, reacendendo a ideia do perigo amarelo sob uma ótica racista e estratégica. A exemplo disso, pode-se citar o caso idosa de 75 anos indiciada por racismo e injúria contra uma estudante chamada de "chinesa porca" no Rio de Janeiro, no início de 2020 (G1, 2020), evidenciando de que maneira o racismo contra amarelos foi disseminado durante a pandemia. Ademais, em um discurso pré-gravado para a Assembleia Geral da ONU, no dia 22 de setembro de 2020, o presidente dos EUA, Donald Trump, em uma "disputa de narrativas sobre os esforços para conter a pandemia do novo coronavírus" (BBC, 2020), referiu-se à doença como "o vírus chinês". Por esse motivo, cabe a interpretação de que o controle da narrativa contra asiáticos e, sobretudo, anti-China foi aproveitado em discursos políticos dentro do contexto pandêmico, sendo uma forma clara de expressão do perigo amarelo como estratégia geopolítica para a manutenção do domínio hegemônico estadunidense.

Ainda sobre a ideia do uso atual do termo perigo amarelo, países que antes viam seu poder ameaçado pela ascensão econômica, cultural ou militar de países orientais agora obtêm oportunidades reinventadas pelo avanço na comunicação humana para reafirmar desconfianças quanto aos Estados emergentes. A estratégia política de manter hegemonias pela via do conteúdo audiovisual,

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

principalmente como vetor de dominação dos EUA, promove uma consolidação das hierarquias globais (Schiller, 1969).

Perigo amarelo como estratégia adotada pelos EUA para manter sua hegemonia cultural

Para promover e perpetuar a hierarquia internacional e a hegemonia construída pelos EUA, o país utiliza de métodos para manutenção da hegemonia cultural. Por muitas vezes, esses fatores estiveram pautados também na desaglutinação entre eventos negativos (escândalos políticos, crises sanitárias, intervenções militares) e a identidade nacional do país, preservando uma imagem positiva como nação excepcional. Enquanto isso, outros países (como China e nações asiáticas) são homogeneizados com estereótipos culturais e racializados quando enfrentam crises similares. Ainda que, na prática, os EUA tenham frequentes intervenções em conflitos e regimes, além de retiradas de acordos internacionais importantes, como o anúncio da saída do acordo de Paris, em 2025, (G1, 2025) sua imagem global permanece relativamente intacta. Isso se dá pelo domínio do discurso que, para o autor Antônio Gramsci, relaciona-se com o fato de que os meios de comunicação de massa ampliaram as possibilidades de conformação ao modo de pensar e de viver dominantes, operando como grandes mecanismos desmobilizadores das massas (Schlesener, 2013).

Nesse sentido, o autor Samuel Huntington em seu texto *"Who Are We? The Challenges to America's National Identity"* (2004), analisa como os EUA reforçam sua identidade por meio de mitos do excepcionalismo e criam narrativas. Ele utiliza como exemplo a invasão ao Iraque, em 2003, que foi justificada como "democratização", não como imperialismo e, mesmo com o fracasso, os EUA mantiveram a imagem de "promotores da liberdade". Em contrapartida, quando países asiáticos protagonizam crises, a narrativa internacional tende a enquadrá-los como fontes de ameaça, sem a mesma leniência. Como exemplo disso, pode-se citar a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) ou, simplesmente, "A Nova Rota da Seda", sistematicamente vista de maneira negativa como um imperialismo econômico ou uma "armadilha de endividamento" mesmo sendo um projeto com a premissa de cooperação mútua, como a matéria do *The Economist* que aborda críticas aos

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

empréstimos chineses no contexto da BRI (the economist, 2024).

Além disso, ainda sobre a questão do excepcionalismo, é possível contrastar o banimento do tiktok com o caso de Edward Snowden. Em 2013, o indivíduo em questão, contratado da CIA, vazou para a mídia detalhes sobre a extensa vigilância da internet e de telefones pela inteligência americana. O mesmo também compartilhou que a NSA conduziu diversas incursões direcionadas a alvos localizados em Hong Kong e na China continental, que em sua maioria são faculdades, autoridades públicas e empresas (SILVA, 2022). Nesse sentido, os EUA declararam acusações de espionagem contra a China em relação ao TikTok e, em contrapartida, corroboram de maneira evidente com práticas semelhantes às acusações, reafirmando o argumento do excepcionalismo estadunidense. Por outro lado e, em outro contexto, a COVID-19 escancarou estereótipos raciais contra asiáticos pelo mundo e, em contrapartida, surtos como o H1N1, originado nos EUA e México (história hoje, 2024), não geraram estigmatização equivalente. Conforme a BBC Brasil (2020), os ataques racistas a asiáticos aumentaram durante a pandemia, e o surto espalhou antigos preconceitos sobre a China, sobretudo sobre seus hábitos alimentares e a estigmatização comportamental.

Em sequência à essa abordagem, entende-se que, a partir da visão sobre a conceituação de hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci e Martin Carnoy, ideologias e práticas propagadas por instituições como a mídia e as escolas são vetores fundamentais para a construção e manutenção da chamada hegemonia cultural. Essa ideia conceitual abre a interpretação para o fato de que práticas ideológicas propagam e participam da estabilidade da hegemonia de uma nação (Carnoy, 1994). Nessa lógica, ao longo dos anos, os Estados Unidos utilizaram de estratégias como o "American Dream" (Sonho Americano, tradução nossa), um ideal de que os "Estados Unidos são uma terra de oportunidades que permite a possibilidade de mobilidade ascendente, liberdade e igualdade para pessoas de todas as classes que trabalham duro e têm vontade de vencer" (enciclopédia britânica, 2025, p.1) para manter a imagem positiva do país como "berço da liberdade e da democracia".

Enquanto isso, em contrapartida, os EUA utilizam da mesma premissa para propagar também uma imagem negativa de países em ascensão. A exemplo disso, pode-se citar inúmeros vestígios atrelados à mídia e à cultura, mas o

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

caso das histórias em quadrinhos (HQs) estadunidenses despertam ainda mais a atenção. Isso porque, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a produção de quadrinhos pelos Estados Unidos representava um dos principais elementos atrelados ao discurso antinipônico do país, devido à hipotética ameaça imperialista e militar do governo japonês no período (André, 2014).

Esse fato evidencia ainda mais o uso de estratégias atreladas ao soft power (Nye, 1990) e ilumina o entendimento das atuais políticas para contenção da China, principal ator internacional ao contestar a hegemonia estadunidense. Na atualidade, principalmente após os anos 2000, a dominação cultural e a ideia do perigo amarelo se expressa mais pelo âmbito das redes sociais do que em meios como as HQS, todavia ainda sob um viés de controle de narrativas, como na propagação de vídeos com o intuito de perpetuar preconceitos consolidados sobre a China e países "orientais" (BBC, 2020).

Queda hegemônica dos EUA e dificuldades para a ascensão da China

Após 1999, com o fim da guerra, os Estados Unidos consolidou-se como a maior potência global, com uma gigante máquina militar e um extenso poderio econômico (De Almeida, 2010). Esse domínio, porém, foi viabilizado por déficits crônicos e endividamento crescente, especialmente em conflitos como Iraque e Afeganistão. Segundo Lazzarato (2017), essa estratégia de "guerras financiadas por dívida" permitiu projetar o poder global sem arcar imediatamente com os custos. Essa política, porém, gerou consequências a longo prazo, como o aumento expressivo da dívida pública norte-americana, que atingiu US$36 trilhões no início de 2025 (TRADING ECONOMICS, 2025). A combinação de dívida explosiva, políticas protecionistas e uma disputa econômica sem vencedores claros, sugere que o modelo de dominação global dos EUA enfrenta desafios sem precedentes. Se Washington não revisar sua abordagem, arrisca acelerar seu próprio declínio relativo, em vez de contê-lo (IPEA, 2012).

Nesse contexto de crescente fragilidade fiscal e incertezas estratégicas, os Estados Unidos recorreram ao protecionismo econômico como tentativa de reverter

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

déficits comerciais e conter o avanço chinês. O ápice desse movimento ocorreu com o chamado "tarifaço", quando Washington impôs tarifas elevadas sobre cerca de US$370 bilhões em produtos chineses, levando Pequim a retaliar com medidas similares (BBC BRASIL, 2025). Longe de reequilibrar a balança comercial, esse conflito gerou inflação, desorganizou cadeias de suprimentos globais e ampliou as tensões geopolíticas. Em resposta às tarifas impostas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, o presidente chinês, Xi Jinping, reafirmou sua postura já expressa anos antes: "Nós, o povo chinês, não provocamos os outros, mas também não nos esquivamos dos problemas" (Xi, 2023, p. 87). Salvaguardando sua soberania e interesses de desenvolvimento, a China manteve firme sua posição frente às pressões estadunidenses (G1, 2025).

Enquanto os EUA enfrentam divisões políticas, crises fiscais e questionamentos sobre seu papel global, a China consolida sistematicamente sua ascensão por meio de investimentos em tecnologia, projeção de influência econômica e iniciativas geopolíticas de longo prazo. Reconhecendo os obstáculos na trajetória chinesa, seu modelo de desenvolvimento enfrenta testes significativos, como o envelhecimento populacional, tensões comerciais e a necessidade de reequilibrar sua economia (Xi, 2023). Nesse contexto, a grande questão não é se a ordem global mudará, mas como e quando. A nação que melhor conciliar crescimento interno com projeção estratégica de poder moldará o novo século. Os próximos anos serão decisivos para definir se os EUA conseguirão se reinventar ou se a China efetivamente ocupará seu lugar como principal ator global, pois o "perigo" afinal, pode não ser a China, mas sim a incapacidade de adaptar-se a um mundo que não gira exclusivamente em torno do eixo atlântico (JORNAL DA UNICAMP, 2025).

Considerações finais

Sob a ótica de autores como Mearsheimer (2001) e Gramsci (Carnoy 1994), para tornar-se um hegemon, fatores como poderio militar, econômico, nuclear e, principalmente, ideológico/cultural são de suma importância e, por esse motivo, tanto a ascensão quanto o declínio da hegemonia de determinadas nações se complexifica ao passo da multifatoriedade para estabelecer-se como potência global. Tanto para o declínio dos EUA, quanto para o progresso da China, no alcance como um adversário ou líder iminente, torna-se necessário a conquista de fatores estruturais (como a projeção de influência política e

 Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

cultural).

A China, como um país historicamente estigmatizado quanto à sua cultura, possui um adversário mais forte que o poderio militar e econômico estadunidense: a influência midiática e informacional quanto aos aspectos de sua nação e a visão negativa atrelada às suas práticas e forma de governo. Em uma era digital, o país asiático, a partir da conjuntura atual, lida com a identidade nacional norte-americana, consolidada mundialmente com o "American Dream". O país lida com sua própria identidade "deturpada" por décadas de extrema estigmatização racial e propagação ideológica negativa.

A multipolarização do mundo e a difusão do poder entre diferentes instituições é uma realidade palpável, além da ideia de que a China, apesar dos inúmeros desafios históricos e afastamentos culturais, é um adversário eminente à conquista de poder e influência tanto regional quanto global (Montenegro, 2015). Conclui-se que, devido à queda de influência dos EUA em aspectos econômicos, militares e sociais pelo mundo, o mesmo aproveita-se de ideários atrelados ao conceito do "Perigo Amarelo" para reviver práticas preconceituosas à favor da contenção da escalada chinesa rumo à hegemonia e à uma ordem mundial multipolar.

Recebido em 25 ago. 2025 | Publicado em 15 set. 2025

Referências

A hegemonia planetária dos Estados Unidos está em declínio? **IPEA.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2757:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 23 jun. 2025. planetária dos Estados Unidos está em declínio? IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2757:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 23 jun. 2025.

ABU-LUGHOD, L. Writing against culture. In: FOX, Richard G. (ed.). **Recapturing Anthropology: Working in the Present.** Santa Fe: School for American Research Press, p. 137-162, 1991

ANDRÉ, R. O perigo amarelo nas histórias em quadrinhos: Capitão América e discurso antinipônico nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. **Domínios da Imagem**, v. 8, n. 16, p. 113-132, 2014.

CARNOY, M. Gramsci e o Estado. In: **CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1994. Cap. 3, p. 71-104.

CORONAVÍRUS: os ataques racistas a asiáticos que surgiram com epidemia. **BBC News Brasil,** 30 jan. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-51305487. Acesso em: 22 jun. 2025.

DE ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. **Hegemonia estadunidense: ascensão ou declínio?**. Lutas Sociais, n. 24, p. 78-86, 2010.

HISTÓRIA HOJE: em 2009, pandemia do H1N1 era anunciada pela OMS. **Agência Brasil**, 11 jun. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2024-06/historia-hoje-em-2009-pandemia-do-h1n1-era-anunciada-pela-oms. Acesso em: 22 jun. 2025.

HUNTINGTON, S. P. **Who Are We?: The Challenges to America's National Identity.** Nova York: Simon & Schuster, 2004.

IDOSA de 75 anos é indiciada por racismo e injúria contra estudante de origem oriental no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 16 jul. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/16/idosa-de-75-anos-e-indiciada-por-racismo-e-injuria-contra-estudante-de-origem-oriental-no-rio.ghtml. Acesso em: 31 jul. 2025.

JINPING, X. Xi Jinping: A Governança da China. Pequim, China IV: **Foreign Languages Press**, v. 1, p.87-890, 2023.

Referências

LAZZARATO, M. **A política de guerra da dívida**. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Tradução de Vanise Dresch. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, São Leopoldo, 12 out. 2017. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 22 jun. 2025.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: WW. Norton, 2001

MONTENEGRO, R. H. Crise ou afirmação da hegemonia americana? Arrighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas,** v. 3, n. 2, p. 247-265, 2015.

MOTA, C. V. Negócios de Trump "Made in China?": os produtos endossados pelo presidente fabricados fora dos EUA. **BBC**, 24 jan. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c70k600z799o. Acesso em: 31 jul. 2025.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2003 [1948].

NYE, J. S. Soft power. **Foreign policy**, n. 80, p. 153-171, 1990.

PILATI, J. I.; VIEIRA CANCELIER DE OLIVO, M. Um novo olhar sobre o Direito à privacidade: Caso Snowden e Pós-modernidade jurídica. **Seqüência estudos jurídicos e políticos,** v. 35, n. 69, p. 281, 2014.

PLANEJAMENTO de 30 anos trouxe China à elite da economia digital, afirma sociólogo da Universidade de Pequim. **JORNAL DA UNICAMP**. Disponível em: https://jornal.unicamp.br/noticias/2025/03/21/planejamento-de-30-anos-trouxe-china-a-elite-da-economia-digital-afirma-sociologo-da-universidade-de-pequim/. Acesso em: 23 jun. 2025.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SCHILLER, Herbert I. **Mass communication and American empire.** New York: Augustus M. Kelley, 1969.

SCHLESENER, Anita Helena. HEGEMONIA E CULTURA: A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO ESCOLAR EM ANTONIO GRAMSCI. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, v. 50, n. 2, 2013. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3466. Acesso em: 31 jul. 2025.

SHIMABUKO, G. A. **A origem do Perigo Amarelo: orientalismo,**

Referências

colonialismo e a hegemonia euro-americana. Trabalho final de História Geral (Graduação). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/36755027/A_origem_do_Perigo_Amarelo_orientalismo_colonialismo_e_a_hegemonia_euro_americana. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, M. G. T.; MELLO, A. C. R. DE.; NISHIJIMA, M. Traditional written media coverage and cybersecurity events: the NSA case. **Opinião Pública**, v. 28, n. 1, p. 268–291, jan. 2022.

SMANIOTTO, Edgar Indalecio. Uma análise do conceito antropológico do outro na obra do escritor Augusto Emílio Zaluar. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/66fcea02-f5a2-4a28-9508-5e7826aae8ec. Acesso em: 23 junho 2025.

SONHO Americano. In: ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. [S.l.], 17 jun. 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/higher-education/The-system-of-higher-education-in-the-United-States. Acesso em: 23 jun. 2025.

THE hidden cost of Chinese loans. **THE ECONOMIST**, Londres, 5 dez. 2024. Seção: Finance & economics. Disponível em: https://www.economist.com/finance-and-economics/2024/12/05/the-hidden-cost-of-chinese-loans. Acesso em: 31 ago. 2025.

TIKTOK users flock to Chinese app RedNote before US ban. **BBC**, 14 jan. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/c2475l7zpqyo. Acesso em: 22 jun. 2025.

TRUMP assina decreto para retirar EUA do Acordo de Paris; entenda impactos ao meio ambiente. **G1**, 20 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/01/20/trump-decreto-saida-dos-eua-acordo-de-paris-impactos-meio-ambiente.ghtml. Acesso em: 1 ago. 2025.

TRUMP x China: governo chinês retalia EUA com tarifa de 125% e dólar despenca em relação a moedas de outros países ricos. **BBC News Brasil**, 11 abr. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqx4e22g8vzo. Acesso em: 22 jun. 2025.

UNITED States government debt. **TRADING ECONOMICS.** Disponível em: https://pt.tradingeconomics.com/united-states/government-debt#:~:text=janeiro%20de%201942.-,D%C3%ADvida%20do%20Governo%20nos%20

Referências

VICE-MINISTRO da Cultura e Turismo da China participou da IV Reunião de Ministros da Cultura do BRICS. E**mbaixada da República Popular da China**, 2 set. 2019. Disponível em: http://br.china-embassy.gov.cn/por/whjy/201911/t20191102_4467021.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

WU, F., Liu, G., Guo, N., Li, Z., & Deng, X. (2021). **The impact of COVID-19 on China's regional economies and industries.** Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11442-021-1859-3. Acesso em: 31 jul. 2025.

ZHANG, M. Episódios de 1 minuto: as microssséries chinesas que o mundo não consegue parar de ver. **BBC**, 6 jun. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyvm07v8d5mo. Acesso em: 04 ago. 2025.

ZHAO, T. Tianxia gainian yu shijie zhidu (The Concept of Tianxia and World System), in Qin Yaqing, **World Politics—Views from China: International Order**. Hong Kong: Peace Book, 2006, p. 3-46.



[v. 7 | n. 2] [setembro | 2025]

petrel